



DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO

**AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
EMPRESARIAL E INCENTIVOS FISCAIS NO
BRASIL**

**LAVRAS - MG
2010**

DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO

**AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E
INCENTIVOS FISCAIS NO BRASIL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de “Doutor”.

Orientador

Dr. German Torres Salazar

**LAVRAS - MG
2010**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Bernardo, Denise Carneiro dos Reis.

Ações de responsabilidade social empresarial e incentivos fiscais
no Brasil / Denise Carneiro dos Reis Bernardo. – Lavras : UFLA,
2010.

158 p. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2010.

Orientador: German Torres Salazar.

Bibliografia.

1. Empresas. 2. Incentivos fiscais federais. 3. Dedução de
impostos. 4. Governo brasileiro. I. Universidade Federal de Lavras.
II. Título.

CDD – 658.408

DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO

**AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E
INCENTIVOS FISCAIS NO BRASIL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras
como parte das exigências do Programa Pós-
Graduação em Administração, área de concentração
em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção
do título de “Doutor”.

APROVADA em 29 de janeiro de 2010.

Dra. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio	EMBRAPA/MS
Dr. Robson Amâncio	UFRRJ
Dr. Sálvio de Macedo Silva	UFSJ
Dr. Marcelo Ângelo Cirillo	UFLA
Dr. Luiz Marcelo Antonialli	UFLA

Dr. German Torres Salazar
Orientador

**LAVRAS - MG
2010**

Aprendi que estar entre os que amo é o bastante.

(Walt Whitman)

D.C.R.B.

Para os meus pais,

Ilma e Antônio.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

“De tudo ficou um pouco...”.

Ficou um pouco dos dias ensolarados e do vento frio do campus da UFLA,

Ficaram as conversas nos corredores do DAE,

...

Fica em Lavras um pedaço de mim...

Ficam os agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração que me ajudaram a descobrir o melhor caminho para se chegar as “estrelas”...

Fica o carinho, a imensa admiração e respeito ao grande mestre German Torres Salazar. Muito mais que orientador, um grande amigo! Minha eterna gratidão a ti, German!...

Ao professor Marcelo Cirillo pelas valiosas e fundamentais contribuições ao trabalho. E principalmente por me ajudar a desvendar, com simplicidade, as maravilhas que as lentes da estatística oferecem àqueles que enredam no universo das ciências sociais aplicadas.

Aos amigos que ajudaram a diminuir o “gosto de café amargo da solidão” dos dias e noites de elaboração da tese.

Ao querido “caipira, pira, pora” João Paulo: Aluno, orientado → colega + amigo. Enfim, nenhum esquema representaria de forma satisfatória todos os elogios que tenho para você!

Ao Caio, “meu amigo de fé, meu irmão camarada” e grande parceiro nessa caminhada. Sempre me lembrarei com carinho de você pelo maravilhoso “toque de bossa” que deu aos nossos dias de trabalho.

A CAPES, agradeço pelo auxílio financeiro durante os primeiros meses do curso de doutorado. E aos colegas do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João del Rei (DECAC/UFSJ) pelo apoio, consideração e respeito ao meu trabalho.

A banca, pelas contribuições na finalização desse “sonho sem fim”.

A Deus, Pai.

Enfim, à “mágica presença das Estrelas” pelos “caminhos” da minha vida!

...

“O que será o amanhã?”

*(...) Para salvar o amanhã
A solução está na mente sã
Em não desperdiçar, a água pode ter um fim
Sabedoria ao explorar pra energia produzir
Depende só de nós o equilíbrio ambiental
Responsabilidade social.*

X- 9 Paulistana
Samba – Enredo 2008
(Didi, Turko e Paulinho Miranda)

RESUMO

O objetivo principal desse estudo foi verificar se as políticas de incentivos fiscais podem interferir na realização de ações de responsabilidade social destinadas à sociedade no Brasil. No intuito de esclarecer essa questão foi elaborado um esquema analítico dos incentivos fiscais na relação Estado/governo-empresa-sociedade a partir do referencial teórico proposto. De acordo com esse esquema analítico, as ações de responsabilidade social foram divididas em dois grupos: “ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais” e “ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais”. Também foram analisados os investimentos em “outras ações de responsabilidade social”, ou seja, ações não discriminadas pelas empresas. A análise das ações de responsabilidade social, a partir desse esquema analítico possibilitou confirmar a suposição de que as ações de responsabilidade social empresarial que mais receberam investimento são aquelas que podem ter dedução dos impostos. Dessa forma, verifica-se que as políticas de incentivos fiscais podem representar uma motivação para a realização de ações de responsabilidade social, destinadas à sociedade no país. Por fim, os resultados contribuem para a discussão das motivações das empresas no delineamento das estratégias de investimento em responsabilidade social como também para o debate sobre as trocas e as interdependências dos atores na sociedade contemporânea.

Palavra-chave: Empresas. Incentivos fiscais federais. Dedução de impostos. Governo brasileiro.

ABSTRACT

The main aim of this work is to verify if fiscal incentives are able to influence social responsibility actions in Brazilian companies. In order to clarify this question an analytical pattern of fiscal incentives for the relationship among State/government, company and society was created based on the theoretical reference presented. According to this analytical pattern, social responsibility actions were organized in two groups: social responsibility actions with fiscal incentives and social responsibility actions without fiscal incentives. Additionally, investments in different social responsibility actions which were not discriminated by these companies were also studied. This analysis of investments in social responsibility actions based on the proposed analytical pattern proved that the social responsibility actions which received more investments in Brazilian companies were the kinds which had tax deduction. Therefore, it seems that fiscal incentives policies tend to represent motivation for the implementation of social responsibility actions in Brazil. Thus these findings contribute to the debate on the motivation of planning strategy investments on social responsibility and on the exchange and interdependence of actors on contemporary society.

Key-work: Companies. Federal tax incentives. Tax deduction. The Brazilian government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	As três abordagens da responsabilidade social	27
Figura 2	Modelo bidimensional da responsabilidade social corporativa	28
Figura 3	Modelo sintético da responsabilidade social e dos demais aspectos abordados nesse trabalho.....	1
Figura 4	Modelo sintético dos indicadores presentes no modelo de balanço social do IBASE e sua relação com as principais vertentes de estudo desse demonstrativo, sua consonância aos preceitos da Lei 11.638/07 e da NBCT 15 além de seus usuários	1
Figura 5	Modelo sintético da relação incentivos fiscais e a tríade Estado/governo-empresa-sociedade.....	1
Figura 6	Esquema analítico dos incentivos fiscais na relação entre Estado/governo-empresa-sociedade.....	76
Figura 7	Mapa perceptual do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social até R\$ 10 milhões de acordo com o setor econômico	103
Figura 8	Mapa perceptual do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social até R\$ 20 milhões de acordo com o setor econômico	105
Figura 9	Mapa perceptual do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social até R\$ 50 milhões de acordo com o setor econômico	107
Figura 10	Mapa perceptual do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social acima de R\$ 100 milhões de acordo com o setor econômico	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Investimentos em educação por setor econômico estudado (x R\$ 1.000).....	79
Gráfico 2	Investimento em ações culturais por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)	81
Gráfico 3	Investimentos em esporte por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)	84
Gráfico 4	Investimentos em alimentação, combate à fome e segurança alimentar por setor econômico estudado (x R\$ 1.000).....	86
Gráfico 5	Comparativo dos investimentos em ações de responsabilidade social passíveis de dedução analisadas nesse trabalho segundo o ano de investimento (x R\$1.000).	89
Gráfico 6	Investimentos em saúde e saneamento por setor econômico estudado (x R\$1.000).	91
Gráfico 7	Investimentos em lazer e diversão por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)	92
Gráfico 8	Investimentos em habitação (x R\$ 1.000).....	94
Gráfico 9	Investimentos em creches por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)	95
Gráfico 10	Investimentos em outras ações de responsabilidade social por setor econômico estudado (x R\$1.000).	96
Gráfico 11	Investimentos em ações de responsabilidade social não passíveis de dedução analisadas nesse trabalho de acordo com o ano de investimento (x R\$ 1.000).	98
Gráfico 12	Comparativo dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais em nível federal e aquelas que não possuem (x R\$ 1.000).....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distinção das ações filantrópicas e de responsabilidade social.	36
Quadro 2	Perfil dos investimentos dos setores bancário, energético, siderúrgico e petrolífero em ações de responsabilidade social.	111
Quadro 3	Síntese dos resultados alcançados.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Temáticas abordadas nos artigos analisados.....	44
Tabela 2	Aspectos metodológicos.	45
Tabela 3	Balanço social: panorama internacional.	50
Tabela 4	Investimentos em educação realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).....	78
Tabela 5	Investimentos em cultura realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).....	81
Tabela 6	Investimentos em esporte realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).....	84
Tabela 7	Investimentos em alimentação, combate à fome e segurança alimentar realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).....	86
Tabela 8	Investimentos em ações de responsabilidade social passíveis de dedução analisadas nesse trabalho por ano de investimento (x R\$ 1.000).	88
Tabela 9	Investimentos em saúde e saneamento realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).	90
Tabela 10	Investimentos em lazer e diversão realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).	92
Tabela 11	Investimentos em habitação (x R\$ 1.000).....	93
Tabela 12	Investimentos em creches realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).....	94
Tabela 13	Investimentos em ações de responsabilidade social não discriminadas realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$1.000).....	96

Tabela 14	Investimentos em ações de responsabilidade social, não passíveis de dedução analisadas nesse trabalho de acordo com o ano de investimento (x R\$ 1.000).....	97
Tabela 15	Comparativo dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais em nível federal e àquelas que não possuem (x R\$ 1.000).....	99
Tabela 16	Frequência do número de empresas classificadas de acordo com os setores econômicos que realizaram investimentos até R\$ 10 milhões nas ações de esporte, saúde e saneamento e alimentação, combate a fome e segurança alimentar.....	102
Tabela 17	Análise dos componentes principais da tabela de contingência. ...	102
Tabela 18	Frequência do número de empresas classificadas de acordo com os setores econômicos que realizaram investimentos até R\$ 20 milhões nas ações de esporte, saúde e saneamento e alimentação, combate a fome e segurança alimentar.....	104
Tabela 19	Análise dos componentes principais da tabela de contingência. ...	104
Tabela 20	Frequência do número de empresas classificadas de acordo com os setores econômicos que realizaram investimentos até R\$ 50 milhões em ações de responsabilidade social com foco na educação, cultura e ações de responsabilidade social não discriminada.....	106
Tabela 21	Análise dos componentes principais da tabela de contingência. ...	106
Tabela 22	Frequência do número de empresas classificadas de acordo com os setores econômicos que realizaram investimentos acima de R\$ 100 milhões em ações de responsabilidade social com foco na educação, cultura e ações de responsabilidade social não discriminadas.	108
Tabela 23	Análise dos componentes principais da tabela de contingência. ...	108

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Considerações iniciais	19
1.2	Formulação da situação-problema	21
1.3	Justificativa e importância do tema escolhido	21
1.4	Objetivos da pesquisa	22
1.5	Delimitação da pesquisa	24
2	UM NOVO OLHAR SOBRE AS ORGANIZAÇÕES: A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	25
2.1	Uma breve contextualização histórica das discussões em torno da responsabilidade social da empresa	25
2.2	Em busca de definições para responsabilidade social empresarial	30
2.3	A problemática da responsabilidade social no Brasil	32
2.4	Modelo sintético da responsabilidade social empresarial e dos demais aspectos abordados	45
3	BALANÇO SOCIAL: UM INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	48
3.1	Balanço social: conceitos e objetivos	48
3.2	Contextualização das ações para divulgar e consolidar o balanço social: um enfoque no meio empresarial brasileiro	51
3.3	Modelo sintético dos indicadores do balanço social do IBASE e sua relação com demais aspectos abordados	59
4	UM CONVITE À PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS EM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: OS INCENTIVOS FISCAIS FEDERAIS	62

4.1	Definição e finalidades dos incentivos fiscais.....	62
4.2	Incentivos fiscais e ações de responsabilidade social no Brasil	64
4.3	Modelo sintético da relação entre incentivos fiscais e a tríade Estado/governo-empresa- sociedade	68
5	METODOLOGIA	71
5.1	Tipo de pesquisa.....	71
5.2	Amostragem e seleção de variáveis.....	73
5.3	Esquema analítico de análise dos incentivos fiscais na relação Estado/governo-empresa-sociedade	74
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	77
6.1	Análise dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais para a sua realização	77
6.2	Análise dos investimentos em ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais em nível federal e em ações de responsabilidade social que não foram discriminadas	90
6.2.1	Análise dos investimentos em ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais em nível federal.....	90
6.2.2	Análise dos investimentos em ações de responsabilidade social que não foram discriminadas pelas empresas	96
6.2.3	Análise comparativa dos investimentos em ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais em nível federal	97
6.3	Comparativo dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais em nível federal e aquelas que não possuem	98

6.4	Determinação do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social empresarial dos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico.....	100
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
7.1	Conclusões	113
7.2	Limitações da pesquisa e sugestões para futuros estudos.....	115
	REFERÊNCIAS.....	116
	ANEXOS.....	130

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

As discussões sobre o papel social das empresas remontam, de acordo com a literatura, ao início do século XX (BORGER, 2001; DIAS; DUARTE, 1985; OLIVEIRA, 2008; TENÓRIO, 2006). Esses questionamentos intensificaram-se a partir de 1960, quando a sociedade civil norte-americana iniciou um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações das empresas que apoiavam a guerra do Vietnã (TINOCO, 1984). Na Europa a sociedade também se manifestou exigindo das empresas uma postura mais ética na realização dos negócios como, por exemplo, o movimento estudantil de 1968 na França (DIAS; DUARTE, 1985; TINOCO 2001). Nesse contexto, a realização de ações sociais pelas empresas voltadas para a comunidade e consequentemente, a divulgação dessas ações por meio de relatórios ganhou destaque e tornou-se lei em diversos países europeus. Surgem, então, os primeiros estudos voltados para a formulação do conceito de responsabilidade social.

No Brasil, o termo responsabilidade social ganhou visibilidade na mídia no final da década de 1990, quando também começou a ser incorporado no vocabulário corporativo no país. Atualmente, pode-se dizer que, para as empresas de grande porte, atrelado às atividades fins da organização, o engajamento em ações de responsabilidade social é uma condição *sine qua non* para a realização de negócios. Segundo Kassai (2002, p. 6) “para perpetuar-se, além de cumprir sua missão e buscar o lucro, ou atender a seus objetivos econômicos, a empresa precisa responder aos anseios do ambiente no qual está inserida, ou aos objetivos sociais”.

A propósito, na constelação de vantagens que a adoção de ações de responsabilidade social pode agregar às organizações salientou-se nesse trabalho, as deduções de imposto que algumas empresas podem fazer uso quando realizam determinadas atividades de cunho social. Especificamente, em nível federal, as empresas podem deduzir, segundo legislações específicas, os investimentos em educação, cultura, atividades desportivas, bem como os investimentos em ações para o combate a fome e segurança alimentar. E essa possibilidade de dedução pode representar um fator considerável no estabelecimento das diretrizes em ações de responsabilidade social pelas empresas no país.

Partindo desse contexto, este trabalho teve como objetivo principal verificar se as políticas de incentivos fiscais contribuem substancialmente na realização de ações de responsabilidade social destinadas à sociedade no Brasil.

No intuito de elucidar esse questionamento, foram analisados, sob diversos aspectos, os investimentos em responsabilidade social realizados pelas empresas de capital aberto dos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico. Atréadas ao objetivo principal do estudo, foram analisadas outras questões como se o perfil de investimentos em determinadas ações de responsabilidade social depende do setor econômico.

De modo a reunir os elementos para abordar satisfatoriamente o objetivo proposto, este trabalho foi organizado em sete capítulos, mais anexos, além desta introdução.

No segundo capítulo “Um novo olhar sobre as organizações: a emergência do conceito de Responsabilidade social empresarial”, apresentou-se a origem, a definição e problemática da responsabilidade social no Brasil.

O terceiro capítulo “Balanço Social: um instrumento de divulgação da responsabilidade social” explicitou a definição, finalidade, as vertentes para análise, elaboração e os principais marcos históricos do surgimento do balanço

social. Também foram apresentadas algumas iniciativas surgidas no país no intuito de conscientizar os gestores da importância da elaboração e divulgação desse demonstrativo.

No quarto capítulo “Um convite à participação das empresas em ações de responsabilidade social: os incentivos fiscais federais” elucidou-se os estímulos oferecidos pelo governo federal para a participação do empresariado brasileiro em práticas sociais direcionadas à sociedade.

O quinto capítulo tratou dos métodos adotados para a realização do trabalho. Nele foram apresentados o tipo de pesquisa, a amostragem e as variáveis selecionadas para o estudo e o esquema analítico desenvolvido a partir do referencial teórico que norteia as análises.

No sexto capítulo, “Resultado e Discussão”, o foco recaiu na análise das variáveis a partir do esquema analítico proposto. As conclusões, limitações da pesquisa e sugestões para futuros estudos foram apresentadas no sétimo capítulo, seguidas das referências bibliográficas e dos anexos.

1.2 Formulação da situação-problema

O problema de investigação está centrado na seguinte questão: as políticas de incentivos fiscais representam uma motivação para a realização de ações de responsabilidade social destinadas à sociedade no Brasil?

A premissa básica do problema de investigação é que os incentivos fiscais podem representar uma motivação para a realização de ações de responsabilidade social destinadas à sociedade no país.

1.3 Justificativa e importância do tema escolhido

Segundo Lakatos e Marconi (2005), para a escolha de um tema de

pesquisa devem ser observados os seguintes critérios: originalidade, viabilidade, exequibilidade, oportunidade e relevância.

Embora o tema responsabilidade social empresarial esteja sendo debatido há algum tempo na mídia, nos ambientes de negócio e acadêmicos do Brasil, a originalidade está na tentativa de elucidar se a dedução de imposto permitida para as empresas que realizam investimentos em determinadas atividades de cunho social podem representar um fator considerável no estabelecimento das diretrizes de ações de responsabilidade social no país.

Em relação à viabilidade, exequibilidade e oportunidade, o estudo envolveu as sociedades anônimas de capital aberto do setor bancário, energético, petrolífero e siderúrgico brasileiro. A escolha justifica-se pelo fato de tais empresas divulgarem seus investimentos em ações de responsabilidade social, por meio da publicação de balanços sociais desde 1996. Assim, foram pesquisadas as ações de responsabilidade social destinadas à sociedade que receberam investimentos dos segmentos estudados.

Já a relevância desse trabalho, que consiste também no problema de pesquisa está na tentativa de contribuir, por meio da análise da questão proposta, com as reflexões das reais motivações das empresas no delineamento das estratégias de investimento em ações de responsabilidade social.

1.4 Objetivos da pesquisa

Atrelado aos critérios elencados no tópico anterior encontra-se o objetivo principal desse trabalho: verificar se as políticas de incentivos fiscais contribuem substancialmente na realização de ações de responsabilidade social destinadas à sociedade no Brasil.

Na mesma linha de análise, foram estabelecidos os seguintes objetivos intermediários:

- a) Elaborar um esquema analítico dos incentivos fiscais na relação Estado/governo-empresa-sociedade;
- b) Pesquisar quais ações de responsabilidade social destinadas à sociedade receberam investimentos dos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico;
- c) Analisar e comparar os investimentos em ações de responsabilidade social por setor;
- d) Analisar e comparar os investimentos em ações de responsabilidade social que podem usufruir de incentivos fiscais para a sua realização com aquelas que não podem.
- e) Investigar se o perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social depende do setor econômico.

Espera-se que os resultados contribuam para a caracterização dos investimentos feitos pelos setores estudados em ações de responsabilidade social focadas na sociedade. Tais informações podem contribuir com as reflexões sobre as políticas de incentivos fiscais como uma das alternativas para a atuação empresarial no campo social. Ademais, tais percepções contribuem para o debate sobre as trocas e as interdependências dos atores na sociedade contemporânea brasileira, especificamente no que envolve a tríade Estado/governo-empresa-sociedade.

Ressalta-se que, esse trabalho, focado no contexto brasileiro, foi desenvolvido sob o arcabouço teórico da abordagem da “empresa e sociedade”. Os trabalhos desenvolvidos sob essa vertente consideram a empresa como parte da sociedade e, sendo assim, procuram compreender as relações que se estabelecem nos meandros desse laço (OLIVEIRA, 2008).

1.5 Delimitação da pesquisa

A pesquisa focou os investimentos feitos em ações de responsabilidade social destinadas à sociedade, mais especificamente, a comunidade externa à empresa, realizados por 42 organizações de capital aberto, sendo 10 do setor bancário, 29 do setor energético, 02 do setor siderúrgico e 01 do setor petrolífero¹.

Nessa pesquisa as ações de responsabilidade social foram divididas em dois grupos: “ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais”, conforme os benefícios concedidos em âmbito federal² e “ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais”. Ao todo, foram analisados os investimentos feitos em oito ações de responsabilidade social.

Os dados foram coletados dos balanços sociais das empresas estudadas, modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. O período de análise compreende os anos de 1998 a 2007. No total, foram tabuladas e estudadas as informações de 277 balanços sociais³.

¹ As informações relativas às empresas pesquisadas encontram-se no Anexo A.

² Optou-se por classificar as ações de responsabilidade social segundo as legislações de âmbito federal vigentes no país, visto que, todas as empresas estudadas podem ter feito uso desses incentivos fiscais. Há também incentivos em nível estadual e municipal. Porém, a adoção desse critério seria inviável visto que não seria possível saber exatamente quais ações e quais empresas fizeram uso dessas categorias de incentivos.

³ Cabe ressaltar que o balanço social é o instrumento mais utilizado pelas empresas para a divulgação das ações de responsabilidade social, além de ser um instrumento legitimado perante a sociedade. O tema “balanço social” foi assunto do Capítulo 3.

2 UM NOVO OLHAR SOBRE AS ORGANIZAÇÕES: A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Não há conceito simples. (...) Também não há conceito que tenha todos os componentes (...). Todo conceito tem um contorno irregular (...) (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 27).

Essa temática foi dividida em três tópicos. O primeiro, “Uma breve contextualização histórica das discussões em torno da responsabilidade social da empresa” apresenta, os períodos de formulação do conceito de responsabilidade social, tendo por esteio os trabalhos desenvolvidos por Carrol (1999), Cochran e Wartick (1985), O’Brien e Quazi (2000) e Sethi (1975). No segundo, “Em busca de definições para responsabilidade social empresarial” foram expostas algumas conceituações a partir dos trabalhos de Ashley (2005), Carroll (1991, 1998), Ferrell et al. (2001), Friedman (1962), Froes e Melo Neto (1999), Garcia (2004), Oliveira (2008) e Srour (2000). O terceiro tópico “A problemática da responsabilidade social no Brasil” resgata as iniciativas surgidas nos últimos anos, com o intuito de incentivar as empresas na adoção dos preceitos da responsabilidade social. Foi dado um enfoque especial às iniciativas brasileiras.

2.1 Uma breve contextualização histórica das discussões em torno da responsabilidade social da empresa

(...) all business in a democratic society begins with public permission and exists by public approval. (PAGE apud FITZPATRICK, 2000, p. 292).

Um marco no estudo da responsabilidade social foi a publicação do livro *Social Responsibilities of the Businessman* de autoria de Howard Bowen, em 1953 nos Estados Unidos:

Segundo Howard Bowen, cuja obra é um marco no campo da Responsabilidade Social da Empresa, as primeiras manifestações desta idéia surgiram no início do século, em trabalhos de Charles Eliot (1906), Arthur Hakley (1907) e John Clark (1916). Tais idéias, porém, não tiveram maior aceitação nos meios acadêmicos e empresariais, onde deviam soar - considerando a época - como heresias socialistas (DIAS; DUARTE, 1985, p. 41).

Pode-se considerar que os estudos voltados para a formulação do conceito de responsabilidade social empresarial tiveram três importantes marcos. O primeiro, que corresponde até a primeira metade da década de 1960, trata a responsabilidade social da empresa com enfoque meramente econômico. No segundo marco, que inicia também na década de 1960 e engloba a década seguinte, surgem diálogos de que a empresa possui uma responsabilidade pública, ou seja, além de gerar lucro, empregos e cumprir com as obrigações legais, há a responsabilidade com o bem estar da comunidade. E, por fim, o terceiro marco compreende os estudos formulados entre 1970 e 1990, que estendem ao conceito de responsabilidade social empresarial, elaborado a partir de 1965, o compromisso da empresa também com o bem estar do seu público interno (CARROL, 1999; COCHRAN; WARTICK, 1985).

Os trabalhos desenvolvidos por O'Brien e Quazi (2000) e Sethi (1975) auxiliam na compreensão desses períodos de formulação do conceito de responsabilidade social descritos por Carrol (1999), Cochran e Wartick (1985).

De acordo com Sethi (1975 apud DIAS; DUARTE, 1985), há três estágios do comportamento empresarial: o estágio da obrigação social (prescritiva), o estágio da responsabilidade social (normativa) e o estágio da responsividade ou resposta social (antecipatória e preventiva). Charnov e Montana (1998) e Donnelly et al. (2000 apud LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003), também realizaram estudos na mesma linha, destacando a diferença entre a ausência de responsabilidade social, exceto da exigida por lei e a adoção de

uma postura socialmente responsável mais ampla, criando três níveis de abordagem da responsabilidade social conforme representado na Figura 1.

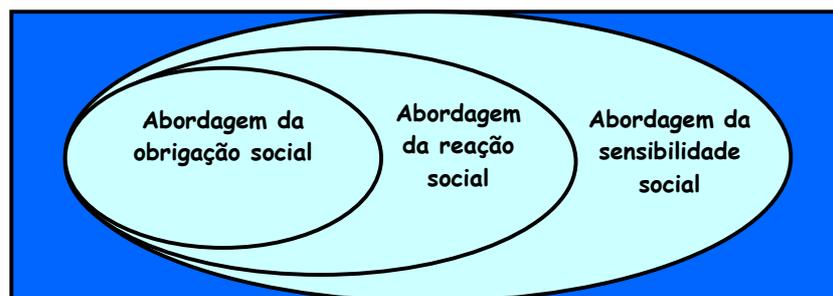


Figura 1 As três abordagens da responsabilidade social

Fonte: Adaptado de Donnelly, Gibson e Ivancevich (2000), baseados em Charnov e Montana (1998 apud LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003, p. 89)

No círculo menor da Figura 1, situa-se a abordagem da obrigação social. De acordo com essa perspectiva, a empresa cumpriu as suas obrigações sociais ao criar bens e serviços em troca de lucro e dentro dos limites legais (DONNELLY et al., 2000 apud LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003).

O círculo do meio representa a abordagem da reação social. Segundo essa abordagem as empresas assumem uma posição reativa quando pressionadas por certos grupos sociais como sindicatos, ativistas sociais, consumidores, dentre outros. Essa posição demonstra o reconhecimento, por parte do empresariado de que as organizações dependem da aceitação da sociedade para existirem e que ignorar os problemas sociais pode ser prejudicial à imagem da organização (DONNELLY et al., 2000 apud LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003).

O círculo maior representa a abordagem da sensibilidade social, ou seja, um comportamento antecipador e preventivo. Nessa abordagem, problemas futuros são previstos e ações são tomadas para evitá-los ou minimizar seus reflexos (DONNELLY et al., 2000 apud LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003).

Traçando relações entre as abordagens desenvolvidas por Sethi (1975) e os estudos de Carrol (1999), Cochran e Wartick (1985) observa-se que, até a primeira metade da década de 1960, o comportamento empresarial pode ser classificado no estágio da obrigação social (prescritiva), de acordo com o qual, a empresa socialmente responsável era aquela que buscava o lucro dentro dos limites legais. O segundo e o terceiro marco, a partir de 1965 possuem as características do estágio da responsabilidade social (normativa), visto que surgem diálogos de que, além da geração de lucro, bens e serviços, a empresa possui responsabilidade tanto com seu público interno quanto externo, conforme os trabalhos citados anteriormente. Quanto ao estágio da sensibilidade social, acredita-se que este ainda encontra-se em construção.

Outro estudo que complementa e pode auxiliar no esclarecimento dos períodos de construção do conceito de responsabilidade social é o de O'Brien e Quazi (2000). Esses autores propuseram um modelo de duas dimensões para demonstrar as abordagens existentes no tocante aos estágios de responsabilidade social de uma empresa, ilustrado na Figura 2.

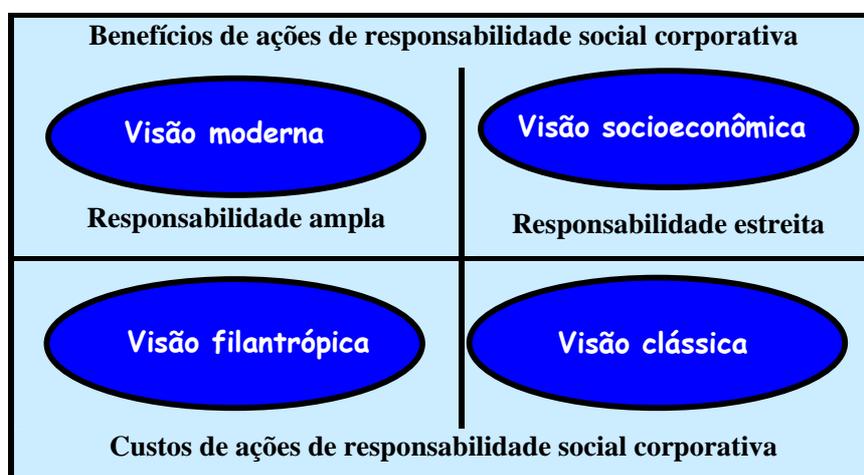


Figura 2 Modelo bidimensional da responsabilidade social corporativa
Fonte: O'Brien e Quazi (2000)

Neste modelo, O'Brien e Quazi (2000) apresentam duas dimensões para a responsabilidade social. A primeira, a responsabilidade ampla, compreende as atividades de negócios que vão além da responsabilidade econômica da empresa. E a segunda, a responsabilidade estreita, na qual o objetivo da empresa é basicamente a maximização do lucro.

A “responsabilidade ampla” se desdobra em duas visões: a “visão moderna”, onde as ações de responsabilidade social poderiam trazer benefícios para a empresa em longo prazo. E a outra, denominada “visão filantrópica”, de acordo com a qual as ações de responsabilidade social devem ser realizadas, mesmo que essas não tragam retornos para a empresa.

A “responsabilidade estreita” se desdobra também em duas visões. A primeira é a “visão socioeconômica”, que considera a função-objetivo da empresa a maximização do lucro. Ainda assim, essa visão reconhece que as práticas de responsabilidade social podem ajudar nessa missão. E a segunda, a “visão clássica”, de acordo com a qual as ações de responsabilidade social não geram valor para a empresa e, portanto, não devem ser adotadas.

Deve-se notar que, a convergência a favor da responsabilidade social se dá entre as visões chamadas “moderna” e “socioeconômica”, segundo as quais, as ações de responsabilidade social estariam gerando valor para a empresa. Isso porque, na opinião de O'Brien e Quazi (2000) existiria um nível de investimento em ações de responsabilidade social que maximizaria os lucros, ao mesmo tempo em que estaria satisfazendo algumas demandas por atividades de cunho social dos múltiplos *stakeholders*. O nível ideal de investimentos em responsabilidade social seria determinado por uma análise de custo-benefício (MCWILLIAMS; SIEGEL, 2001).

Por fim, acrescentando aos estudos de O'Brien e Quazi (2000) as relações traçadas entre as abordagens desenvolvidas por Sethi (1975) e os estudos de Carrol (1999), Cochran eWartick (1985) percebe-se que, até meados

de 1965, as características das vertentes, filantrópica e clássica, tratadas por O'Brien e Quazi (2000), bem como, os aspectos de estágio da obrigação social, definidos por Sethi (1975) caracterizam esse período.

Já os preceitos da visão moderna e socioeconômica do modelo desenvolvido por O'Brien e Quazi (2000) e o estágio da responsabilidade social (normativa) definida por Sethi (1975) caracterizam as ações de responsabilidade social, desenvolvidas a partir de 1965, como, por exemplo, o reconhecimento de que a missão da empresa ultrapassa a obtenção do lucro e inclui questões sociais.

2.2 Em busca de definições para responsabilidade social empresarial

Segundo Srour (2000) a responsabilidade social pode ser definida como uma tentativa de compatibilizar os interesses e exigências das organizações e dos seus diversos *stakeholders*, remetendo a uma cidadania organizacional, no que concerne ao âmbito interno da empresa e, no âmbito externo, à implementação de direitos sociais. De acordo com a ótica de Ferrell et al. (2001) a responsabilidade social seria uma espécie de obrigação que a empresa assume junto à sociedade, com a finalidade de maximizar os efeitos positivos e minimizar os impactos negativos gerados por ela. Froes e Melo Neto (1999) corroboram tanto com a definição de Srour (2000), como de Ferrell et al. (2001) ao conceituarem que, a responsabilidade social de uma empresa consiste na participação da mesma em ações diretamente relacionadas à comunidade, sem descuidar dos interesses dos *stakeholders* internos e buscando minorar as externalidades negativas decorrentes de suas atividades.

Uma das tentativas de definição do conceito foi proposta por Carroll (1991), que aponta quatro fases ou dimensões para a responsabilidade social: econômica, legal, ética e filantrópica. Posteriormente, Carroll (1998), ao rever essas quatro fases ou dimensões da responsabilidade social, ressaltou que elas

estão intimamente relacionadas, embora estejam frequentemente em conflito umas com as outras. Ainda assim, cada uma dessas dimensões não existe separadamente e o conjunto delas significa a adoção da responsabilidade social.

Traçando uma evolução dos estudos sobre responsabilidade social empresarial, observa-se que, partindo de uma visão econômica clássica tão amplamente divulgada por Friedman (1962), de que a empresa socialmente responsável é aquela que responde exclusivamente às expectativas de seus acionistas⁴, passando pela visão daqueles que vêem as ações de responsabilidade social empresarial como uma medida que esvazia a figura do Estado como regulador das questões sociais; ou mesmo como um recurso de marketing, chega-se à conclusão de que a empresa socialmente responsável é aquela capaz de lidar com as expectativas dos diversos *stakeholders*, atuais e futuros, “na visão mais radical de sociedade sustentável” (ASHLEY, 2005, p. 47; GARCIA, 2004).

Enfim, mesmo após os esforços para se compreender a definição da responsabilidade social corrobora-se com as reflexões apresentadas por

⁴ Nesse sentido Oliveira (2008, p. 69) expõe que:

(...) por que uma empresa que segue a legislação rigorosamente não poderia ser considerada socialmente responsável? Ela não estaria cumprindo seu papel de cidadã pagando seus impostos e seguindo as legislações trabalhista e ambiental? Não há nenhum argumento plausível para negar que uma empresa cumpridora de suas obrigações pudesse ser considerada socialmente responsável. Entretanto, o reverso é verdadeiro, ou seja, uma empresa que não cumpre com a legislação não pode ser considerada socialmente responsável.

No intuito de traçar uma reflexão em torno da afirmação de Friedman (1962) e dos questionamentos de Oliveira (2008) encontra-se no Anexo B uma comparação dos investimentos em responsabilidade social com os tributos das empresas que compõem o estudo.

Oliveira (2008, p. 71):

(...) não há uma definição unânime de responsabilidade social. Porém, alguns modelos mais clássicos têm aparecido nos debates da literatura nos últimos anos. Esses modelos assumem que existem responsabilidades sociais da empresa que vão além da pura responsabilidade econômica de maximizar o lucro ou retorno para os acionistas, como propôs Milton Friedman. Incluem, além das questões legais, questões sociais, ambientais e éticas relacionadas aos diversos stakeholders que influenciam ou são influenciados pela empresa.

Ressalta-se, ainda, que há quatro abordagens conceituais para a análise e estudo da responsabilidade social. A primeira, a abordagem da ética empresarial, analisa as ações de responsabilidade social a partir dos conceitos filosóficos da ética. A segunda, a abordagem da gestão social, centra-se no estudo das ações sociais desenvolvidas pela empresa. Já a abordagem dos recursos ambientais trata das reflexões sobre a relação empresa e meio ambiente. E a quarta abordagem, “empresa e sociedade” considera a empresa como parte da sociedade e, nesse contexto, procura compreender as relações que se estabelecem nos meandros desse laço (OLIVEIRA, 2008). Esta última abordagem norteou o presente trabalho.

2.3 A problemática da responsabilidade social no Brasil

Nos últimos anos diversas iniciativas surgiram com o intuito de incentivar as empresas na adoção dos preceitos da responsabilidade social. As Organizações das Nações Unidas (ONU), por exemplo, criaram em 1999 o Pacto Global, uma rede voluntária internacional de cidadania corporativa. Essa rede atua no intuito de conseguir o apoio das empresas e da sociedade civil para a criação de uma estrutura social e ambiental, que assegure a continuação de

mercados livres e aberto. A plataforma propõe o diálogo e transparência em todos os atos de gestão, adotando princípios relacionados aos direitos humanos, do trabalho e do meio ambiente (ARAGÃO; KARKOTLI, 2004; OLIVEIRA, 2008; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2008).

O *Global Reporting Initiative* (GRI) surgiu em 1997 e tem por objetivo tentar harmonizar e integrar as diversas questões relativas à responsabilidade social empresarial como códigos de conduta, sistemas de gestão, padrões de desempenho e convenções internacionais. O GRI difunde a importância de publicar balanços sociais em um modelo único, permitindo assim, comparações e análises (OLIVEIRA, 2008).

Já a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma organização que congrega praticamente todos os países desenvolvidos, criou as diretrizes de responsabilidade social para empresas multinacionais (OLIVEIRA, 2008).

Destaca-se, também, a existência de normas de gestão ambiental (série ISO 14000/14001) e os trabalhos de certificação e conscientização para gestão sustentável de florestas do *Forest Stewardship Council* (FSC) ou Conselho de Proteção das Florestas - representada no Brasil pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal - e o Programa Brasileiro de Certificação Florestal (OLIVEIRA, 2008).

Nesse trabalho, o foco recaiu sobre duas iniciativas brasileiras. A primeira, a Norma Brasileira de Responsabilidade Social, a ABNT NBR 16001, estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema da gestão da responsabilidade social. E a outra, o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE (2009), uma iniciativa da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (2009), com a finalidade de demonstrar o retorno de uma carteira de ações de

empresas localizadas no Brasil, engajadas em ações de responsabilidade social e sustentabilidade empresarial (BOVESPA, 2009)⁵.

A Norma Brasileira de Responsabilidade Social, a ABNT NBR 16001, foi criada em 2004 e tem por objetivo estabelecer algumas condições referentes a um sistema da gestão da responsabilidade social⁶ (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, 2004). A norma aborda, dentre outras questões, aspectos relativos à ética, à atenção aos anseios dos *stakeholders*, a promoção pela organização da cidadania, busca pelo desenvolvimento sustentável e à transparência das atividades. A Norma Brasileira de Responsabilidade Social aplica-se a todos os tipos e portes de organização e permite àquelas que fizerem uso dela a buscarem, por meio de uma organização externa, a certificação de seu sistema de gestão da responsabilidade social (ABNT, 2004).

Merece destaque também, a exigência presente na Norma Brasileira de Responsabilidade Social de registrar e documentar todos os procedimentos relativos à manutenção da gestão da responsabilidade social. Além dessa exigência, há outra relativa à divulgação do sistema de gestão, dos objetivos, metas e dos resultados das ações de responsabilidade social. Essa medida cumpri um dos outros preceitos da própria norma, que é a transparência⁷.

Entretanto, há na Norma Brasileira de Responsabilidade Social questões que merecem uma análise mais criteriosa.

⁵ No Anexo C está disponível uma análise geral das demais normas de padronização relacionadas às ações de responsabilidade social. E no Anexo D encontra-se outros indicadores de responsabilidade social e sustentabilidade existentes no mercado financeiro mundial.

⁶ A ABNT é a única representante do Brasil na Organização Internacional para Padronização (*International Organization for Standardization - ISO*) - organização, que transforma as normas ISO em equivalentes nacionais NBR (OLIVEIRA, 2008).

⁷ Nesse sentido, um instrumento simples e consolidado no meio empresarial brasileiro que auxiliaria as empresas a atenderem a esses preceitos da ABNT NBR 16001 - ou seja, registrar, documentar, divulgar e dar transparência ao processo - seria o balanço social, assunto abordado no Capítulo 3.

A primeira delas é em relação à diferença de ação social e aspectos de responsabilidade social.

De acordo com Oliveira (2008, p. 69) “a ação social pode até ser parte das ações de responsabilidade social de uma empresa, mas a RSC⁸ não se limita a ela”. Enquanto as ações sociais são os investimentos em projetos não ligados diretamente aos negócios da empresa, visando apenas o bem-estar da comunidade, as ações de responsabilidade social configuram-se como investimentos em ações portadoras de valores considerados mais consistentes e fomentadores de capital social direcionadas aos diversos *stakeholders* da organização (ASHLEY, 2005; GARCIA, 2004; GOLDSTEIN, 2007; OLIVEIRA, 2008).

Aliás, outra diferenciação necessária para a formação do conceito de responsabilidade social é a sua distinção de filantropia. De acordo com Goldstein (2007, p. 57):

A filantropia, além disso, é uma espécie de versão leiga da caridade cristã, na qual o apoio ao próximo costuma basear-se em boas intenções e donativos materiais, sem exigência de contrapartidas e pouca intenção de divulgação. Na gestão da responsabilidade social, a empresa, ao contrário, tende a acompanhar seus investimentos no projeto, direcionar os objetivos de maneira estratégica, identificar os pontos críticos e buscar a sustentabilidade, sempre com a preocupação de dar visibilidade a suas ações.

O Quadro 1 apresenta algumas diferenciações entre as ações, ou aspectos de responsabilidade social e ações filantrópicas.

⁸ Segundo Oliveira (2008, p. 2) “(...) responsabilidade social corporativa (RSC)”.

Quadro 1 Distinção das ações filantrópicas e de responsabilidade social.

Na Filantropia	Na Responsabilidade Social
As motivações são humanitárias	O sentimento é de responsabilidade
A participação é reativa e as ações isoladas	A participação é pró-ativa e as ações mais integradas
A relação com o público-alvo é de demandante/doador	A relação com o público-alvo é de parceria
A ação social decorre de uma opção pessoal dos dirigentes	A ação social é incorporada na cultura da empresa e envolve todos os colaboradores
Os resultados resumem-se à gratificação pessoal de poder ajudar	Os resultados são preestabelecidos e há preocupação com o cumprimento dos objetivos propostos
Não há preocupação em associar a imagem da empresa à ação social	Busca-se dar transparência à atuação e multiplicar as iniciativas sociais
Não há preocupação em relacionar-se ao Estado	Busca-se complementar a ação do Estado, numa relação de parceria e controle

Fonte: Garcia (2004, p. 25)

De acordo com a ABNT NBR 16001 (2004, p. 2) ação social é:

2.1 ação social: Atividade voluntária realizada pela organização em áreas tais como assistência social, alimentação, saúde, educação, esporte, cultura, meio ambiente e desenvolvimento comunitário. Abrange desde pequenas doações a pessoas ou instituições até ações estruturadas com uso planejado e monitorado de recursos (Grifo nosso).

E ações – ou aspectos de responsabilidade social – são definidos como (ABNT, 2004, p. 2):

2.2 Aspecto da responsabilidade social: Elemento das relações, processos, produtos e serviços de uma organização, que podem interagir com o meio ambiente, contexto econômico e contexto social

Resgatadas, então, as definições da Norma Brasileira de Responsabilidade Social, a ABNT NBR 16001, e traçando-se um comparativo, entre as definições de ações de responsabilidade social e ações filantrópicas

expostas por Ashley (2005), Garcia (2004), Goldstein (2007) e Oliveira (2008) detectam-se algumas contradições.

A primeira contradição diz respeito à definição de ação social. A norma deixa claro que “ação social” é uma atividade voluntária. Mas não explicita o mesmo em relação ao “aspecto da responsabilidade social”. Tanto a ação social, como as ações de responsabilidade social ou aspectos da responsabilidade social são ações de caráter voluntário realizadas pelas empresas. Porém, essas ações diferenciam-se quanto à abrangência.

Conforme Goldstein (2007, p. 57) se essas ações constituem-se como “doações a pessoas ou a instituições, mas sem exigência de contrapartidas e pouca intenção de divulgação”, caracterizam-se como ações de caráter filantrópico. Como afirma Oliveira (2008, p. 144) “Caridade não é responsabilidade social”.

No tocante, a definição de “aspecto da responsabilidade social: Elemento das relações, processos, produtos e serviços de uma organização, que podem interagir com o meio ambiente, contexto econômico e contexto social” (ABNT, 2004, p. 2) expõem-se o mesmo questionamento: a empresa tem a intenção de “acompanhar seus investimentos no projeto, direcionar os objetivos de maneira estratégica, identificar os pontos críticos e buscar a sustentabilidade, sempre com a preocupação de dar visibilidade a suas ações” (GOLDSTEIN, 2007, p. 57)? Caso a resposta seja afirmativa então serão ações ou aspectos de responsabilidade social.

Verifica-se, pelas argumentações expostas, que o texto da Norma Brasileira de Responsabilidade Social é obtuso, quanto à definição de “ação social” e no tocante aos “aspectos de responsabilidade social”.

Visto que é uma norma de âmbito nacional seria importante uma revisão dos conceitos adotados. Caso contrário há risco tanto da auditoria externa para a

certificação, quanto da própria norma não terem propósito, pois, o que pode ser tudo, pode ao mesmo tempo, ser nada...

Outro ponto que merece atenção na norma é em relação ao desempenho da responsabilidade social. O tópico 2.3 da Norma Brasileira de Responsabilidade Social define desempenho da responsabilidade social como: “síntese dos desempenhos ambientais, econômicos e sociais da organização, de forma integrada, levando-se em consideração todas as partes interessadas” (ABNT, 2004, p. 2).

O desempenho econômico de uma empresa pode ser medido pelo retorno sobre o patrimônio líquido e retorno sobre o ativo, por exemplo. Mas como seriam medidos os desempenhos ambientais e sociais? Quais parâmetros devem ser adotados?

Aliás, consta na norma que: “os requisitos desta Norma são genéricos para que possam ser aplicados a todas as organizações” (ABNT, 2004, p. 7). No entanto, como foi demonstrado, alguns requisitos são genéricos demais, o que pode ocasionar falhas na avaliação do processo, podendo afetar, em última instância, a credibilidade da certificação.

A propósito, outra iniciativa surgida nos últimos anos com o intuito de incentivar as empresas na adoção dos preceitos da responsabilidade social foi a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa). No processo de criação do ISE a Bovespa contou com a parceria da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), International Finance Corporation (IFC), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Ministério do Meio Ambiente. Posteriormente, o Programa das Nações Unidas para o Meio

Ambiente (PNUMA) ingressou no Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial tem como foco os investidores que procuram empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para a aplicação de seus recursos (ISE, 2009).

Segundo a BOVESPA (2009, p. 5):

O ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial é um índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial (no máximo 40). Tais ações são selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA em termos de liquidez, e são ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação.

Para formar a carteira é encaminhado anualmente um questionário às empresas pré-selecionadas, ou seja, aquelas que possuem as 150 ações mais líquidas. Concluída essa etapa o Conselho escolhe as empresas com melhor classificação, considerando aspectos como relacionamento com empregados e fornecedores; comunidade; transparência das informações; governança corporativa e impacto ambiental das organizações candidatas⁹.

Cabe observar que, a revisão da carteira é anual e a Bovespa é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice.

Como vantagem da participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial a Bovespa cita o reconhecimento pelo mercado da empresa atuando com responsabilidade social, de forma sustentável e preocupada com o impacto ambiental das suas atividades. Segundo a BOVESPA (2009, p. 35): “o ISE é um “selo de qualidade””. Nesse sentido, a Comissão das Comunidades Europeias

⁹ Os critérios de seleção para compor o índice foram estabelecidos após consulta pública com a participação de representantes dos *stakeholders*.

(2001) afirma que o reconhecimento de uma empresa socialmente responsável, por meio da sua inscrição em um índice bolsista de valores éticos pode refletir positivamente na cotação de suas ações. Afinal, a competição pela imagem de empresa socialmente responsável referendada, no caso, pela inscrição em indicadores de responsabilidade social e sustentabilidade presentes no mercado financeiro, já se insere na lógica de uma “racionalidade estratégica de ações” (PEREIRA, 2007, p. 51).

Como mencionado anteriormente, essa é mais uma iniciativa surgida nos últimos anos com o intuito de incentivar e auxiliar as empresas no alcance de melhores desempenhos, em termos de sustentabilidade financeira aliada às ações de responsabilidade social e ambiental. Entretanto, ressalta-se que a composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) possui dois pontos obscuros.

Um deles refere-se aos “critérios de exclusão”. Segundo as regras do ISE uma empresa será excluída do índice (BOVESPA, 2009, p. 5):

b) Se, durante a vigência da carteira, a empresa emissora entrar em regime de recuperação judicial ou falência (...). No caso de oferta pública que resultar em retirada de circulação de parcela significativa de ações do mercado, suas ações serão excluídas da carteira.

c) Se, durante a vigência da carteira, ocorrer algum acontecimento que altere significativamente seus níveis de sustentabilidade e responsabilidade social, o Conselho do ISE poderá decidir pela sua exclusão da carteira do índice.

Contudo, não há nenhuma ponderação em relação à participação de empresas dos setores de tabaco, armas e bebidas alcoólicas. Esse fato resultou na saída do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) do conselho, em abril de 2005. Também, não consta nos “critérios de exclusão” do ISE nenhuma ponderação relativa à participação dos setores de “papel e celulose, energia elétrica e siderurgia, cujas atividades causam impactos

ambientais significativos e, portanto, possuem práticas questionáveis em termos de sustentabilidade” (COM CIÊNCIA, 2006).

Outro ponto obscuro está relacionado à transparência do processo. Os questionários respondidos pelas empresas não são divulgados. Essa ação seria crucial para que a sociedade possa monitorar se as respostas dadas pelas organizações correspondem, de fato, à realidade de suas práticas (COM CIÊNCIA, 2006).

Cabe mencionar que, o Índice de Sustentabilidade Empresarial ainda gera polêmicas. Conforme nota divulgada no sítio da BOVESPA (2009): “O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social está suspenso do Conselho Deliberativo do ISE no período da carteira 2008/2009.” Com a suspensão do Instituto Ethos e com a saída, em 2005, do IBASE - organizações da sociedade civil e referências, em termos de responsabilidade social no Brasil - fica estabelecido um cenário nebuloso e, no mínimo, repleto de incertezas (INSTITUTO ETHOS, 2009a).

Acredita-se que a consolidação de uma sociedade democrática está baseada, dentre outros fatores, no diálogo. E considerando que a ação em questão trata de uma iniciativa com o intuito de auxiliar as empresas no alcance de melhores desempenhos em termos de responsabilidade social, sustentabilidade financeira e ambiental, o diálogo torna-se um ponto nevrálgico. Apenas por meio dele é possível conciliar os interesses e exigências de todos os atores envolvidos no processo.

A propósito, tratando-se das referências em responsabilidade social no Brasil, é interessante apresentar as duas instituições anteriormente mencionadas: o Instituto Ethos de Responsabilidade Social e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o IBASE.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi fundado em 1998 por iniciativa de um grupo de empresários e caracteriza-

se como uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip). Sua missão consiste em “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (INSTITUTO ETHOS, 2009a). Assim, o instituto busca auxiliar as empresas a compreenderem e incorporarem o conceito de responsabilidade social à sua gestão. Na visão da instituição (INSTITUTO ETHOS, 2009):

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Com o propósito de apoiar e consolidar o movimento pela responsabilidade social no Brasil, o Instituto Ethos criou, com a participação de colaboradores, os “Indicadores Ethos de Responsabilidade Social”. Esses indicadores são apresentados em forma de um questionário dividido em sete grandes temas: valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade, governo e sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2009b).

Segundo o Instituto Ethos (2009b) esses indicadores constituem-se numa ferramenta de gestão e planejamento executada por meio de autodiagnóstico. A principal finalidade desse instrumento é auxiliar as empresas, independente de porte ou setor de atuação, a gerenciarem os impactos sociais e ambientais decorrentes de suas atividades.¹⁰

¹⁰ No Anexo E expõe-se a Figura 1E que apresenta os sete grandes temas e principais tópicos que compõem os Indicadores Éticos de Responsabilidade Social.

Dentre as iniciativas realizadas para apoiar e disseminar o movimento pela responsabilidade social no Brasil destaca-se, também, as ações do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Criado em 1981, essa instituição, sem fins lucrativos, tem como missão “aprofundar a democracia, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE, 2009). O instituto também acredita na “construção de uma cultura democrática de direitos, no fortalecimento do tecido associativo e no monitoramento e influência sobre políticas públicas” (IBASE, 2009).

Especificamente em relação às ações destinadas à disseminação e consolidação dessas práticas no Brasil, o IBASE liderou, em 1997, uma campanha com o objetivo de mostrar aos empresários e a sociedade a importância da elaboração e divulgação do balanço social anualmente em um único modelo¹¹ para garantir um padrão mínimo de informações no intuito de assegurar a avaliação e a divulgação adequada da responsabilidade social da empresa.

Há de se considerar ainda as contribuições advindas do meio acadêmico. Nesse contexto, ressaltam-se as publicações científicas sobre o tema divulgadas em congressos e periódicos no país. Com relação a este fato descobrir a evolução, as temáticas e as metodologias mais adotadas nas pesquisas sobre responsabilidade social pode auxiliar na caracterização dos estudos sobre a temática no Brasil¹².

Assim, no intuito de esclarecer essa questão realizou-se, inicialmente uma pesquisa nos sites dos periódicos editados nas áreas de Administração e

¹¹ No Anexo F encontra-se o atual modelo de balanço social adotado pelo IBASE, demonstrativo abordado no tópico 3.2.

¹² No Anexo G encontra-se uma tabela contendo o número de artigos selecionados e analisados de acordo com o periódico.

Ciências Contábeis no Brasil, com classificação entre A1 e B2. Essa etapa teve por objetivo selecionar os artigos, que apresentavam as palavras-chave: “ética”, “responsabilidade social” e “balanço social”. Foram selecionados 73 trabalhos. Observou-se com a análise desses trabalhos que a RAE (Revista de Administração Eletrônica) destaca-se em relação aos demais periódicos quanto à publicação de artigos abordando a temática responsabilidade social.

Outra informação analisada foi a evolução da publicação desses trabalhos considerando-se o ano e periódico¹³. Assim, foi possível verificar que o auge das publicações sobre “ética”, “responsabilidade social” e “balanço social” ocorreu em 2007.

Aliás, a análise dos trabalhos publicados ao longo desses anos mostra que as temáticas “balanço social e divulgação de informações sociais”, bem como, “responsabilidade social e estratégia” destacam-se em relação às demais, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 Temáticas abordadas nos artigos analisados.

Temáticas	Quantidade de artigos por temática	%
Balanços sociais e divulgação de informações sociais	13	16,88
Dimensões da RSE	6	7,79
RSE e Estratégia	13	16,88
Ética e Responsabilidade social	9	11,69
Percepções da RSE segundo grupos estudados	9	11,69
Performance de Práticas de RSE	3	3,90
Práticas de RSE	8	10,39
RSE e a Sustentabilidade	3	3,90
RSE e Certificação	2	2,60
RSE e Cidadania	2	2,60
RSE e Marketing	7	9,09
RSE e Performance Financeira	1	1,30
Estado da Arte em RSE	1	1,30
Total	77	100,00

¹³ No Anexo H pode ser vista a evolução da publicação dos trabalhos sobre “ética”, “responsabilidade social” e “balanço social” considerando-se o ano e periódico.

Quanto aos aspectos metodológicos, verificou-se que os artigos, em sua grande maioria, são desenvolvidos a partir de uma abordagem teórico-empírica, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 Aspectos metodológicos.

Tipo de Estudo	Nº	%
Teórico	25	34,25
Teórico-Empírico	47	64,38
Empírico	1	1,37
Total	73	100,00

No campo de estudo da responsabilidade social no Brasil cabe destacar o trabalho realizado por Figueiredo e Moretti (2007). Esses autores analisaram os artigos publicados sobre o tema no principal evento científico da área de Administração e Contabilidade no país. Segundo esses autores “existe exagerada concentração das citações em poucas obras genéricas da área de administração, o que inibe revelar novos talentos e propostas para o campo” (FIGUEIREDO; MORETTI, 2007, p. 81). Ademais, esse fato demonstra o “forte componente reprodutor” das obras desenvolvidas no país (FIGUEIREDO; MORETTI, 2007, p. 82).

2.4 Modelo sintético da responsabilidade social empresarial e dos demais aspectos abordados

Por fim, criou-se um modelo sintético elaborado a partir dos conceitos de responsabilidade social empresarial e dos demais aspectos abordados nesse tópico, representado na Figura 3.

Cabe ressaltar que, nesse modelo sintético foram acrescentadas duas dimensões às propostas por Carroll (1991) no tocante à definição de responsabilidade social, ou seja, as dimensões econômicas, legal, ética e filantrópica.

A primeira modificação - e acréscimo - diz respeito à dimensão filantrópica. Baseando-se nas diferenciações entre filantropia e responsabilidade social expostas nos estudos de Ashley (2005), Garcia (2004), Goldstein (2007) e Oliveira (2008) a nomenclatura “dimensão filantrópica” foi modificada para “dimensão social”. E essa dimensão foi dividida em duas: “dimensão de responsabilidade social empresarial” e “dimensão filantrópica”.

A segunda modificação foi o acréscimo da dimensão ambiental. Segundo os trabalhos de Ferrell et al. (2001), Froes e Melo Neto (1999) um dos preceitos da responsabilidade social seria a obrigação da empresa de minimizar as externalidades negativas decorrentes de suas atividades. Considera-se que uma dessas externalidades negativas está relacionada ao risco de impacto ambiental inerente a determinadas atividades empresariais como a siderúrgica, energética e petrolífera. Justifica-se, então, a inclusão dessa dimensão nos estudos sobre responsabilidade social.

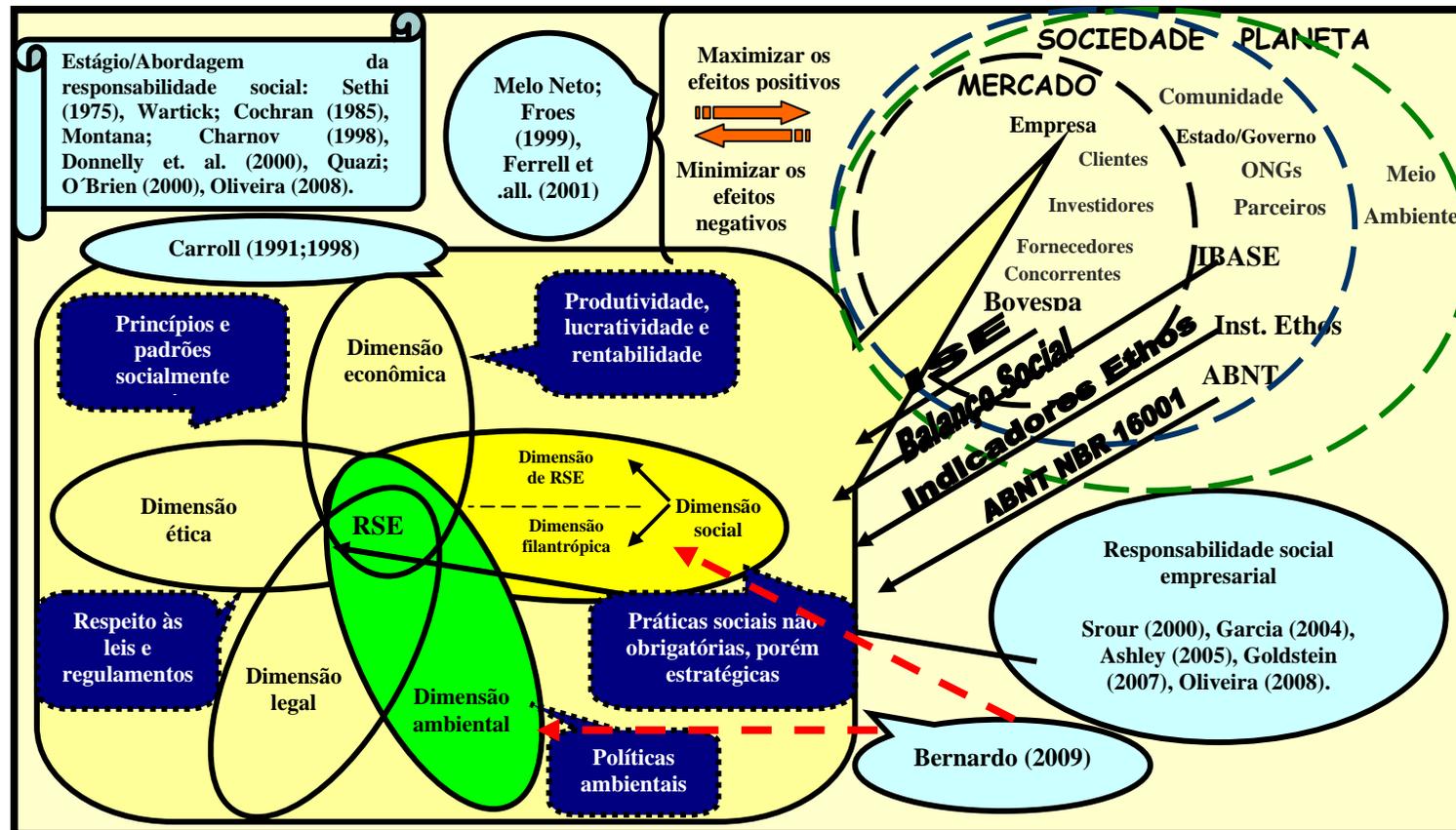


Figura 3 Modelo sintético da responsabilidade social e dos demais aspectos abordados nesse trabalho.

3 BALANÇO SOCIAL: UM INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Essa temática foi dividida em dois tópicos. O primeiro, “Balanço social: conceitos e objetivos” apresenta, com base nos estudos de Cappellin e Giuliani (1999), Dias e Duarte (1985), IBASE (2009), Instituto Ethos (2009a), Kroetz (2000) e Tinoco (2001), a definição e finalidade do balanço social. O tópico também expõe as quatro vertentes para construção e análise desse demonstrativo: o balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, os benefícios e a contribuição à sociedade em geral e a demonstração do valor adicionado.

O segundo, “Contextualização das ações para divulgar e consolidar o balanço social: um enfoque no meio empresarial brasileiro” resgata, a partir de determinados marcos históricos, o surgimento do balanço social. Em seguida, o tópico exhibe algumas iniciativas surgidas no Brasil no intuito de conscientizar os gestores da importância da publicação e exposição desse demonstrativo.

3.1 Balanço social: conceitos e objetivos

Froes e Melo Neto (1999) lembram que a responsabilidade social pode ser vista como um compromisso da empresa com a sociedade. E nessa relação a empresa deve prestar contas do seu desempenho pelo uso dos recursos que dela utiliza como recursos naturais, financeiros, a capacidade de trabalho dos seus funcionários e os serviços prestados pelo Estado.

Um demonstrativo que pode auxiliar as empresas a prestar contas dos projetos, benefícios e ações sociais desenvolvidos pelas organizações é o balanço social, conhecido também como relatório de sustentabilidade ou relatório de responsabilidade social. Segundo Tinoco (2001, p. 14):

Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.

De acordo com Kroetz (2000) o balanço social é uma ferramenta gerencial que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre as relações entidade/ambiente. Em certos países, como Estados Unidos, Bélgica, França, Portugal e Canadá os indicadores contidos no balanço social podem auxiliar na elaboração do planejamento estratégico da organização (CAPPELLIN; GIULIANI, 1999).

Em síntese, esse demonstrativo é uma forma de comunicar os efeitos sociais e ambientais das ações econômicas para determinados grupos (GRAY; KOUHY; LAVERS, 1987, p. 10 apud MURTHY, 2008).

Aliás, de forma geral, esse demonstrativo é elaborado e estudado a partir de quatro vertentes: o balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, os benefícios e a contribuição à sociedade em geral e a demonstração do valor adicionado (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI, 2007; SANTOS, 2003).

O balanço ambiental demonstra a postura da empresa em relação aos recursos naturais, como o impacto das suas ações no meio ambiente e as respectivas reações no patrimônio da entidade.

Já o balanço de recursos humanos evidencia o perfil da força de trabalho (idade, sexo, formação escolar, remuneração e benefícios recebidos na empresa, dentre outros).

A vertente dos benefícios e contribuições à sociedade em geral, configura-se, por sua vez, como as “contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados, etc” (SANTOS, 2003, p. 11).

E por último, a demonstração do valor adicionado (DVA) que, no âmbito da ciência contábil, discrimina o que a empresa agregou de riqueza à sociedade onde está inserida (FIPECAFI, 2007).

Cada Estado-Nação enfatiza uma dessas vertentes na elaboração do Balanço Social, como demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 Balanço social: panorama internacional.

País	Balanço social – enfoque
Estados Unidos	Ênfase nas informações sobre a qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental. Porém, contém pouca informação aos seus funcionários, valor adicionado.
Holanda	Enfoque em informações sobre as condições de trabalho.
Suécia	Ênfase nas informações para os funcionários.
Alemanha	Enfoque nas condições de trabalho e nos aspectos ambientais. Não há legislação específica.
Inglaterra	Ênfase no conceito de <i>stakeholders</i> , relatórios abrangentes.
França	Enfoque nas informações aos funcionários: remuneração, condições de trabalho e formação profissional. Não possui informações de ordem econômica ou de gestão financeira.
Espanha	Informações dirigidas aos acionistas, funcionários, comunidade, sindicatos, Estado, dentre outros. Não há obrigatoriedade legal de elaborar e publicar o Balanço Social.
Portugal	Ênfase nas informações sobre emprego, custos com pessoal; higiene e segurança. A elaboração e a publicação, do balanço social, como visto, é lei desde 1985. Atualmente, o balanço social é feito pelas empresas com, pelo menos, 100 funcionários.
Bélgica	Ênfase nas informações sobre os funcionários. A publicação do balanço social é obrigatória para todas as empresas, desde 1986.

Fonte: Adaptado de De Luca (1998)

De acordo com a Tabela 3 observa-se que cada país foca uma das vertentes na elaboração do balanço social. Destaca-se que as informações contidas nesse relatório devem ser diretas, simples e transparentes, permitindo aos diversos *stakeholders* conhecer e avaliar as ações realizadas pela empresa (TINOCO, 2001). Além de tornar “pública a responsabilidade social empresarial” (IBASE, 2009) a “(...) publicação de um balanço social oferece uma proposta de diálogo com os diferentes públicos envolvidos no negócio da empresa que o adota” (INSTITUTO ETHOS, 2009).

Aliás, cabe ressaltar que muitos dos estudos sobre balanço social são realizados em países desenvolvidos, como aqueles da Europa Ocidental, Estados Unidos e Austrália. A aplicação das mesmas regras e formas de regulação desse e outros demonstrativos, em países recém industrializados merecem cautela devido aos diferentes contextos (BELAL, 2001). Nesse sentido, a expansão dos estudos sobre o tema nesses países permitiria conhecer a motivação para a elaboração do balanço social, bem como a eficácia dos indicadores contidos nesse demonstrativo para a tomada de decisão, dentre outros aspectos.

3.2 Contextualização das ações para divulgar e consolidar o balanço social: um enfoque no meio empresarial brasileiro

Desde o início do século XX, registram-se manifestações em prol do compromisso das empresas com o bem-estar da comunidade onde se encontram (BORGER, 2001; DIAS; DUARTE, 1985; OLIVEIRA, 2008; TENÓRIO, 2006).

Todavia, foi somente a partir de 1960, nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa no início de 1970, particularmente na França, Alemanha e Inglaterra, que a idéia de responsabilidade social e balanço social difundiram-se no meio acadêmico e começaram a se tornar ferramenta para os gestores (DIAS; DUARTE, 1985).

Em 1960 tanto nos EUA como na Europa o repúdio da população à guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito pela produção de bombas de fragmentação e gases paralisantes, dentre outros (TINOCO, 2001). Nesse contexto, a sociedade começou a exigir uma nova postura ética e diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais.

Na Europa, a idéia de responsabilidade social das empresas popularizou-se em meados de 1970. Em 1971, a companhia alemã Steag produziu uma espécie de relatório social de suas atividades sociais. Porém, o que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais aconteceu na França, em 1972, quando a empresa Singer elaborou o primeiro balanço social da história das empresas. Nesse período as empresas francesas começaram a publicar quadros com dados relativos à gestão do pessoal e às condições sociais, juntamente com as demonstrações financeiras. A partir de 1977 se tornou obrigatória a publicação do balanço social na França, pelas empresas com 750 ou mais funcionários; Lei n.º 77.769, de 12 de julho de 1977. Em 1982, a obrigatoriedade passou a valer para àquelas com 300 ou mais empregados (SUCUPIRA, 1999).

Diversos países seguiram os passos pioneiros da França e também começaram a difundir a importância da elaboração do documento. Entre eles, os Estados Unidos, a Holanda, a Suécia e a Inglaterra. Em Portugal, a elaboração e a publicação do balanço social é lei desde 1985. Na Bélgica, a publicação do balanço social é obrigatória para todas as empresas desde 1986.

No Brasil, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a elaborar, em 1978, um modelo de balanço social e em 1980 organizou um Seminário Internacional sobre Balanço Social e lançou o livro “Balanço Social na América Latina” (INSTITUTO ETHOS, 2007). Porém, só a partir do início de 1990 algumas empresas, muito poucas, passaram a

divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas para seu corpo de funcionários, comunidade e meio ambiente.

O balanço social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, foi realizado em 1984, sendo considerado o primeiro documento brasileiro do gênero. No mesmo período, estava sendo realizado o balanço social do Sistema Telebrás, publicado em meados da década de 1980. O Banespa realizou o seu em 1992, compondo a lista das empresas precursoras em balanço social no Brasil.

Destaca-se, também, a criação do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), na década de 1970, como o primeiro relatório obrigatório para todas as empresas brasileiras que aborda aspectos sociais e do corpo funcional. Como salienta Torres (2001, p. 18) “apesar de mais antigo que o Balanço Social francês, as informações contidas na RAIS são muito inferiores, tanto qualitativa como quantitativamente”.

Em 1980, as práticas sociais começaram a se fortalecer no meio empresarial. Naquele momento, os sindicatos se consolidaram e, juntamente com eles, sedimentaram-se as organizações não governamentais (ONGs). Ampliaram-se as discussões acerca da atuação social das empresas e da ética empresarial. Com isso, algumas empresas passaram a investir em ações sociais e perceberam a necessidade de tornar públicas essas ações (BERNARDO; MADEIRA; MARTINS, 2002).

No entanto, foi em 1997, com a atuação do sociólogo Hebert de Souza, o “Betinho”, que a idéia de responsabilidade social das empresas e a proposta da divulgação do Balanço Social alcançaram maior projeção nacional. Naquele ano, Betinho, representando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em parceria com outras organizações, lançou uma campanha para a divulgação anual do balanço social (SUCUPIRA, 2009), sob a alegação de que

este passaria a ser o “primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa-cidadã” (SOUZA, 1990).

De acordo com Torres (1998 apud FREIRE; SILVA, 2001), o modelo elaborado pelo IBASE tinha algumas peculiaridades, como: ter sido desenvolvido pela iniciativa de uma ONG; diferenciar as ações e os benefícios obrigatórios dos realizados de forma voluntária; possuir essencialmente dados quantitativos, além de permitir a comparação entre diferentes empresas e uma avaliação de uma mesma corporação, ao longo dos anos, desde que seja preenchido de forma transparente.

O balanço social do IBASE teve o apoio de técnicos, pesquisadores e diversos representantes de instituições públicas e privadas. Também contou com o apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de uma Instrução Normativa, que indicava que as empresas de capital aberto deveriam elaborar o balanço anualmente. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), reguladora das empresas do setor, também apoiou a elaboração do balanço social no modelo do IBASE. Esta é a razão pela qual as empresas que publicam esse demonstrativo, desde a sua origem são, em sua maioria, de capital aberto e do setor elétrico (TORRES, 1998 apud FREIRE; SILVA, 2001).

Em 1998, como incentivo à publicação do balanço social, o IBASE lançou “Selo Balanço Social IBASE/Betinho”, conferido anualmente a todas as empresas que publicam o balanço social de acordo com o modelo proposto. O selo pode ser mostrado em anúncios, embalagens, balanço social, *sites* e campanhas publicitárias (IBASE, 2009).

O instituto elaborou modelos de balanço social específico para cooperativas, micro e pequenas empresas e para instituições de ensino, fundações e organizações sociais. Cabe mencionar que, esse trabalho foca outro modelo de balanço social elaborado pelo IBASE: aquele destinado às organizações privadas. Esse modelo, presente no Anexo F, apresenta

informações quantitativas e qualitativas, tanto do exercício atual como do exercício anterior. Reúne indicadores financeiros, ações de responsabilidade social voltadas para o público interno da empresa, sociedade, meio ambiente, ações específicas envolvendo o corpo funcional e quanto ao exercício da cidadania empresarial. Para os indicadores sociais internos - compostos por ações realizadas para o público interno da empresa - é proposta uma comparação percentual, em relação à folha de pagamento bruto e à receita líquida da empresa. Já os indicadores sociais externos - que focam as ações realizadas para a comunidade externa à organização - e indicadores ambientais - que compreendem ações relacionadas com a produção e operação da empresa, bem como os investimentos em programas externos - se propõem à mesma comparação percentual, contudo, em relação ao resultado operacional e à receita líquida.

Já a apresentação das informações de forma bienal permite a realização de análises comparativas dos investimentos em ações de responsabilidade social, além de auxiliar na elaboração das diretrizes de estratégias de responsabilidade social da organização.

O modelo também oferece oportunidades para a realização de diversos estudos. Isso porque os indicadores, segundo (KROETZ, 2000, p. 74):

rastreiam grande número de informações sociais, que são de imensa valia para análises do desempenho social da entidade, bem como servirão de parâmetro para previsões orçamentárias da própria organização e das instituições governamentais.

Outra qualidade do modelo de balanço social do IBASE é a simplicidade e a clareza dos indicadores elencados, o que facilita a interpretação dos dados.

Enfim, os fatores que contribuíram para conscientização da importância da publicação do balanço social nas organizações brasileiras são múltiplos e

complexos. Dentre esses, destacam-se a pressão por parte das agências internacionais de fomento, as campanhas de várias instituições de preservação da natureza para que as empresas privadas e públicas reduzam o impacto ambiental, o apoio cultural de grandes empresas multinacionais e nacionais e a Constituição de 1988, que universalizou os direitos trabalhistas, estendendo as normas vigentes no meio urbano aos trabalhadores rurais (TORRES, 1998 apud CAPPELLIN; GIULIANI, 1999; FREIRE; SILVA, 2001).

Merece destaque, também, as mudanças advindas com a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007). Essa legislação altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações e permite que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Uma das alterações advindas com essa legislação foi a inclusão da demonstração do valor adicionado (DVA) como publicação obrigatória para todas as companhias de capital aberto.

De acordo com o art. 188, inciso II da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a demonstração do valor adicionado compreende (BRASIL, 2007):

o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Essa iniciativa corresponde a um avanço na divulgação de informações contábeis no Brasil. Isso porque a DVA constituiu-se numa ferramenta importante, na medida em que apresenta um conjunto de elementos que permitem a análise e avaliação, de forma abrangente do desempenho econômico

voltado para geração da riqueza, criada pela empresa, e conseqüentemente, da sua distribuição.

Ainda no campo das conquistas em prol da transparência das informações de caráter social, realizadas pelas empresas no Brasil há de se considerar a ação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que em 2004, lançou a norma técnica “NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental”. Essa norma apresenta conceitos e procedimentos aplicados de Contabilidade, com objetivo de auxiliar as organizações na divulgação das suas ações de responsabilidade social (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, 2009).

De acordo com a NBC T 15 entendem-se como informações de natureza social e ambiental, aquelas relacionadas à geração e a distribuição de riqueza; aos recursos humanos; à interação da entidade com o ambiente externo e à interação com o meio ambiente. A seguir, cada uma dessas categorias é descrita.

As informações sobre a geração e a distribuição de riqueza devem ser apresentadas conforme a Demonstração do Valor Adicionado.

Já as informações sobre os recursos humanos compreendem: total de admissões; demissões; empregados; estagiários; empregados portadores de necessidades especiais e prestadores de serviços terceirizados no final do exercício. As informações sobre os recursos humanos incluem, ainda, o total de empregados por sexo, faixa etária, nível de escolaridade, percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo e informações relativas às ações trabalhistas. Também devem ser divulgados dados referentes à remuneração (remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos; relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores); e dados relativos a gastos com: encargos sociais; alimentação; transporte; previdência privada; saúde; segurança e medicina do trabalho; educação; cultura; capacitação e

desenvolvimento profissional; creches ou auxílio- creches e as participações nos lucros ou resultados.

As informações sobre a interação da entidade com o ambiente externo, por sua vez, incluem dados do relacionamento da empresa com a comunidade na qual está inserida como: clientes (reclamações recebidas e ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações); fornecedores (se a empresa utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção dos mesmos). Ainda, devem ser evidenciados os investimentos em educação, cultura, esporte, alimentação, saúde e saneamento.

Por fim, as informações sobre a interação da empresa com o meio ambiente compreendem os investimentos ou gastos, com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, educação ambiental para todos os funcionários e para a comunidade, projetos ambientais, quantidade de processos ambientais e valor das multas e indenizações relativas à matéria ambiental, passivos e contingências ambientais.

Segundo a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, as informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item. Para efeito de comparação, devem ser colocadas informações referentes ao exercício atual e ao exercício anterior. Ressalta-se que, além dessas informações, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

Um ponto que merece destaque na NBC T 15 é a preocupação com a transparência das informações. Nesse sentido, o tópico 15.3.3 expõe que a demonstração de Natureza Social e Ambiental “deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento”. Considera-se que essa regra gera credibilidade e, conseqüentemente, legitimidade ao demonstrativo, visto que as informações contidas nele serão passíveis de auditoria. Ademais, essa iniciativa

pode representar uma alternativa para afastar o jargão “balanço social é mera peça de marketing empresarial”.

3.3 Modelo sintético dos indicadores do balanço social do IBASE e sua relação com demais aspectos abordados

A Figura 4 apresenta uma síntese dos indicadores presentes no modelo de balanço social do IBASE e sua relação com as principais vertentes de estudo desses demonstrativos, sua consonância aos preceitos da Lei 11.638/07 e da NBCT 15, além de seus usuários primários (BRASIL, 2007).

A elaboração e publicação do balanço social do IBASE e dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social são ferramentas importantes e complementares na divulgação da responsabilidade social empresarial das empresas no Brasil.

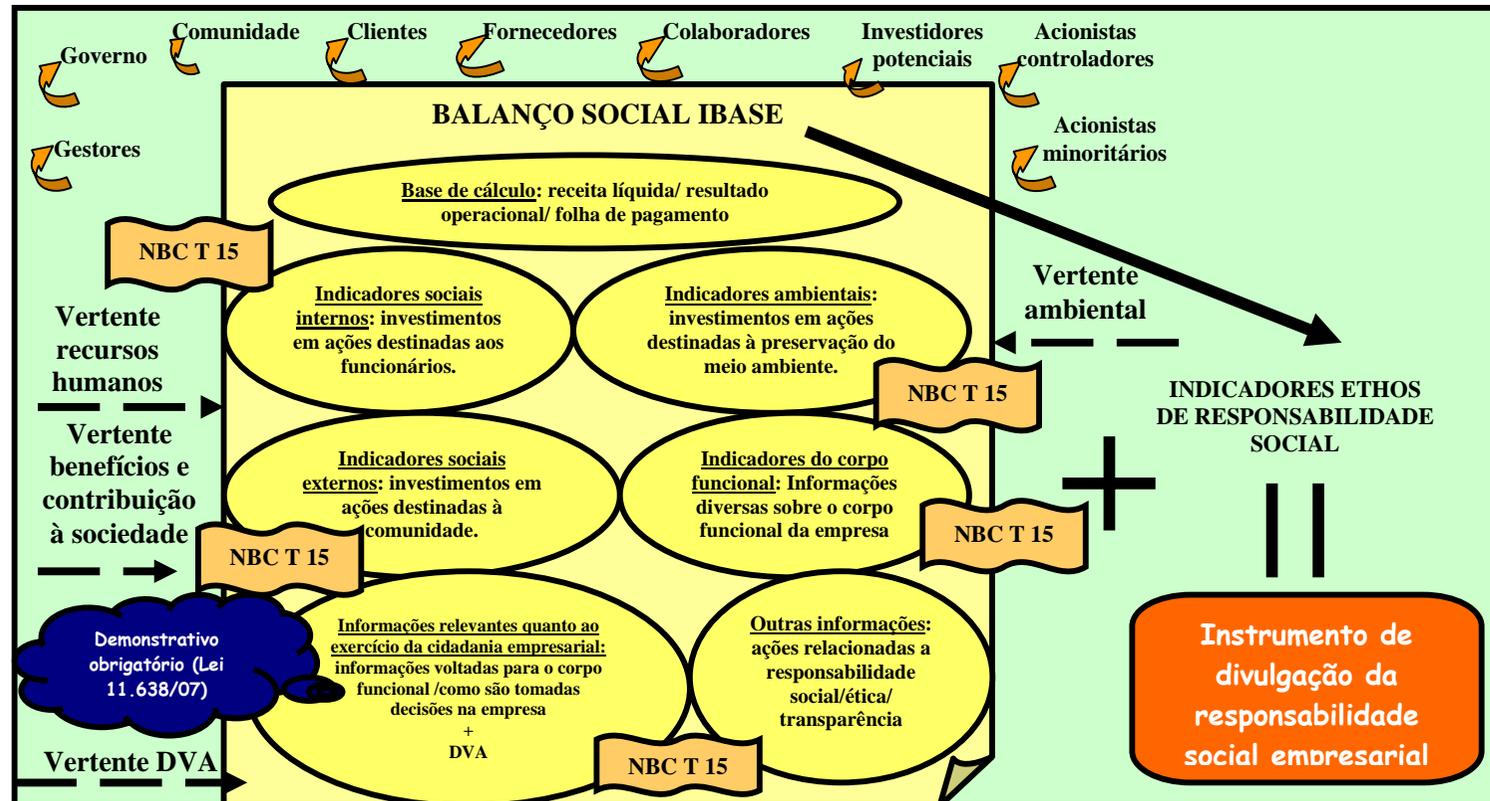


Figura 4 Modelo sintético dos indicadores presentes no modelo de balanço social do IBASE e sua relação com as principais vertentes de estudo desse demonstrativo, sua consonância aos preceitos da Lei 11.638/07 e da NBC T 15 além de seus usuários primários

Como incentivo à publicação do balanço social, o IBASE enumera algumas justificativas, como o fato de ser um instrumento de gestão por meio do qual a empresa pode gerir, medir e divulgar o exercício da responsabilidade social. Também é um instrumento de avaliação, pois os analistas de mercado, investidores e órgão de financiamento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a *International Finance Corporation* (IFC) incluem esse demonstrativo na lista dos documentos necessários para conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa. Além do fato de que a adoção de uma estratégia empresarial voltada para a ética e transparência está sendo cada vez mais valorizada (BORGER, 2001; IBASE, 2009).

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas esclarece que, apesar de incentivar a publicação do balanço social, a responsabilidade social das empresas e o princípio da empresa cidadã devem ser construídos e concretizados antes de serem obrigatórios (IBASE, 2009).

A propósito, no Brasil não há uma legislação em nível federal voltada para a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social. Há em alguns estados e municípios, leis incentivando a publicação desse demonstrativo. Em nível estadual destaca-se a Lei nº 2.843/03, do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2003); a Lei nº 7.687/02, do Estado do Mato Grosso (MATO GROSSO, 2002) e a Lei nº 11.440/00, do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2000). Em nível municipal há a Lei nº 7672/98 de Santo André (SANTO ANDRÉ, 1998); o decreto nº 118/99 de Uberlândia (UBERLÂNDIA, 1999); a Lei nº 8118/98 de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 1998) e a Lei nº 9.536/04 de Londrina (LONDRINA, 2004).

4 UM CONVITE À PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS EM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: OS INCENTIVOS FISCAIS FEDERAIS

Esse tópico apresenta algumas reflexões sobre uma possível relação entre incentivos fiscais e ações de responsabilidade social.

Primeiro, apresenta-se a definição e a finalidade dos incentivos fiscais.

Em seguida, expõem-se algumas atividades que podem ser contempladas com incentivos fiscais para a sua realização.

4.1 Definição e finalidades dos incentivos fiscais

A partir de 1960, a implementação das políticas de incentivos fiscais passou a se destacar no cenário nacional (PIRES, 2007). Porém, só na década de 1980 observou-se a ampliação e consolidação dessas políticas em nível federal, no intuito de viabilizar o aumento e a efetividade da participação das empresas nas demandas sociais e econômicas (GOLDSTEIN, 2007).

Como frutos dessas políticas, destacam-se, nesse trabalho, os incentivos fiscais, com o objetivo de atender a determinadas demandas da sociedade.

A finalidade dos incentivos fiscais é atrair o setor privado para atuar como parceiro das atividades prioritárias do Estado. De acordo com Diniz (2007, p. 283) “os incentivos fiscais representam um dos meios pelo qual o Estado exerce sua função incentivadora na ordem econômica, outorgando benefícios aos contribuintes que se comprometerem a concretizar determinadas obrigações”. Ou seja, os incentivos fiscais exigem uma contrapartida do contribuinte beneficiado e visa gerar resultados futuros (DINIZ, 2007; FORMIGONI, 2008).

Assim, por meio dos incentivos fiscais “o Estado contemporâneo abdica de parte da sua renda em benefício do setor privado, objetivando estimular e

orientar os investimentos e alocação de recursos necessários ao desenvolvimento” (MELO FILHO, 1976 apud MELO, 2007, p. 231). Corroboram nesse sentido Lemos e Roberto (2004, p. 187) ao afirmarem que “[...] o Estado pode potencializar os investimentos pela concessão de incentivos, dissolvendo barreiras que impeçam o fortalecimento de canais alternativos de participação e supressão de demandas sociais”.

Como afirma Pires (2007, p. 35):

A concessão de incentivos não é simplesmente uma forma de intervenção do Estado na economia privada. Deve ser entendida, isto sim, como um canal capaz de promover, em última instância, o desenvolvimento em sua face mais humana, que é a de agregar qualidade de vida à população, seja através da criação de empregos, do acesso à cultura, da geração e redistribuição da renda ou de quaisquer outros meios lícitos.

Apesar de existir outras formas do governo incitar as empresas privadas a realizarem investimentos sociais, as maiores reivindicações dos empresários ainda relacionam-se à concessão de incentivos fiscais (LEMOS; ROBERTO, 2004)¹⁴.

Cabe ressaltar que os incentivos fiscais constituem-se como ferramentas cada vez mais utilizadas em países em desenvolvimento (PIRES, 2007).

¹⁴ No tocante à participação das empresas nas atividades do Estado, destacam-se, além da concessão de benefícios fiscais, a formação de parcerias público-privadas. Essas parcerias possibilitam “ampliar a participação do setor privado na provisão de serviços [...] potencializando ganhos de eficiência e desoneração dos contribuintes” (TESOURO NACIONAL, 2009). Garcia (2004) corrobora também com a possibilidade do setor privado buscar parcerias com o estado para a realização de ações de responsabilidade social. Na prática, apesar das dificuldades encontradas para o estabelecimento das parcerias público-privadas (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2005), considera-se que essas ainda constituem-se num “instrumento fundamental para ampliar os investimentos públicos” (TESOURO NACIONAL, 2009).

4.2 Incentivos fiscais e ações de responsabilidade social no Brasil

A procura de alternativas que revertam o histórico quadro de exclusão social brasileiro culminou na busca de soluções que atrelassem crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população menos favorecida (LEMOS; ROBERTO, 2004). Os resultados de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2005, p. 35) apontam que:

Há um entendimento comum de que o enfrentamento da questão social é tarefa, sobretudo, do poder público e de que o investimento social privado não deve substituir a ação governamental. Entretanto, independentemente da região, encontram-se percepções diferentes quanto ao papel do setor empresarial no combate à pobreza. Assim, a maior parte, mais proativa, defende que o Estado sozinho não é capaz de resolver os problemas sociais e de que as empresas devem fazer sua parte realizando ações que vão além de gerar empregos, pagar impostos e zelar pela qualidade dos produtos ou serviços prestados.

Um das alternativas na busca de soluções para a melhoria das condições de vida em sociedade são as parcerias que se estabelecem entre a sociedade, empresas e governo.

A propósito, é interessante resgatar nesse momento os estudos de Froes e Melo Neto (1999), Ferrell et al. (2001) e Srour (2000) no que concerne a definição de responsabilidade social.

Ao aprofundar na análise dos trabalhos desses autores sobre o tema, observa-se que há uma convergência de opiniões no sentido de que a responsabilidade social empresarial consiste na participação da empresa em ações diretamente relacionadas à comunidade. Isso sem descuidar dos interesses dos *stakeholders* internos.

Nesse contexto, a concessão de benefícios fiscais ou a formação de parcerias público-privadas representam muito mais que uma forma de incitar as empresas a atuarem como parceiras do Estado. Representam uma importante aliada na consolidação e disseminação das ações de responsabilidade social pelas organizações. No Brasil, algumas ações de responsabilidade social, como atividades de caráter cultural, educacional, desportivas e destinadas ao combate à fome podem ser contempladas com benefícios fiscais.

As atividades culturais foram as primeiras beneficiadas com os incentivos fiscais. Por meio da criação da Lei Sarney, apresentada ao Congresso Nacional em 1972 e aprovada em 1986, doadores e patrocinadores de eventos culturais que estivessem incluídos na lei podiam deduzir os montantes investidos do imposto de renda (BERMAN; DURAND; GOUVEIA, 1997).

Em março de 1990, todas as leis de incentivos fiscais, inclusive a Lei Sarney foram revogadas. E em 1991 surgiu a Lei de Incentivo a Cultura - Lei nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991, também conhecida como Lei Rouanet (DURAND et al., 1997). Com o propósito de captar doações e patrocínio, o Governo Federal permitiu por meio da Lei Rouanet, tanto aos cidadãos como as empresas, optarem pela aplicação de percentuais do imposto de renda devido em projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura. Deste modo, é possível beneficiar peças de teatro, reformas de patrimônio histórico, concertos e exposições como a produção de obras cinematográficas e publicação de livros. A Lei Rouanet, também instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), como tentativa de facilitar o acesso aos recursos para atividades que priorizem a cultura nacional (BRASIL, 1991; BRASIL, 2006; OLIVEIRA; ROSA; SOUZA NETO, 2008)¹⁵.

¹⁵ A propósito, o art. 215 da Constituição Federal dita que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Outro incentivo à participação dos cidadãos e das empresas em ações com foco na comunidade é a Lei do Audiovisual, Lei nº 8.685, de 20 de Julho de 1993. Essa lei atua de maneira semelhante à Lei Rouanet e busca atrair investimentos para a produção e coprodução de obras audiovisuais e para a infraestrutura de produção e exibição cinematográfica (BRASIL, 1993).

Segundo Goldstein (2007, p. 86): “(...) ainda é por meio das leis de incentivo à cultura que uma grande parte dos projetos e eventos culturais é financiada no Brasil. [...] a Lei do Audiovisual e a Lei Rouanet [...] são as mais utilizadas pelas empresas”. Mais de 40% dos investimentos em projetos culturais enquadram-se nas leis de incentivos (INSTITUTO CULTURAL CIDADE VIVA, 2003).

Além dessas legislações de âmbito federal, existem outras em nível estadual e municipal que incentivam a realização de projetos culturais oferecendo deduções do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) devido pela empresa patrocinadora. No âmbito estadual citam-se o Decreto nº 20.074/94 do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1994), o Decreto nº 22.303/00 e a Lei 11.236/95 de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2000), o Decreto nº 40.981/96 do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1996), a Lei 7.015/96 do Estado da Bahia (BAHIA, 1996) e a Lei 13.811/06 do Estado do Ceará (CEARÁ, 2006).

Em nível municipal destacam-se a Decreto 12.077/93 da cidade do Rio de Janeiro, por meio do qual a empresa patrocinadora pode abater do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) a pagar os recursos aplicados em ações culturais, respeitando-se o limite para a dedução (RIO DE JANEIRO, 1993). Outro município que oferece incentivos a realização de atividades culturais é São Paulo – Decreto nº 41.256/01 também conhecido como Lei Mendonça. Por meio dessa legislação o cidadão ou a empresa pode abater do imposto predial e territorial (IPTU) ou do ISS devido os investimentos em

projetos culturais, respeitando-se, também, o limite para a dedução (SÃO PAULO, 2001).

Ressalta-se, também, que há em nível federal, outras ações que integram os programas de políticas de incentivos fiscais como o Decreto nº 6.260, de 20/11/2007, que dispõe sobre os montantes destinados às pesquisas científicas e tecnológicas (BRASIL, 2007). Esse decreto permite à empresa contratar uma determinada Instituição Científica e Tecnológica (ICT), para executar um projeto excluir, para efeitos de apuração do lucro, o valor dos gastos investidos, respeitando o limite de dedução. Além dessa dedução a empresa terá parte dos direitos sobre a criação, propriedade industrial e intelectual gerada pelo projeto. A empresa investidora também poderá receber parte dos ganhos econômicos oriundos da exploração do produto (BRASIL, 1995; BRASIL, 2007). Ainda poderão ser deduzidas as doações “efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal”¹⁶ (Lei nº 9.249/95), respeitando-se os limites de dedução (BRASIL, 1995).

Integram, também, os programas de políticas de incentivos fiscais federais a Lei nº 11.438/06, que dispõe sobre os incentivos a projetos desportivos e paradesportivos (BRASIL, 2006) e a Lei nº 8.069/90, que permite

¹⁶ “Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público” (BRASIL, 1988).

aos contribuintes deduzir as doações efetuadas aos fundos da criança e do adolescente (BRASIL, 1990).

Já o programa Fome Zero, que permite a isenção de IPI e ICMS para os produtos doados, configura-se como outra estratégia incentivada pelo governo federal. Essa iniciativa busca promover a segurança alimentar e nutricional e tem como foco a população mais vulnerável à fome (FOME ZERO, 2009).

Contudo, essa possibilidade de deduzir os investimentos em ações de responsabilidade social merece uma reflexão. Como expõem Goldstein (2007, p. 40):

Nenhum outro país do mundo é tão generoso com o patrocinador como o Brasil. A nossa legislação é a única que, por um caminho ou por outro, permite 100% de abatimento no imposto de renda, fazendo com que o marketing cultural seja bancado, em última instância, pelo dinheiro público (ou, melhor, pelo dinheiro que deixa de ir para os cofres públicos). Como cabe ao governo apenas julgar a documentação dos projetos que recebe, e a palavra final fica com as empresas, menos da metade dos aprovados na Lei Rouanet consegue captar patrocínio.

Visto que a escolha das ações a serem beneficiadas é decidida, em última instância, pelo empresariado, questionam-se então quais interesses estariam sendo atendidos: os anseios da população ou apenas os desejos dos investidores?

4.3 Modelo sintético da relação entre incentivos fiscais e a tríade Estado/governo-empresa-sociedade

Enfim, considera-se que os incentivos fiscais para as doações de cidadãos e empresas destinadas às áreas complementares ao poder público são fundamentais na construção de uma cultura de participação cidadã.

A despeito disso, Formigoni (2008, p. 21) afirma que:

(...) o estudo dos incentivos fiscais é de grande relevância para o meio acadêmico, empresarial, a sociedade e a administração pública dados os possíveis reflexos, positivos e/ou negativos, que tal instrumento pode ocasionar às partes envolvidas, ou seja: sociedade- empresa-governo.

A partir dessa perspectiva e baseando-se no referencial exposto no tópico 4.2, a Figura 5 ilustra a relação de mão dupla, que se estabelece entre Estado/governo-empresa-sociedade. Nessa tríade, o governo oferece incentivos para as empresas investirem em determinadas atividades voltadas para a sociedade. As empresas utilizam-se desses incentivos concedidos pelo governo e realizam investimentos. E a sociedade, por sua vez, beneficia-se com os frutos das atividades apoiadas, tanto pelo meio empresarial, como pelo governo.

Por outro lado, com esses investimentos as empresas ganham, dentre outros fatores, reputação e recebem dedução de impostos. E o governo, por sua vez, ganha um parceiro para realização e ampliação de ações destinadas à sociedade. Assim, Estado/governo-empresa-sociedade operam num contexto de trocas e interdependências no qual estabelecem entre si relações de apoio para a satisfação das suas demandas básicas¹⁷.

¹⁷ O Anexo I apresenta alguns efeitos das ações de responsabilidade social de acordo com o *stakeholder* envolvido considerando as contribuições e demandas básicas de cada um.

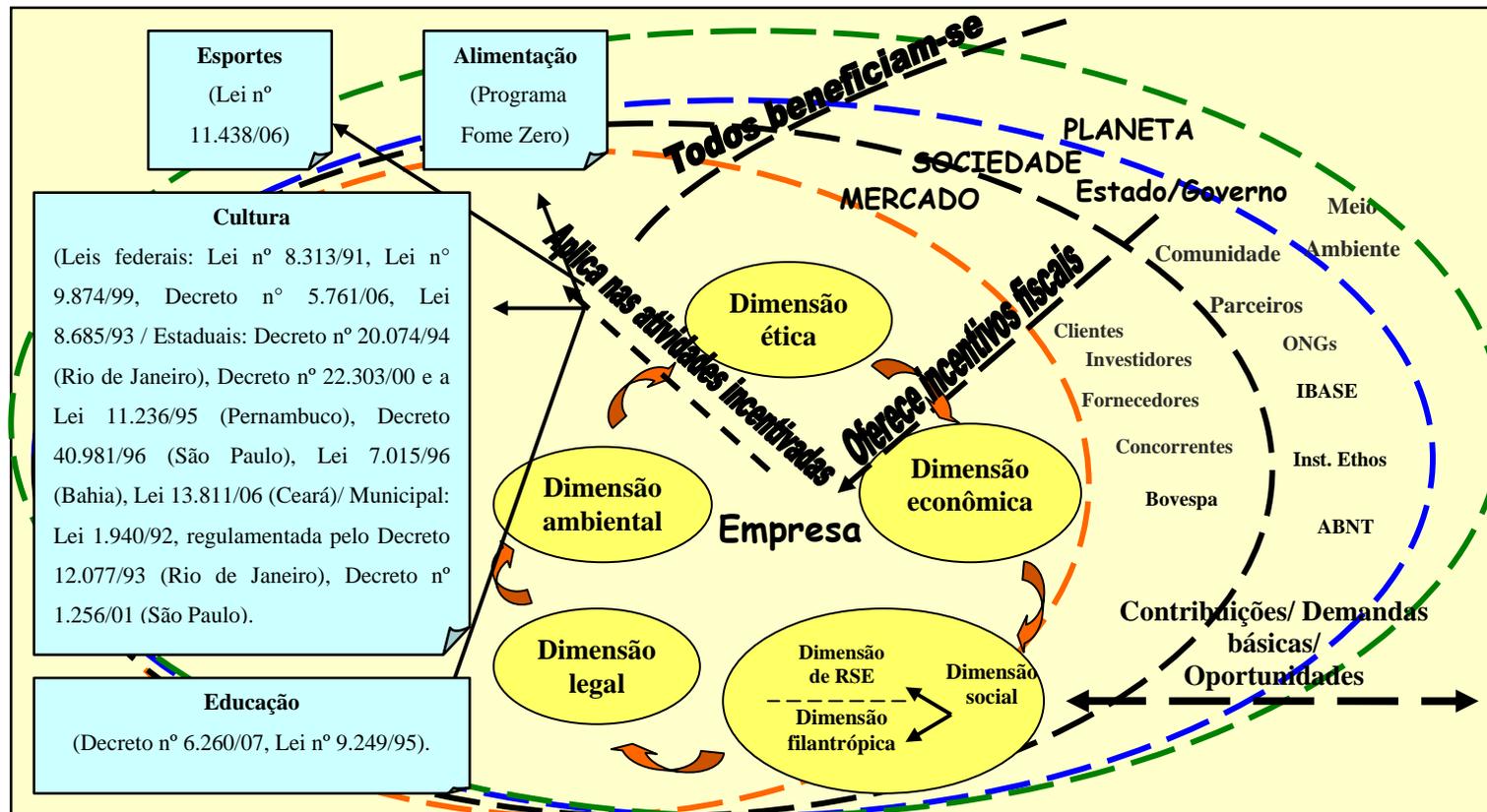


Figura 5 Modelo sintético da relação incentivos fiscais e a tríade Estado/governo-empresa-sociedade.

5 METODOLOGIA

O conceito não reflete sobre a função, nem a função se aplica ao conceito. Conceito e função devem se cruzar, cada um seguindo sua linha (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 207).

Nesse capítulo apresenta-se a metodologia adotada no desenvolvimento do trabalho. Primeiramente, apresenta-se o tipo de pesquisa desenvolvida, seguida da amostragem e seleção de variáveis e o esquema analítico que norteará as análises, respectivamente.

5.1 Tipo de pesquisa

Este trabalho teve como objetivo principal verificar se as políticas de incentivos fiscais contribuem substancialmente na realização de ações de responsabilidade social, destinadas à sociedade no Brasil.

No intuito de atingir o objetivo principal foram traçados os seguintes objetivos intermediários, como exposto no Capítulo 1:

- a) Elaborar um esquema analítico dos incentivos fiscais na relação Estado/governo-empresa-sociedade;
- b) Pesquisar quais ações de responsabilidade social destinadas à sociedade receberam investimentos dos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico;
- c) Analisar e comparar os investimentos em ações de responsabilidade social por setor;
- d) Analisar e comparar os investimentos em ações de responsabilidade social que podem usufruir de incentivos fiscais para a sua realização com aquelas que não podem.

- e) Investigar se o perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social depende do setor econômico.

A pesquisa desenvolvida pode ser classificada quanto aos seus objetivos, como descritiva-longitudinal, pois descreve e analisa características de determinadas variáveis de um conjunto de empresas ao longo de 10 anos.

A pesquisa descritiva é indicada em situações que se pretende descrever as características de grupos como perfil, comportamentos, a frequência que ocorre um fenômeno e a existência de associações entre variáveis. É marcada por um enunciado claro do problema, hipóteses específicas e necessidades detalhadas de informações. Uma concepção descritiva requer uma especificação clara de quem, o que, quando, onde e por que. A coleta de dados é uma das tarefas características da pesquisa descritiva (BERVIAN; CERVO, 2002; MALHOTRA, 2001).

Nesse estudo, foi realizada a descrição e a análise comparativa dos investimentos feitos em responsabilidade social pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico destinados à comunidade externa à empresa.

Essa análise e descrição foram tratadas de forma qualitativa, técnica adequada a situações em que se deseja construir teorias (YIN, 2004). Essa técnica, também proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema (MALHOTRA, 2001).

Já a análise de correspondência técnica exploratória de dados por meio da qual obtém-se mapas perceptuais (GREENACRE, 1984) foi adotada no tratamento dos dados a fim de verificar se o perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social estaria relacionado ao setor econômico.

5.2 Amostragem e seleção de variáveis

O início da investigação foi marcado pela análise da literatura sobre responsabilidade social; sobre o instrumento de divulgação da responsabilidade social: o balanço social, bem como dos incentivos fiscais no Brasil. Essa análise permitiu evidenciar que, o debate contemporâneo sobre esses temas apresenta dois aspectos convergentes: o reconhecimento dos benefícios dos investimentos em ações de responsabilidade social empresarial para os *stakeholders* envolvidos e a complexidade das relações estabelecidas entre Estado/governo-empresa-sociedade no tocante à realização dessas ações. A reflexão sobre esses pontos e o anseio de elucidar uma suposta influência das políticas de incentivos nos investimentos em ações de responsabilidade social empresarial foi determinante para a seleção dos propósitos deste estudo.

Na sequência, selecionou-se o objeto de estudo: os investimentos feitos em ações de responsabilidade social. No intuito de facilitar a obtenção das informações para efetuar as análises, a amostra foi formada considerando-se dois aspectos: (1º) seriam analisados apenas os investimentos feitos por empresas de capital aberto e (2º) que tivessem publicado balanços sociais no modelo do IBASE, no período estudado. A observância desses dois critérios permitiu formar uma amostra não probabilística composta por 42 empresas, sendo 10 do setor bancário, 29 do setor energético, 02 do setor siderúrgico e 01 do setor petrolífero¹⁸.

Nesse momento, foram definidas as ações de responsabilidade social que seriam analisadas. Essas ações foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo foi denominado “ações de responsabilidade social que possuem incentivos

¹⁸ Como informado anteriormente, as informações relativas às empresas pesquisadas encontram-se no Anexo A.

fiscais” - conforme os benefícios concedidos em âmbito federal¹⁹ - abordados no Capítulo 4 - e contemplou os investimentos realizados em ações educacionais, culturais, esportivas e em investimentos destinados à alimentação, combate à fome e segurança alimentar. O segundo grupo “ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais” foi formado pelos investimentos em saúde e saneamento, lazer e diversão, habitação e creche. Foram analisados também os investimentos em “outras ações de responsabilidade social”, ou seja, ações não discriminadas pelas empresas.

Os dados foram coletados dos balanços sociais das empresas estudadas - modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O período de análise compreende os anos de 1998 a 2007. Ao todo, foram tabuladas e analisadas as informações de 277 balanços sociais. Em um segundo momento, os relatórios de administração das respectivas empresas foram consultados com o objetivo de auxiliar na elaboração dos resultados.

5.3 Esquema analítico de análise dos incentivos fiscais na relação Estado/governo-empresa-sociedade

É possível, segundo Sfez (2002), falar de "protagonista conceitual" à medida que o modelo não é nem um protagonista histórico, nem um herói, nem um mito, mas uma produção discursiva em sincronia com um determinado espaço e época. Tal protagonista manterá sua principal característica, que é repetir elementos da "realidade", e se posicionará em relação aos objetos de referência. Ele depende, por exemplo, do contexto (PESQUEUX, 2008, p. 18).

A pesquisa sobre o universo empresarial, a interpretação e a compreensão dos fenômenos observados seriam impossíveis sem a referência a um modelo. É o modelo que fornece o conjunto de conceitos e de relações que são estabelecidos;

¹⁹ As ações de responsabilidade social foram classificadas segundo as legislações de âmbito federal vigentes no país.

ele torna a empresa compreensível por meio da representação. A construção da verdade, ou seu reconhecimento, e a percepção de elementos da realidade são, então, sempre relativas (em relação ao modelo), parciais (porque, naturalmente, os modelos e a conclusão das observações simplificam, mesmo que eles não tenham intenção de fazê-lo) e organizacionais (em compensação, criam uma forma de verdade coerente com o modelo) (PESQUEUX, 2008, p. 25-26).

Com base na revisão de literatura sobre responsabilidade social empresarial, dos dados disponíveis nos balanços sociais e na verificação das ações de responsabilidade social passíveis de incentivos elaborou-se um esquema analítico dos incentivos fiscais, na relação Estado/governo-empresa-sociedade. Especificamente, pretendeu-se verificar os possíveis reflexos dos incentivos fiscais nessa tríade, a partir dos investimentos em responsabilidade social dos setores bancário, energético, siderúrgico e petrolífero. A Figura 6 ilustra o esquema analítico que norteou os estudos realizados.

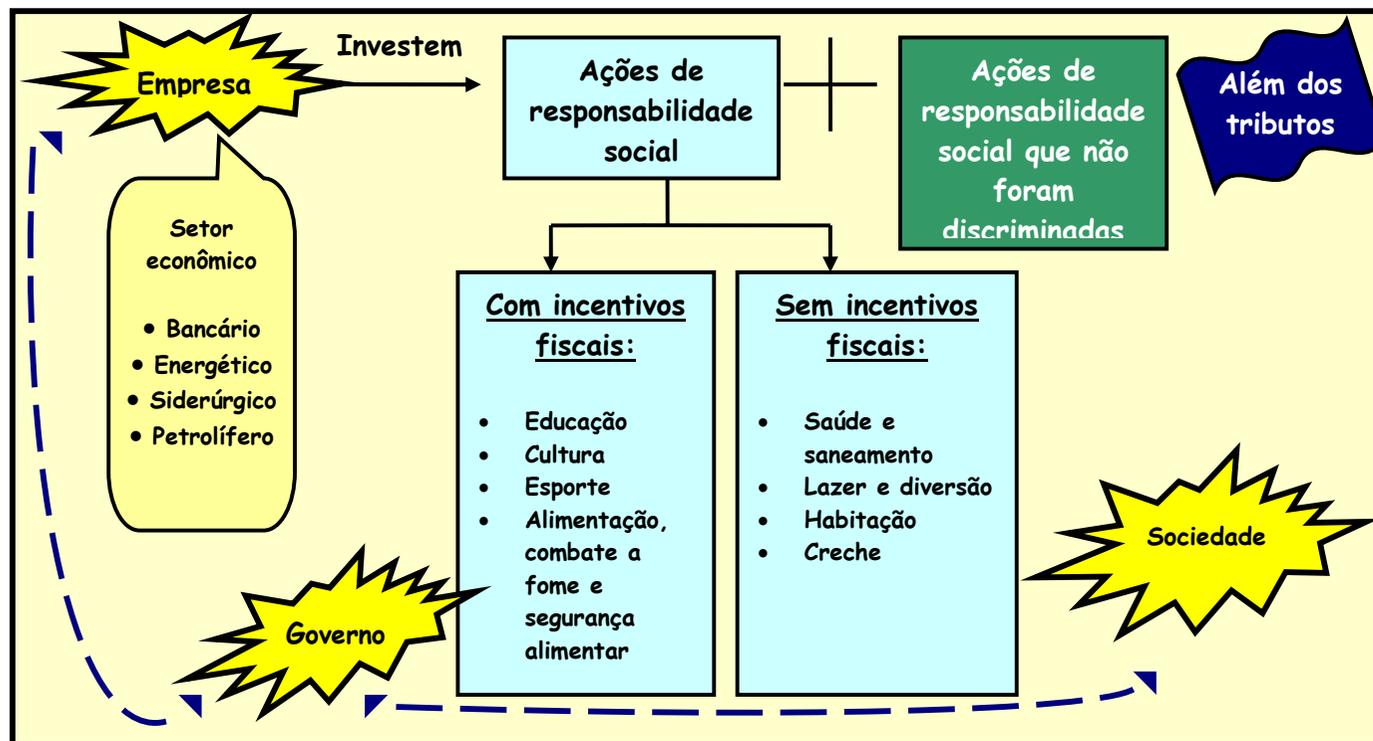


Figura 6 Esquema analítico dos incentivos fiscais na relação entre Estado/governo-empresa-sociedade.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa parte do trabalho teve por objetivo responder as questões colocadas no Capítulo 1. Assim, no intuito de atender aos objetivos propostos os resultados foram expostos da seguinte forma: primeiro, foi feita uma análise comparativa dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais para a sua realização, conforme apresentado no Capítulo 4. Em segundo, realizou-se outra análise comparativa, agora com os investimentos em ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais em nível federal. Essas análises foram feitas por setor, consoante aos objetivos do estudo. As empresas que se destacaram quanto aos investimentos em cada ação de responsabilidade social foram discriminadas em notas de rodapé.

Em seguida, apresentou-se um comparativo entre os investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais para a sua realização e aquelas que não possuem.

A última análise desse capítulo envolveu o perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social.

6.1 Análise dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais para a sua realização

Esse tópico apresenta os resultados das análises dos investimentos feitos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais para a sua realização, conforme os benefícios concedidos em âmbito federal e apresentados no Capítulo 4. Os resultados contemplam os investimentos realizados em prol das atividades educacionais; culturais; esportivas, bem como os investimentos em alimentação, combate à fome e segurança alimentar.

A primeira análise envolveu os investimentos em ações de responsabilidade social, com foco na educação, que podem ser deduzidos de

acordo com o Decreto nº 6.260, de 20 de novembro de 2007, que dispõe sobre os montantes destinados a projetos de pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 2007) e a Lei nº 9.249/95 – que trata das deduções de doações “efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal” (BRASIL, 1995).

Os resultados descritos na Tabela 4 e no Gráfico 1 evidenciam os investimentos realizados nesse item pelas empresas estudadas no período de 1998 a 2007.

Tabela 4 Investimentos em educação realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).

EDUCAÇÃO					
Ano	Bancário	Energético	Petrolífero	Siderúrgico	TOTAL
1.998	45.573	1.868		0	47.441
1.999	63.684	18		0	63.702
2.000	27.938	5.045		3.323	36.306
2.001	87.687	7.368		4.708	99.763
2.002	83.819	9.160		2.460	95.439
2.003	135.544	230.527	28.166	2.650	396.887
2.004	149.360	38.731	66.118	4.048	258.257
2.005	99.948	29.272	60.742	5.595	195.557
2.006	105.715	31.770	81.895	0	219.380
2.007	0	20.285	64.878	0	85.163
TOTAL	799.268	374.044	301.799	22.784	1.497.895

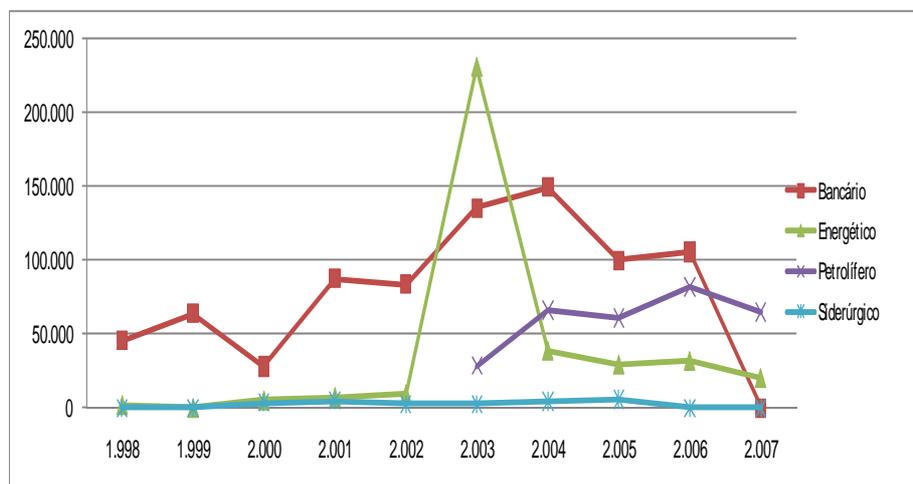


Gráfico 1 Investimentos em educação por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)

De acordo com os dados, pode-se observar que, entre 1998 e 2002, os investimentos do setor bancário se destacaram em relação aos demais²⁰.

No tocante ao setor energético verifica-se que entre 1999 e 2002 há uma elevação dos recursos destinados. Entre os anos de 2002 e 2003 ocorrem os maiores investimentos do setor em ações de responsabilidade social com fins educacionais²¹.

²⁰ No período de 2002 a 2003, o banco Bradesco efetuou comparativamente às demais organizações bancárias estudadas, os maiores investimentos: cerca de R\$ 61.638 milhões (BALANÇO SOCIAL DO BRADESCO, 2003). Segundo os relatórios anuais da empresa o banco patrocinou por meio da Fundação Bradesco, cursos de educação infantil, ensino fundamental, médio e médio-profissionalizante. Também ofereceu cursos de informática, inclusive para deficientes visuais (RELATÓRIO ANUAL DO BRADESCO, 2001; RELATÓRIO ANUAL DO BRADESCO, 2002; RELATÓRIO ANUAL DO BRADESCO, 2003).

²¹ O setor energético investiu, ao todo, R\$ 374.044 milhões em projetos educacionais. Desses 49,28% foi investido pela empresa Tractebel (R\$ 193.161 milhões). De acordo com informações no sítio da empresa, em 2003 a Tractebel fez doações e auxiliou instituições de ensino (TRACTEBEL, 2003).

Quanto ao setor petrolífero, só a partir de 2003 foram declarados os primeiros investimentos²².

Comparativamente aos demais setores, os investimentos do setor siderúrgico foram tímidos, porém constantes. O maior investimento em educação com foco na comunidade ocorreu no ano de 2005²³.

Outra ação de responsabilidade social beneficiada com as políticas de incentivos fiscais em nível federal foi a de caráter cultural. A Lei de Incentivo a Cultura - Lei nº 8.313/91, também conhecida como Lei Rouanet (BRASIL, 1991; DURAND et al., 1997), bem como a Lei nº 9.874/99 (BRASIL, 1999) e o Decreto nº 5.761/06 têm como objetivo facilitar o acesso às fontes da cultura priorizando o produto cultural nacional (BRASIL, 2006). Já a Lei do Audiovisual, Lei 8.685/93 tem como finalidade atrair investimentos para a produção e coprodução de obras audiovisuais e para a infraestrutura de produção e exibição cinematográfica (BRASIL, 1993).

A Tabela 5 e o Gráfico 2 demonstram os investimentos em ações culturais no período de 1998 a 2007 feitos pelas companhias de capital aberto dos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico estudadas nesse trabalho.

²² No ano de 2006 a Petrobrás investiu R\$ 81.895 milhões em projetos educacionais. A companhia ofereceu cursos de formação e qualificação do corpo técnico e gerencial por meio da Universidade Petrobrás. A empresa também patrocinou os programas de alfabetização de jovens e adultos que foram desenvolvidos em parcerias com o Instituto Paulo Freire e o Governo Federal (RELATÓRIO ANUAL DA PETROBRÁS, 2006).

²³ A Gerdau desenvolveu programas de educação ambiental (RELATÓRIO ANUAL DA GERDAU, 2005).

Tabela 5 Investimentos em cultura realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).

CULTURA					
Ano	Bancário	Energético	Petrolífero	Siderúrgico	TOTAL
1.998				2.583	2.583
1.999		3.376		677	4.053
2.000	43.140	7.583		3.224	53.947
2.001	87.247	15.860		3.686	106.793
2.002	83.212	24.421		5.565	113.198
2.003	115.100	30.327	148.747	13.746	307.920
2.004	112.165	72.146	153.147	26.576	364.034
2.005	124.848	100.262	264.611	34.588	524.309
2.006	137.268	68.543	288.569	14.721	509.101
2.007		69.388	205.518	16.509	291.415
TOTAL	702.980	391.906	1.060.592	121.875	2.277.353

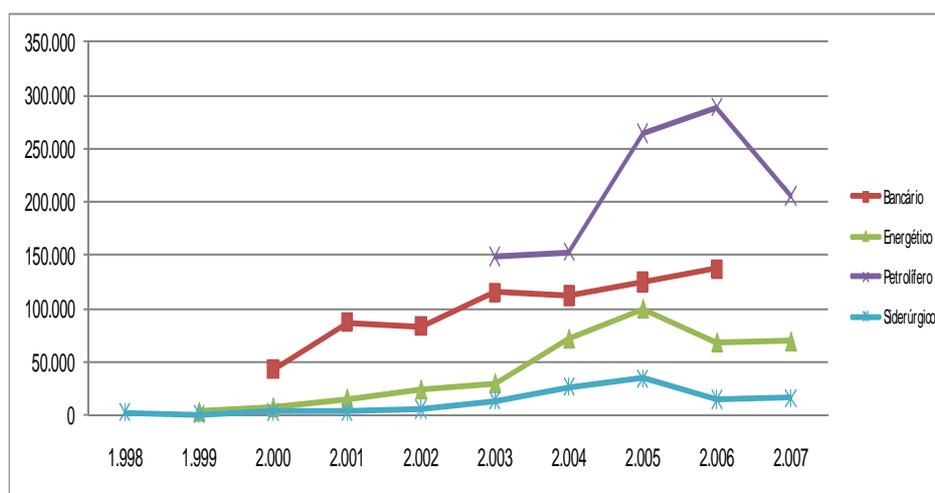


Gráfico 2 Investimento em ações culturais por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)

Os resultados ilustrados na Tabela 5 e no Gráfico 2 permitiram verificar que as empresas bancárias investiram, juntas, R\$ 702.980 milhões em projetos culturais no período de 2000 a 2006²⁴.

O setor energético investiu, ao todo, R\$ 391.906 milhões. No ano de 2005 registrou-se o ápice dos investimentos do setor (R\$100.262 milhões)²⁵.

Já as empresas do setor siderúrgico investiram, ao todo, R\$ 121.875 milhões em atividades culturais. Destaca-se, nessa análise, o ano de 2005. Nesse período o setor investiu R\$34.588 milhões²⁶.

Quanto aos montantes investidos pelo setor petrolífero nos últimos cinco anos, a Petrobrás, única empresa do setor estudada nesse trabalho, destinou

²⁴ Desse total, entre 2001 e 2005 o Banco do Brasil foi o maior investidor do setor em ações culturais (R\$ 176.023.milhões, ou seja, 33,68% do montante investido nesse período). A empresa apoiou eventos nas áreas de cinema, teatro, exposições, danças, música e literatura, artes plásticas, visuais e artesanatos. Em 2003, foi criada uma área específica para gestão da responsabilidade socioambiental (RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL, 2002, 2003).

²⁵ Nesse ano a Eletrobrás se destacou entre as empresas que compõem a amostra do setor energético quanto aos investimentos culturais. A análise do relatório anual e do balanço social de 2005 elucida que foram investidos em torno de “R\$ 20 milhões em 130 projetos dos mais diversos segmentos da produção artística e cultural” (RELATÓRIO ANUAL DA ELETROBRÁS, 2005, p. 86). Os investimentos contemplaram filmes, festivais, apoio à museus, publicação de romances em braile, exibição de filmes em praças e escolas públicas e um projeto de dança com participação de jovens portadores de deficiência física (RELATÓRIO ANUAL DA ELETROBRÁS, 2005; BALANÇO SOCIAL DA ELETROBRÁS, 2005).

²⁶ Cabe mencionar que dos R\$ 34.588 milhões investidos pelo setor siderúrgico em cultura a Gerdau colaborou com R\$ 18.667 milhões. Basicamente, os esforços da empresa concentraram-se, segundo o relatório anual de 2005, em investimentos destinados à Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, Fundação Iberê Camargo, Feira do Livro de Porto Alegre, Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, Orquestra de Câmara Theatro São Pedro, Multipalco Theatro São Pedro, Associação Cultural Casa de Música de Ouro Branco, Projeto de Restauro e Modernização da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Inverno Cultural da Universidade Federal de São João Del Rei, Instituto Cultural Amílcar Martins, Casa de Tiradentes, Coro e Orquestra de Câmara de São Brás do Suaçuí, Universidade Bituca de Música Popular, Museu do Oratório, Associação Amigos da Cultura (RELATÓRIO ANUAL DA GERDAU, 2005).

sozinha, R\$1.060.592 bilhão aos programas culturais direcionados à sociedade²⁷. A análise dos dados evidenciou que esses foram os maiores investimentos nessas ações no período. Ressalta-se que no ano de 2001 a Petrobrás foi a maior incentivadora nas Leis Rouanet e do Audiovisual (INSTITUTO CULTURAL CIDADE VIVA, 2003). No período de 2006 a 2007, houve uma diminuição dos investimentos nas ações de caráter cultural. A partir de 2003 os investimentos do setor petrolífero superaram dos demais setores no tocante aos recursos destinados às ações culturais.

Outra ação de responsabilidade social que recebeu atenção das empresas foi o esporte. Como demonstrado, a Lei nº 11.438/06 dispõe sobre os incentivos ao desporto. Essa legislação permite deduzir do imposto de renda devido o apoio a projetos desportivos e paradesportivos (BRASIL, 2006).

A Tabela 6 e o Gráfico 3 demonstram os investimentos realizados em ações esportivas no período de 1998 a 2007 pelas companhias de capital aberto estudadas.

De 1998 a 2007, as empresas do setor bancário, energético, siderúrgico e petrolífero destinaram parte de seus recursos a ações dessa área, ao todo, R\$764.892 milhões.

²⁷ Em 2006 foram realizados os maiores investimentos em cultura pela Petrobrás. Segundo o relatório anual de 2006 “A Petrobras mantém a posição de maior patrocinadora cultural do País, com investimento anual de R\$ 288 milhões e mais de mil projetos em andamento” (RELATÓRIO ANUAL DA PETROBRÁS, 2006, p. 74). As políticas e diretrizes na área cultural da Petrobrás tiveram como foco a valorização da cultura nacional por meio do patrocínio de projetos de preservação cultural, cinema, teatro, dança e gravação e divulgação de música popular e erudita. A empresa também investiu na manutenção de parques arqueológicos, como os de Xingó (SE) e da Serra da Capivara (PI). Outra iniciativa foi a criação da Caravana Petrobras Cultural que percorreu as capitais brasileiras. Essa caravana possuía uma oficina de projetos para auxiliar produtores culturais na elaboração de suas propostas. Essa ação promoveu a expansão de patrocínios fora do eixo Rio-São Paulo (RELATÓRIO ANUAL DA PETROBRÁS, 2006).

Tabela 6 Investimentos em esporte realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).

ESPORTE					
1.998	228	120			348
1.999	32	150			182
2.000	18.513	2.086		485	21.084
2.001	24.744	2.398		573	27.715
2.002	44.665	3.013		1.149	48.827
2.003	59.980	840	211.633	594	273.047
2.004	56.880	3.846	34.553	1.392	96.671
2.005	53.656	7.990	25.774	1.935	89.355
2.006	47.334	20.522	58.197	0	126.053
2.007	0	578	79.989	1.043	81.610
TOTAL	306.032	41.543	410.146	7.171	764.892

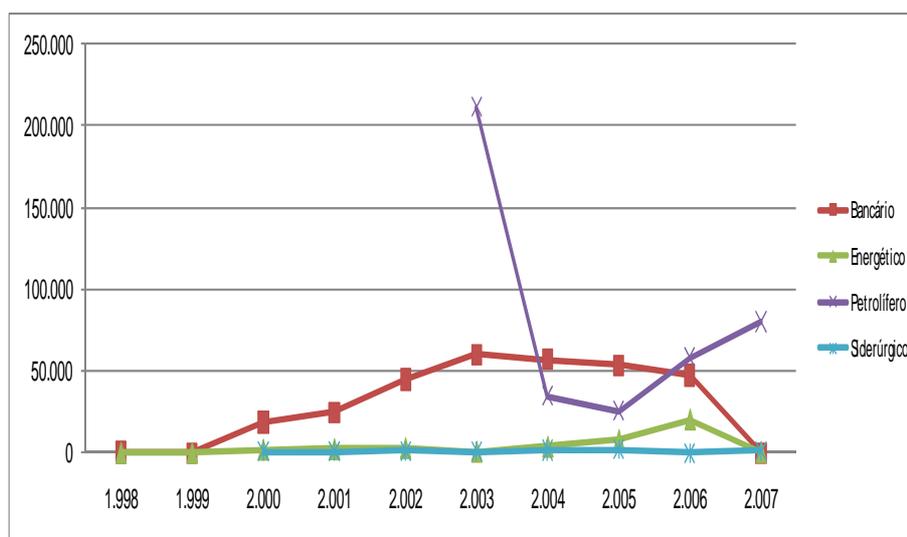


Gráfico 3 Investimentos em esporte por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)

Os resultados ilustrados na Tabela 6 e no Gráfico 3 permitiram evidenciar que em 2003 registraram-se os maiores investimentos em ações

esportivas. O setor bancário destinou R\$ 59.980 milhões e o setor petrolífero R\$ 211.633 milhões. Os dois setores investiram juntos R\$ 271.613 milhões²⁸.

Quanto ao setor energético, verificou-se que o maior investimento em ações de caráter esportivo foi realizado no ano de 2006 (R\$ 20.522 milhões)²⁹.

A propósito, os menores investimentos foram feitos pelo setor siderúrgico (R\$ 7.171 milhões, ou seja, 0,94% do total destinado a essa ação). O ano de 2005 foi contemplado com os maiores investimentos³⁰.

Aliás, dentre as ações de responsabilidade social que podem usufruir de incentivos fiscais para a sua realização, a mais contemplada com investimentos das empresas estudadas foram àquelas destinadas à alimentação, combate à fome e segurança alimentar. Conforme mencionado no Capítulo 4, o programa Fome Zero - que permite a isenção de IPI e ICMS para os produtos doados - configura-se como uma das estratégias incentivadas pelo governo federal. Essa iniciativa busca promover a segurança alimentar e nutricional e tem como foco a população mais vulnerável à fome (FOME ZERO, 2009).

²⁸ O Banco do Brasil, maior investidor em ações esportivas em 2003 investiu R\$ 43.113 milhões, ou seja, 71,88% do total investido pelo setor bancário em 2003 (BALANÇO SOCIAL DO BANCO DO BRASIL, 2003). O banco destinou recursos a Federação Nacional das Associações Atléticas Banco do Brasil (Fenabb) (RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL, 2003).

Já a Petrobrás, em 2003, investiu numa equipe de Fórmula 1 - por meio do fornecimento de gasolina de alta performance - no automobilismo, em esportes náuticos e eventos na área de surfe. Também, nesse ano, começou a incentivar o handebol brasileiro, em parceria com o Ministério de Esportes e Confederação Brasileira de Handebol - pela qual a Petrobrás apoiou a Seleção Brasileira (RELATÓRIO ANUAL DA PETROBRÁS, 2003).

²⁹ Em 2006, dentre os recursos destinados pelas organizações do setor energético destacaram-se aqueles realizados pela Celesc. Nesse ano a empresa patrocinou atividades esportivas para crianças e adolescentes (RELATÓRIO ANUAL DA CELESC, 2006).

³⁰ Em 2005, a Gerdau investiu na Copa Gerdau de Tênis e na Fundação Tênis por meio da qual beneficiou crianças com aula de tênis, plano de saúde e tratamento odontológico gratuitos (RELATÓRIO ANUAL DA GERDAU, 2005).

A Tabela 7 e o Gráfico 4 representam os investimentos feitos em alimentação, combate à fome e segurança alimentar pelas empresas que compuseram a amostra.

Tabela 7 Investimentos em alimentação, combate à fome e segurança alimentar realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).

ALIMENTAÇÃO, COMBATE A FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR					
Ano	Bancário	Energético	Petrolífero	Siderúrgico	TOTAL
1.998					0
1.999					0
2.000	3.657	1.406			5.063
2.001	4.100	1.046			5.146
2.002	4.142	1.526			5.668
2.003	12.276	2.214	17.796	96	32.382
2.004	6.051	2.525	32.904	642	42.122
2.005	143.924	1.948	66.825	1.418	214.115
2.006	1.802.770	1.579	33.762		1.838.111
2.007		1.567			1.567
TOTAL	1.976.920	13.811	151.287	2.156	2.144.174

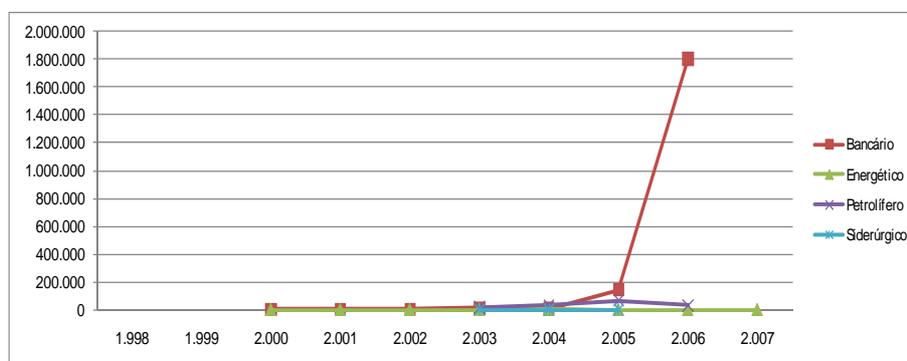


Gráfico 4 Investimentos em alimentação, combate à fome e segurança alimentar por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)

De fato, como evidencia os dados da Tabela 7 e do Gráfico 4, talvez por influências das políticas de incentivos como o Programa Fome Zero, a partir de 2003 e especificamente em 2005, observou-se um grande investimento em projetos dessa natureza.

Isso se torna evidente ao analisar os investimentos realizados pelas organizações bancárias, que em 2005 investiram juntas R\$143.924 milhões, investimento vinte e quatro vezes maior que aquele realizado no ano de 2004. E em 2006, o investimento em alimentação, combate à fome e segurança alimentar ainda é maior: treze vezes maior que os investimentos do ano anterior (R\$1.802.770 bilhão)³¹.

O setor petrolífero realizou o maior investimento em programas de alimentação, combate à fome e segurança alimentar no ano de 2005 (R\$ 66. 825 milhões)³².

³¹ Em 2005, o Banco do Brasil destinou R\$143.345 milhões, aos projetos em alimentação, combate à fome e segurança alimentar, atendendo 2.635 municípios brasileiros (RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL, 2005). A empresa apoiou projetos de hortas comunitárias e participou do programa Fome Zero “política priorizada pelo Governo Federal como base de sua atuação social, alinhando suas prioridades sociais às estabelecidas pelo Poder Público” (RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL, 2005, p. 97). O Banco do Brasil atuou nos quatro eixos definidos pelo programa.

Em 2006, o Banco do Brasil investiu nessa ação R\$ 1.802.180.000,00. Nesse ano o banco beneficiou cerca de 3 milhões de pessoas por meio do programa Fome Zero (RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL, 2006).

³² De acordo com as informações da Petrobrás (RELATÓRIO ANUAL DA PETROBRÁS, 2005, p. 66):

As iniciativas do programa Petrobras Fome Zero têm cinco linhas de atuação – garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, educação e qualificação profissional, geração de trabalho e renda, empreendimentos sociais e voluntariado. Nessas frentes, o programa desenvolve ações voltadas à promoção da igualdade racial e de gênero e à inclusão de pessoas com deficiência.

Por sua vez, os menores investimentos, entretanto importantes, foram realizados pelos setores energético e siderúrgico³³, respectivamente.

6.1.1 Análise comparativa dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais

A Tabela 8 e o Gráfico 5 representam os investimentos anuais feitos pelos setores estudados em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais para a sua realização.

Tabela 8 Investimentos em ações de responsabilidade social passíveis de dedução analisadas nesse trabalho por ano de investimento (x R\$ 1.000).

INVESTIMENTOS EM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PASSÍVEIS DE DEDUÇÃO					
Ano	Educação	Cultura	Esporte	Alimentação, combate a fome e segurança alimentar	TOTAL
1998	47.441		348		47.789
1999	63.702	6.752	182		70.636
2000	36.306	58.306	21.084	5.063	120.759
2001	99.763	118.967	27.715	5.146	251.591
2002	95.439	132.054	48.827	5.668	281.988
2003	396.887	473.248	273.047	32.382	1.175.564
2004	258.257	562.751	96.671	42.122	959.801
2005	195.557	854.594	89.355	214.115	1.353.621
2006	219.380	851.492	126.053	1.838.111	3.035.036
2007	85.163	549.812	81.610	1.567	718.152
TOTAL	1.497.895	3.607.976	764.892	2.144.174	8.014.937

³³ A Gerdau apoiou em 2005 o projeto “Prato Popular” em parceria com o SESI, empresas privadas, a Pastoral da Criança bem como prefeitura. Esse projeto atendeu alguns municípios do estado do Paraná, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Ademais, no Rio Grande do Sul, a empresa apoiou um “Banco de Alimentos” em parceria com “Entidades de classe e da sociedade civil, empresas privadas, ONG Parceiros Voluntários, sindicatos patronais, Unisinos e Fiergs” (RELATÓRIO ANUAL DA GERDAU, 2005, p. 56). A Gerdau também destinou recursos ao programa Fome Zero.

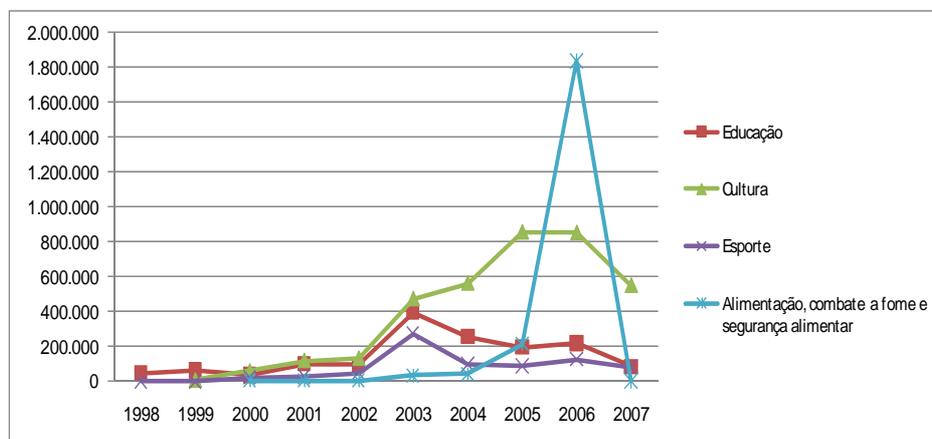


Gráfico 5 Comparativo dos investimentos em ações de responsabilidade social passíveis de dedução analisadas nesse trabalho segundo o ano de investimento (x R\$1.000)

Observando a Tabela 8 e o Gráfico 5 pode-se verificar que, as empresas que compõem a amostra destinaram a maior parte dos recursos aos programas voltados para cultura, alimentação, combate à fome e segurança alimentar; educação e esporte, respectivamente.

Focando a análise na evolução dos investimentos em alimentação, combate à fome e segurança alimentar verifica-se que, entre os anos de 1998 e 1999, nenhuma das empresas estudadas investiu nessa ação. Em 2000 foram declarados os primeiros investimentos, reduzidos a praticamente a metade em 2001 e 2002. Contudo, a partir de 2005 percebe-se uma significativa evolução do montante destinado a essa ação.

Cabe mencionar que no ano de 2003 foi instituído pelo Governo Federal o Programa Fome Zero. Esse programa beneficia com dedução no imposto de renda os cidadãos e as empresas que fazem doações ao projeto.

Elaborando, então, um paralelo diante desse contexto, verifica-se que a partir da institucionalização desse programa houve uma alavancagem nos recursos investidos em alimentação, combate à fome e segurança alimentar.

6.2 Análise dos investimentos em ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais em nível federal e em ações de responsabilidade social que não foram discriminadas

Esse tópico foi dividido em duas partes. Na primeira, foram apresentados e analisados os investimentos referentes às ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais federais para a sua execução, ou seja, os investimentos em saúde e saneamento, lazer e diversão, habitação e creche.

Na segunda parte abordou-se os investimentos feitos em ações de responsabilidade social que não foram discriminadas pelas empresas. Nesse caso, não foi possível identificar se esses investimentos foram, ou não, feitos em atividades sociais que podem ser contempladas com deduções fiscais.

6.2.1 Análise dos investimentos em ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais em nível federal

A primeira análise envolveu os investimentos focados nas ações de saúde e saneamento, conforme exposto na Tabela 9 e no Gráfico 6.

Tabela 9 Investimentos em saúde e saneamento realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).

SAÚDE E SANEAMENTO					
Ano	Bancário	Energético	Petrolífero	Siderúrgico	TOTAL
1.998	3.744	543			4.287
1.999	5.779	581			6.360
2.000	7.206	4.070		426	11.702
2.001	8.174	5.783		1.325	15.282
2.002	8.505	124.244		739	133.488
2.003	13.810	27.966		866	42.642
2.004	9.572	48.932	7.969	3.189	69.662
2.005	7.191	67.879	7.620	1.905	84.595
2.006	11.310	149.770	5.627		166.707
2.007	0	30.786			30.786
TOTAL	75.291	460.554	21.216	8.450	565.511

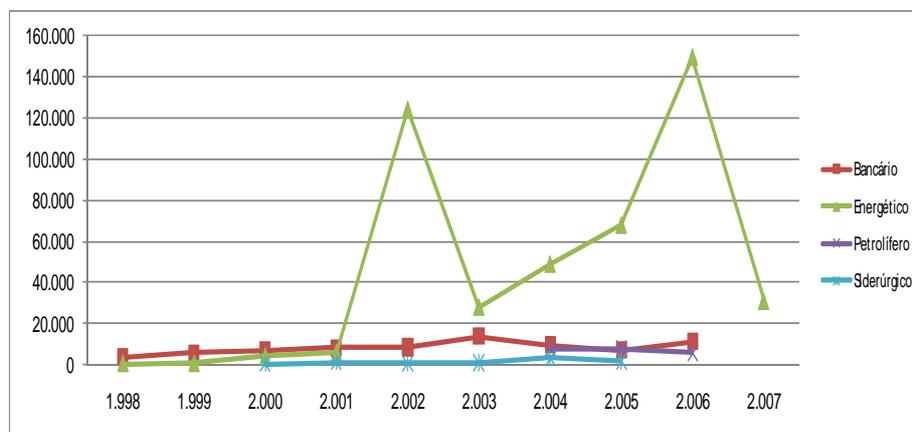


Gráfico 6 Investimentos em saúde e saneamento por setor econômico estudado (x R\$1.000)

A Tabela 9 e o Gráfico 6 ilustram os investimentos realizados pelas companhias de capital aberto estudadas em saúde e saneamento no período de 1998 a 2007.

Nesse período destacaram-se os investimentos do setor energético que em 2002 investiram R\$ 124.244.milhões e em 2006, R\$ 149.770 milhões³⁴.

O setor bancário realizou o maior investimento em saúde e saneamento em 2003³⁵. E os setores, petrolífero e siderúrgico no ano de 2004³⁶.

³⁴ No ano de 2002 a Celesc destinou à sociedade R\$ 82 milhões para os projetos em saúde e saneamento (BALANÇO SOCIAL DA CELESC, 2002). Em 2006 a COPEL investiu R\$ 80.195 milhões nessas atividades (BALANÇO SOCIAL DA COPEL, 2006).

³⁵ Dentre os investimentos feitos pelo setor bancário, ressaltam-se os do banco Itaú que em 2003 destinou R\$ 3.630 milhões às ações de saúde e saneamento voltadas para a sociedade (BALANÇO SOCIAL DO ITAÚ, 2003).

³⁶ No período estudado, a Petrobrás destinou, ao todo, R\$ 21.216 milhões, sendo que os maiores investimentos ocorreram no ano de 2004 (R\$ 7.969 milhões) (BALANÇO SOCIAL DA PETROBRÁS, 2004).

O setor siderúrgico investiu R\$ 8.450 milhões em ações de saúde e saneamento. Em 2004 foi registrado o maior investimento do período – R\$2.859 milhões - feito pela empresa Gerdau (BALANÇO SOCIAL DA GERDAU, 2004).

A sociedade também foi beneficiada com os investimentos em atividades de lazer e diversão, outra ação não passível de dedução. A Tabela 10 e o Gráfico 7 representam esses investimentos.

Tabela 10 Investimentos em lazer e diversão realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).

LAZER E DIVERSÃO					
Ano	Bancário	Energético	Petrolífero	Siderúrgico	TOTAL
1.998					0
1.999					0
2.000	1.262	1.546		485	3.293
2.001	2.082	1.790		573	4.445
2.002		25			25
2.003					0
2.004					0
2.005		133			133
2.006					0
2.007					0
TOTAL	3.344	3.494	0	1.058	7.896

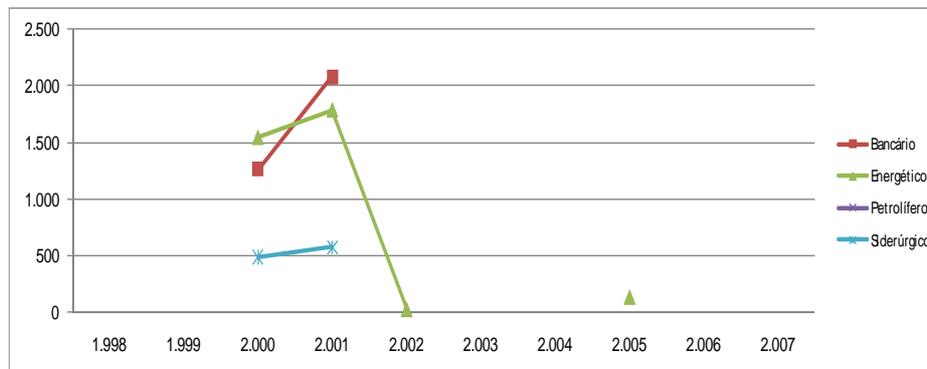


Gráfico 7 Investimentos em lazer e diversão por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)

Por meio dos resultados expostos na Tabela 10 e, respectivamente, no Gráfico 7, observa-se que os maiores investimentos em ações de lazer e

diversão foram alocados nas atividades executadas no ano de 2001. Nesse ano o maior investimento foi efetuado pelo setor bancário (R\$2.082 milhões³⁷).

Em 2001, também foi registrado o maior investimento do setor energético nessa ação, cerca de R\$1.790 milhão³⁸.

Já os investimentos do setor siderúrgico atingiram o montante de R\$1.058 milhão, o que corresponde a 13% do valor total investido nessa ação no período analisado³⁹.

Depois, somente em 2005 registraram-se outros investimentos nessas ações.

Parte-se agora para a análise dos investimentos destinados à habitação, conforme os dados representados na Tabela 11 e no Gráfico 8.

Tabela 11 Investimentos em habitação (x R\$ 1.000).

HABITAÇÃO					
Ano	Bancário	Energético	Petrolífero	Siderúrgico	TOTAL
1.998		44.593			44.593
1.999		36.316			36.316
2.000		6.683			6.683
2.001		9.080			9.080
2.002		1.765			1.765
2.003					0
2.004					0
2.005					0
2.006					0
2.007					0
TOTAL	0	98.437	0	0	98.437

³⁷ Em 2001, dos R\$ 2.082 milhões investidos em lazer e diversão, 60,95% (R\$ 1.269 milhões) foram feitos pelo Unibanco (BALANÇO SOCIAL DO UNIBANCO, 2001).

³⁸ Dos R\$ 1.790 milhões investidos em 2001, a Copel colaborou com R\$ 1.749 milhões. Aliás, no período em análise, os maiores investimentos em atividades de lazer e diversão foram feitos pela empresa Copel, ao todo, R\$ 3.159 milhões (BALANÇO SOCIAL DA COPEL, 2001).

³⁹ O maior investimento feito pelo setor siderúrgico em ações de lazer e diversão ocorreu em 2001 e foi efetuado pela empresa Gerdau (BALANÇO SOCIAL DA GERDAU, 2001).

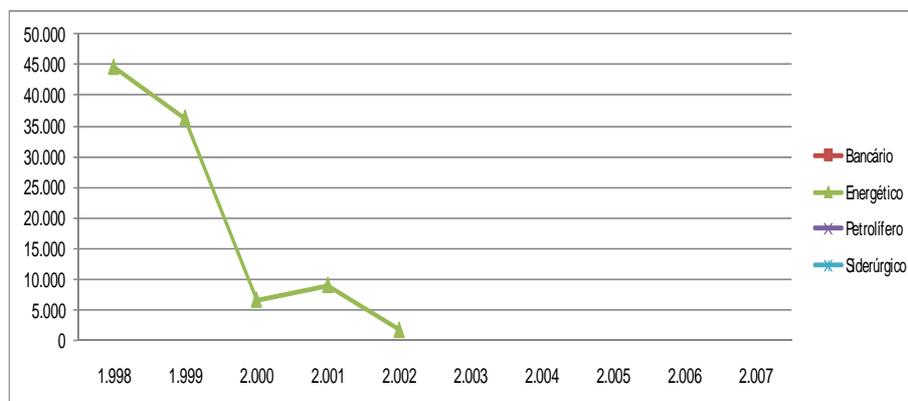


Gráfico 8 Investimentos em habitação (x R\$ 1.000)

De acordo com os resultados evidenciados na Tabela 11 e no Gráfico 8, os investimentos feitos pelo setor energético em habitação, único investidor em um período de cinco anos mostraram-se, de forma geral, decrescente. O maior investimento foi registrado em 1998 (R\$44.593 milhões)⁴⁰.

Por último, a Tabela 12 e o Gráfico 9 abordam os investimentos direcionados às creches.

Tabela 12 Investimentos em creches realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$ 1.000).

CRECHES					
Ano	Bancário	Energético	Petrolífero	Siderúrgico	TOTAL
1.998	1.541				1.541
1.999	1.174				1.174
2.000					0
2.001	204				204
2.002					0
2.003		242			242
2.004	20	1.232			1.252
2.005					0
2.006					0
2.007					0
TOTAL	2.939	1.474	0	0	4.413

⁴⁰ Todos os investimentos em habitação foram realizados pela empresa Copel.

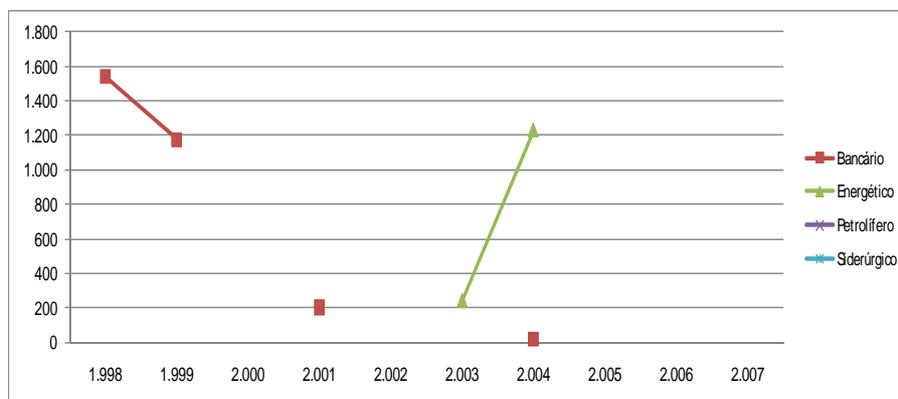


Gráfico 9 Investimentos em creches por setor econômico estudado (x R\$ 1.000)

Os setores bancário e energético investiram esparsamente em creches. Ao todo, foram investidos R\$ 2.939 milhões pelo setor bancário. O auge desse investimento ocorreu em 1998 (R\$1.541 milhão), ou seja, 52,43% do total investido pelo setor nessa atividade⁴¹.

Quanto ao setor energético, o ápice dos investimentos ocorreu em 2004 (R\$ 1.232 milhão). Esse valor corresponde a 83,58% do total investido em creche pelo setor no período de 1998 a 2007⁴².

Cabe mencionar que, comparativamente às demais ações de responsabilidade social estudadas, os montantes destinados a projetos que beneficiam creches estão entre os menores.

⁴¹ Em 1998 o Banco do Brasil destinou R\$1.541 milhão para creche, o maior investimento feito no período (BALANÇO SOCIAL DO BANCO DO BRASIL, 1998).

⁴² A empresa Eletropaulo colaborou com 100% do valor investido em creche no ano de 2004. Aliás, nesse ano a empresa desenvolveu dois projetos na área de educação e cultura. O primeiro, projeto, Luz e Lápis “atendeu 220 crianças em creches na zona sul da capital paulista”. E o segundo projeto Circo das Artes “envolveu 332 crianças e adolescentes do Jardim Guacuri, localizado na divisa de São Paulo com Diadema. Em 2004, foram investidos cerca de R\$ 2,1 milhões no apoio aos dois projetos” (RELATÓRIO ANUAL DA ELETROPAULO, 2004, p. 112).

6.2.2 Análise dos investimentos em ações de responsabilidade social que não foram discriminadas pelas empresas

Essa parte do trabalho está focada nos investimentos realizados em ações de responsabilidade social que não foram especificadas pelas empresas. A Tabela 13 e no Gráfico 10 evidencia esses investimentos.

Tabela 13 Investimentos em ações de responsabilidade social não discriminadas realizados pelos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico (x R\$1.000).

AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NÃO DISCRIMINADAS					
Ano	Bancário	Energético	Petrolífero	Siderúrgico	TOTAL
1.998	3.980	16.859		564	21.403
1.999	16.231	35.679		111	52.021
2.000	4.193	24.700		1.489	30.382
2.001	50.801	57.693		1.972	110.466
2.002	90.251	134.731		4.012	228.994
2.003	46.692	179.669	74.008	255	300.624
2.004	85.591	337.103	17.943	9.138	449.775
2.005	57.083	863.540	48.130	12.642	981.395
2.006	81.898	1.208.821	78.352	13.960	1.383.031
2.007	0	623.792	183.728	11.727	819.247
TOTAL	436.720	3.482.587	402.161	55.870	4.377.338

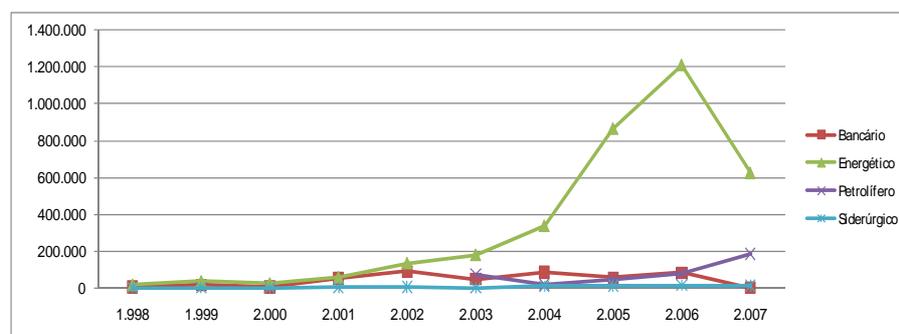


Gráfico 10 Investimentos em outras ações de responsabilidade social por setor econômico estudado (x R\$1.000)

A análise da Tabela 13 e do Gráfico 10 permite evidenciar que, todos os setores estudados declararam ter realizado investimentos em ações de

responsabilidade social que, por algum motivo, não se encaixam naqueles elencados anteriormente.

Também observa-se que, o montante declarado é considerável ao todo, R\$ 4.377.338 bilhões. Desse total, só o setor energético foi responsável por R\$ 3.482.587 bilhões, ou seja, praticamente 80% do total declarado.

Esses dois aspectos geram um questionamento: quais investimentos foram alocados nesse indicador? Seria interessante que o IBASE averiguasse que tipo de investimento as empresas declararam nesse quesito. Essa informação poderia contribuir para uma maior transparência e credibilidade dos dados contidos no balanço social.

6.2.3 Análise comparativa dos investimentos em ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais em nível federal

A Tabela 14 e o Gráfico 11 apresentam os investimentos em ações de responsabilidade social no período de 1998 a 2007 não passíveis de dedução analisadas nesse trabalho.

Tabela 14 Investimentos em ações de responsabilidade social, não passíveis de dedução analisadas nesse trabalho de acordo com o ano de investimento (x R\$ 1.000).

INVESTIMENTOS EM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NÃO PASSÍVEIS DE DEDUÇÃO					
Ano	Saúde e Saneamento	Lazer e Diversão	Habitação	Creche	TOTAL
1998	4.287	0	44.593	1.541	50.421
1999	6.360	0	36.316	1.174	43.850
2000	11.702	3.293	6.683		21.678
2001	15.282	4.445	9.080	204	29.011
2002	133.488	25	1.765		135.278
2003	42.642	0		242	42.884
2004	69.662	0		1.252	70.914
2005	84.595	133			84.728
2006	166.707	0			166.707
2007	30.786	0			30.786
TOTAL	565.511	7.896	98.437	4.413	676.257

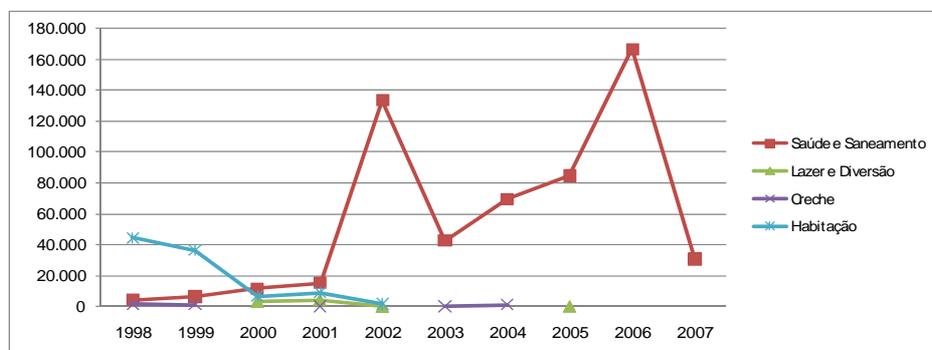


Gráfico 11 Investimentos em ações de responsabilidade social não passíveis de dedução analisadas nesse trabalho de acordo com o ano de investimento (x R\$ 1.000)

Observando a Tabela 14 e o Gráfico 11 pode-se verificar que as empresas que compõem a amostra destinaram a maior parte dos recursos financeiros a ações de responsabilidade social com foco na saúde e saneamento seguido dos investimentos em habitação, lazer e diversão e creche, respectivamente.

No ano de 2006 destacaram-se na análise os recursos aplicados em saúde e saneamento. Quanto à habitação pode-se verificar a supremacia dos recursos aplicados no ano de 1998. De forma geral, os investimentos em ações não passíveis de dedução foram inconstantes e bastante oscilantes.

6.3 Comparativo dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais em nível federal e aquelas que não possuem

Nessa etapa, foram considerados, para efeitos de análise, apenas os investimentos totais em ações com incentivo e ações sem incentivo. Esse novo agrupamento revelou a preferência do empresariado brasileiro quanto aos investimentos nessas ações, como representa a Tabela 15 e o Gráfico 12.

Tabela 15 Comparativo dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais em nível federal e àquelas que não possuem (x R\$ 1.000).

Comparativo dos investimentos em ações de responsabilidade social			
Ano	Com Incentivo	Sem Incentivo	TOTAL
1998	47.789	50.421	98.210
1999	70.636	43.850	114.486
2000	120.759	21.678	142.437
2001	251.591	29.011	280.602
2002	281.988	135.278	417.266
2003	1.175.564	42.884	1.218.448
2004	959.801	70.914	1.030.715
2005	1.353.621	84.728	1.438.349
2006	3.035.036	166.707	3.201.743
2007	718.152	30.786	748.938
TOTAL	8.014.937	676.257	8.691.194

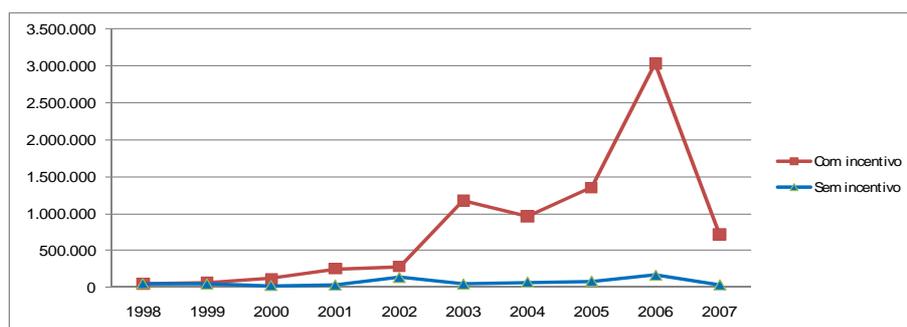


Gráfico 12 Comparativo dos investimentos em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais em nível federal e aquelas que não possuem (x R\$ 1.000)

Por meio da análise da Tabela 15 e do Gráfico 12 verificou-se que, no período de 1999 a 2007, as ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais em nível federal receberam mais investimentos comparativamente àquelas que não possuem. Apenas em 1998 os investimentos em ações de responsabilidade social não passíveis de dedução foram superiores àqueles feitos em ações dedutíveis.

Quanto aos investimentos em ações passíveis de dedução destacaram-se aqueles realizados em 2003, 2005 e 2006. Em 2003 foram investidos R\$

1.175.564 bilhão em ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais em nível federal. Nesse ano, os maiores investimentos foram feitos em ações culturais. Assim, dos R\$ 1.175.564 bilhão investidos, 40,29% (R\$ 473.248 milhões) foram destinados a essa ação.

Em 2005 dos R\$ 1.353.621 bilhão investidos em ações de responsabilidade social passíveis de dedução, R\$ 854.594 milhões, ou seja, 63,13% também foram destinados às atividades de caráter cultural.

Já em 2006 os maiores investimentos foram feitos em ações focadas em alimentação, combate à fome e segurança alimentar, ao todo R\$ 1.838.111 bilhão. Nesse ano também registraram-se os maiores investimentos feitos em ações de responsabilidade social não passíveis de dedução (R\$ 166.707 milhões), recurso destinado integralmente às ações de saúde e saneamento.

No ano de 2007, comparativamente aos investimentos realizados em 2006, observou-se uma queda de 76,33% dos recursos destinados às ações de responsabilidade social.

Enfim, de acordo com os dados da Tabela 15 e do Gráfico 12 constatou-se que as ações de responsabilidade social empresarial que mais recebem investimento foram aquelas que podem ter dedução dos impostos, nesse caso, especificamente do imposto de renda de pessoa jurídica.

6.4 Determinação do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social empresarial dos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico

Como mencionado, o principal objetivo desse trabalho foi verificar se as políticas de incentivos fiscais contribuem substancialmente na realização de ações de responsabilidade social no Brasil.

Nesse sentido, descobrir se o perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social estaria associado ao setor econômico da empresa seria

útil. Isso porque essa informação pode auxiliar os gestores públicos no direcionamento dessas políticas de incentivos fiscais.

Entre as inúmeras técnicas para determinação de perfil utilizou-se, nesse trabalho, a análise de correspondência. Essa técnica caracteriza-se como uma análise exploratória de dados por meio da qual obtém-se mapas perceptuais (GREENACRE, 1984). Por meio desses mapas estuda-se as similaridades cuja interpretação define os perfis das variáveis em estudo.

Assim, por meio da análise de correspondência, em um primeiro momento foram analisados os investimentos em ações de responsabilidade social focadas em educação, cultura e em ações de responsabilidade social que não foram discriminadas, realizados pelas empresas dos setores bancário, energético, siderúrgico e petrolífero.

Em um segundo momento, foram analisados os investimentos em ações direcionadas ao esporte, saúde e saneamento e alimentação, combate a fome e segurança alimentar. Ambas as análises foram realizadas segundo faixas de investimentos (até R\$ 10 milhões, R\$ 20 milhões, R\$ 50 milhões e acima de R\$ 100 milhões).

A primeira análise envolveu as empresas que fizeram investimentos até R\$ 10 milhões em ações de esporte, saúde e saneamento e alimentação, combate a fome e segurança alimentar, considerando-se os setores que compõem a amostra, como representa a Tabela 16.

Tabela 16 Frequência do número de empresas classificadas de acordo com os setores econômicos que realizaram investimentos até R\$ 10 milhões nas ações de esporte, saúde e saneamento e alimentação, combate a fome e segurança alimentar.

Setores	Ações		
	Esporte	Saúde e Saneamento	Alimentação, combate a fome e segurança alimentar
Bancário	7	6	8
Energético	28	27	28
Siderúrgico	2	2	2

Pelo fato dos setores econômicos serem representados por uma variável categórica com três níveis, espera-se que, no máximo, dois componentes expliquem a variabilidade total. A Tabela 17 representa os resultados referentes à análise dos componentes principais da tabela de contingência (Tabela 16).

Tabela 17 Análise dos componentes principais da tabela de contingência.

Componente	Autovalor	Proporção	Proporção acumulada
1	0.0017	0.9972	0.9972
2	0.0000	0.0028	1.0000
Total	0.0017		

De acordo com os resultados da Tabela 17 verifica-se que a porcentagem da variabilidade total é explicada pelo 1º componente (99,72%). Esse resultado evidencia uma alta dependência dos níveis das variáveis da categoria “setores” com os níveis das variáveis “ações”. Além do mais, graficamente essa revelação pode ser interpretada em um único eixo. Contudo, por questões usuais de interpretação preferiu-se construir os mapas bidimensionais conforme ilustra a Figura 7.

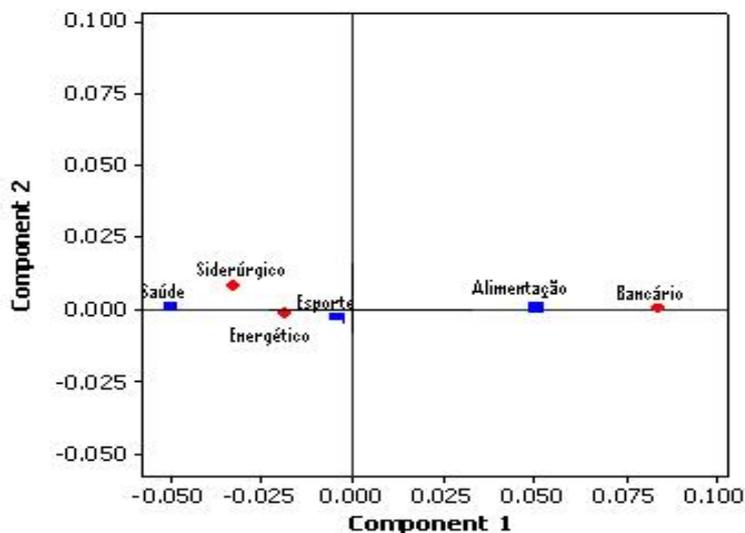


Figura 7 Mapa perceptual do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social até R\$ 10 milhões de acordo com o setor econômico

Por meio da análise do mapa perceptual exposto na Figura 7 pode-se verificar a discriminação das ações de responsabilidade social de acordo com os setores econômicos. Esse fato pode ser verificado pela formação dos grupos, separados em quadrantes diferentes.

Os resultados provenientes do mapa perceptual, também demonstraram que houve uma tendência das empresas dos setores siderúrgico e energético de realizar investimentos na faixa de R\$ 10 milhões em ações de responsabilidade social focadas em saúde e esporte.

Ademais o mapa perceptual exposto na Figura 7 evidencia a tendência de investimentos pelas empresas do setor bancário em ações de alimentação, combate à fome e segurança alimentar.

Outro investimento analisado foram aqueles na faixa de R\$ 20 milhões feitos pelas empresas dos setores estudados em ações de responsabilidade social, destinadas às atividades esportivas, de saúde e saneamento e alimentação,

combate a fome e segurança alimentar. A Tabela 18 e Tabela 19 apresentam os dados referentes a esses investimentos.

Tabela 18 Frequência do número de empresas classificadas de acordo com os setores econômicos que realizaram investimentos até R\$ 20 milhões nas ações de esporte, saúde e saneamento e alimentação, combate a fome e segurança alimentar.

Setores	Ações		
	Esporte	Saúde e Saneamento	Alimentação, combate a fome e segurança alimentar
Bancário	3	4	1
Energético	0	2	0
Petrolífero	1	1	1

Seguindo a mesma linha de análise adotada na discussão dos resultados da Tabela 16, os resultados da Tabela 19 também justificam a construção do mapa bidimensional (Figura 8).

Tabela 19 Análise dos componentes principais da tabela de contingência.

Componente	Autovalor	Proporção	Proporção acumulada
1	0.1797	0.8443	0.8443
2	0.0331	0.1557	1.0000
Total	0.2128		

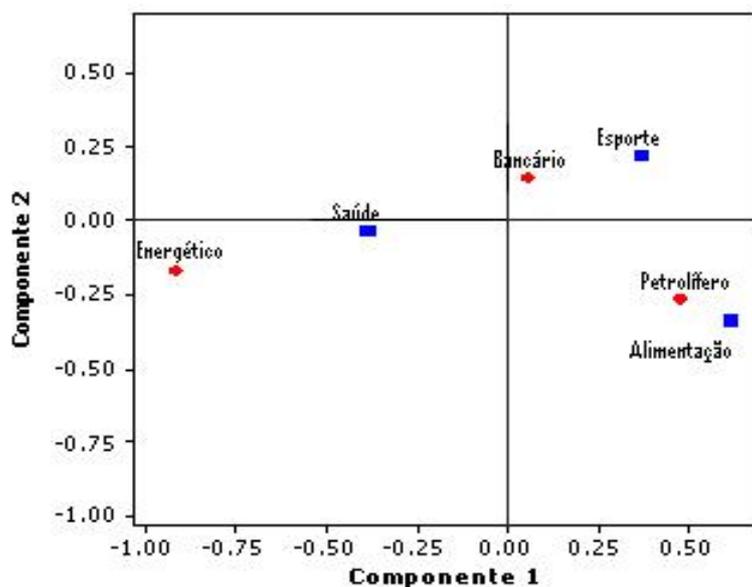


Figura 8 Mapa perceptual do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social até R\$ 20 milhões de acordo com o setor econômico

De acordo com os resultados ilustrados no mapa perceptual da Figura 8 pode-se observar a exata discriminação das ações de responsabilidade social segundo os setores econômicos. Esse fato pode ser verificado pela formação dos grupos, separados em quadrantes diferentes.

Ademais, o mapa perceptual apresentado na Figura 8 evidencia que, no período analisado, houve uma tendência das empresas do setor energético de realizar investimentos em ações de responsabilidade social focadas na saúde. Já as empresas dos setores bancário e petrolífero tenderam a investir mais em ações de responsabilidade social destinadas às atividades esportivas e de alimentação, combate à fome e segurança alimentar. Cabe ressaltar que foram investimentos realizados na faixa de R\$ 20 milhões.

Outra análise realizada envolveu os investimentos até R\$ 50 milhões feitos em ações de responsabilidade social destinados à educação, cultura e

ações de responsabilidade social que não foram especificadas. Esses investimentos foram analisados a partir dos setores que compõem o estudo, como mostra a Tabela 20.

Tabela 20 Frequência do número de empresas classificadas de acordo com os setores econômicos que realizaram investimentos até R\$ 50 milhões em ações de responsabilidade social com foco na educação, cultura e ações de responsabilidade social não discriminada.

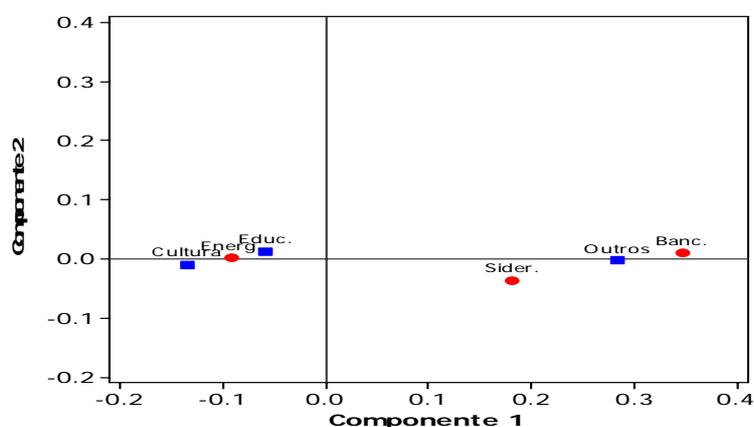
Setores	Ações		
	Educação	Cultura	Ações de responsabilidade social não discriminadas
Bancário	5	4	6
Energético	27	28	15
Siderúrgico	2	2	2

Os resultados encontrados na Tabela 21 justificam a construção do mapa bidimensional. A variabilidade total em quase 100% pode ser explicada pelos resultados do 1º componente.

Tabela 21 Análise dos componentes principais da tabela de contingência.

Componente	Autovalor	Proporção	Proporção acumulada
1	0.0283	0.9964	0.9964
2	0.0001	0.0036	1.0000
Total	0.0284		

Enfim, após a verificação do número de componentes adequados procedeu-se a análise dos perfis cujos resultados podem ser observados no mapa perceptual demonstrado na Figura 9.



* Outros – investimentos em ações de responsabilidade social não discriminadas pelas empresas.

Figura 9 Mapa perceptual do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social até R\$ 50 milhões de acordo com o setor econômico

Os resultados ilustrados no mapa perceptual, ilustrado na Figura 9, mostram a discriminação das ações de responsabilidade social de acordo com os setores econômicos. Esse fato pode ser verificado pela formação dos grupos, separados em quadrantes diferentes.

Segundo os resultados do mapa perceptual observa-se que houve uma tendência das empresas do setor energético de realizar investimentos até R\$ 50 milhões em ações de responsabilidade social, focadas em cultura e educação. Já as empresas do setor bancário tenderam a investir mais em ações de responsabilidade social não discriminadas que as empresas do setor siderúrgico.

Também foram analisados os investimentos acima de R\$ 100 milhões feitos pelas empresas dos setores estudados em ações de responsabilidade social destinadas à educação, cultura e ações de responsabilidade social não discriminada. A Tabela 22 e a Tabela 23 apresentam os dados referentes a esses investimentos.

Tabela 22 Frequência do número de empresas classificadas de acordo com os setores econômicos que realizaram investimentos acima de R\$ 100 milhões em ações de responsabilidade social com foco na educação, cultura e ações de responsabilidade social não discriminadas.

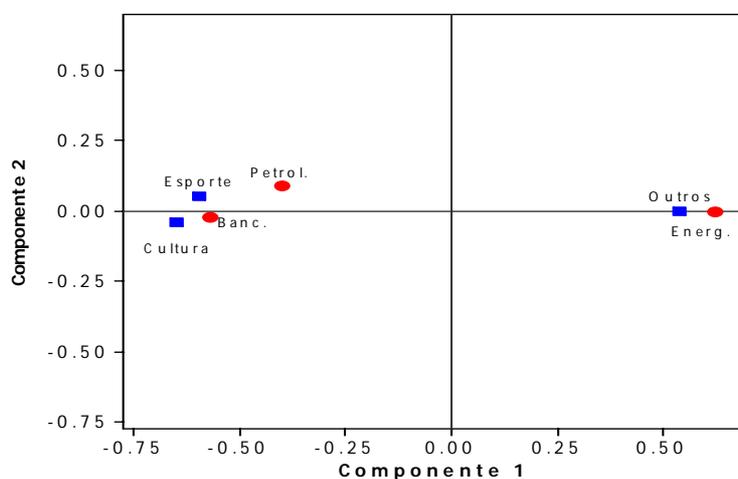
Setores	Ações		
	Educação	Cultura	Ações de responsabilidade social não discriminadas
Bancário	4	5	3
Energético	1	1	11
Petrolífero	1	1	1

Tabela 23 Análise dos componentes principais da tabela de contingência.

Componente	Autovalor	Proporção	Proporção acumulada
1	0.3386	0.9970	0.9970
2	0.0010	0.0030	1.0000
Total	0.3396		

De acordo com os resultados da Tabela 23 verifica-se que, a porcentagem da variabilidade total é explicada pelo 1º componente (99,70%). Tal resultado permite inferir uma alta dependência dos níveis categóricos nessas duas variáveis.

Após a verificação do número de componentes adequados procedeu-se a análise dos perfis cujos resultados podem ser observados no mapa perceptual demonstrado na Figura 10.



* Outros – investimentos em ações de responsabilidade social não discriminadas pelas empresas.

Figura 10 Mapa perceptual do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social acima de R\$ 100 milhões de acordo com o setor econômico

O mapa perceptual exposto na Figura 10 apresenta a exata discriminação das ações de responsabilidade social de acordo com os setores econômicos. Esse fato pode ser verificado pela formação dos grupos, separados em quadrantes diferentes.

Segundo os resultados provenientes desse mapa perceptual observa-se uma tendência, tanto das empresas do setor bancário, como do setor petrolífero em investirem em ações de responsabilidade social de caráter cultural e esportivo.

Outro resultado apresentado no mapa perceptual do perfil dos investimentos em ações de responsabilidade social acima de R\$ 100 milhões está relacionado às empresas do setor energético. O mapa demonstra que as empresas desse setor tenderam a investir em ações de responsabilidade social que não foram discriminadas.

Por fim, o Quadro 2 expõe uma síntese dos resultados obtidos a partir da análise de correspondência envolvendo as ações de responsabilidade social e os investimentos dos setores bancário, energético, siderúrgico e petrolífero.

Quadro 2 Perfil dos investimentos dos setores bancário, energético, siderúrgico e petrolífero em ações de responsabilidade social.

Faixas de investimentos		Até R\$ 10 milhões			Até R\$ 20 milhões			Até R\$ 50 milhões			Acima de R\$ 100 milhões		
Setores	Ações	Educação	Saúde e saneamento	Alimentação combate à fome e segurança alimentar	Educação	Saúde e saneamento	Alimentação combate à fome e segurança alimentar	Educação	Cultura	Ações de responsabilidade social não discriminadas	Educação	Cultura	Ações de responsabilidade social não discriminadas
	Bancário				X	X						X	X
Energético	X	X				X		X	X				X
Siderúrgico	X	X											
Petrolífero							X				X	X	

Os resultados provenientes dos mapas perceptuais, sintetizados no Quadro 2, foram analisados de acordo com as faixas de investimentos em ações de responsabilidade social.

De forma geral, as empresas estudadas tenderam a realizar mais investimentos na faixa de R\$ 10 milhões e na faixa acima de R\$ 100 milhões. Dessas, as empresas do setor energético são as únicas que realizam investimentos em todas as faixas. Porém, seus investimentos concentram-se naquelas de R\$ 10 milhões e R\$ 50 milhões. Ressalta-se, ainda, que o setor energético só não investiu em ações de responsabilidade com foco em alimentação, combate à fome e segurança alimentar.

Já os setores bancário e petrolífero realizaram investimentos acima de R\$ 100 milhões, especificamente em ações direcionadas à alimentação, combate à fome e segurança alimentar; educação e cultura.

E as empresas do setor siderúrgico tenderam a realizar investimentos na faixa dos R\$ 10 milhões, especificamente em atividades educacionais e de saúde e saneamento.

De acordo com esses resultados, acredita-se que o perfil de investimentos em ações de responsabilidade social depende do setor econômico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse capítulo apresentam-se as conclusões, as limitações da pesquisa bem como sugestões para futuros estudos.

7.1 Conclusões

O objetivo principal desse estudo foi verificar se as políticas de incentivos fiscais contribuem substancialmente na realização de ações de responsabilidade social no Brasil.

No intuito de esclarecer essa questão foi elaborado um esquema analítico dos incentivos fiscais na relação Estado/governo-empresa-sociedade a partir do referencial teórico proposto. De acordo com esse esquema analítico, as ações de responsabilidade social selecionadas para a pesquisa foram divididas em dois grupos: o primeiro, “ações de responsabilidade social que possuem incentivos fiscais” e o segundo, “ações de responsabilidade social que não possuem incentivos fiscais”. Também foram analisados os investimentos em “outras ações de responsabilidade social”, ou seja, ações não discriminadas pelas empresas.

As análises comparativas desses investimentos a partir do esquema analítico elaborado evidenciaram que os incentivos fiscais concedidos em âmbito federal podem contribuir substancialmente na realização de ações de responsabilidade social destinadas à comunidade externa à empresa no país. Isso porque os investimentos em ações que podem usufruir desses incentivos são muito superiores aos investimentos naquelas não dedutíveis.

Dentre as ações que gozam de incentivos fiscais federais, cabe mencionar que as maiores quantias foram destinadas àquelas que receberam apoio governamental como o programa Fome Zero, bem como, as ações de

maior visibilidade para o público (eventos esportivos e culturais). Então, questiona-se: seria esse “um jeitinho brasileiro” de estimular as práticas de responsabilidade social?

Ademais, os resultados obtidos por meio da análise de correspondência permitiram evidenciar que o perfil de investimentos em ações de responsabilidade social depende do setor econômico. Essa informação pode, em última instância, auxiliar os gestores públicos na elaboração de políticas de incentivos fiscais.

O Quadro 3 representa uma síntese dos resultados alcançados.

Quadro 3 Síntese dos resultados alcançados.

Objetivo principal	Resultados
Verificar se as políticas de incentivos fiscais contribuem substancialmente na realização de ações de responsabilidade social destinadas à sociedade no Brasil.	Dentre as ações que foram analisadas, <u>essa premissa se confirma (Síntese no tópico 6.3).</u>
Objetivos intermediários	
1º Elaborar um esquema analítico dos incentivos fiscais na relação Estado/governo-empresa-sociedade.	Figura 6
2º Pesquisar quais ações de responsabilidade social destinadas à sociedade receberam investimentos dos setores bancário, energético, petrolífero e siderúrgico.	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Com incentivos fiscais em nível federal:</u> educação; cultura; esporte; alimentação, combate à fome e segurança alimentar. • <u>Sem incentivos fiscais em nível federal:</u> saúde e saneamento; lazer e diversão; habitação; creche.
3º Analisar e comparar os investimentos em ações de responsabilidade social por setor.	Tópico 6
4º Analisar e comparar os investimentos em ações de responsabilidade social que podem usufruir de incentivos fiscais para a sua realização com aquelas que não podem.	Tópico 6.3
5º Investigar se o perfil de investimentos em ações de responsabilidade social depende do setor econômico.	Com base nos resultados evidenciados, acredita-se que o perfil de investimentos em ações de responsabilidade social depende do setor econômico (Tópico 6.4 e síntese no Quadro 2).

Por fim, fica evidente que esta tese atingiu seus objetivos, tendo em vista os resultados expostos no Quadro 3.

7.2 Limitações da pesquisa e sugestões para futuros estudos

Como limitações da pesquisa deve-se considerar que o estudo abordou quatro setores: bancário, energético, siderúrgico e petrolífero. Nesse sentido, a expansão da pesquisa para outros ramos empresariais permitiria conhecer qual é a relação entre incentivos fiscais e investimentos em ações de responsabilidade social em outros setores.

Adicionalmente, no intuito de facilitar a obtenção das informações para efetuar as análises, a amostra não probabilística foi formada considerando-se dois aspectos, além do fato das atividades das empresas encaixarem-se em um dos setores selecionados: (1º) ser uma empresa de capital aberto e (2º) ter publicados balanços sociais no modelo do IBASE, no período estudado. Nesse contexto, seria interessante ampliar o universo de empresas a serem pesquisadas englobando aquelas de capital fechado ou que tenham divulgado de outra forma as informações relativas às atividades de responsabilidade social.

Outro fator está relacionado à escolha dos incentivos fiscais estudados. Nesse trabalho foram considerados apenas aqueles de abrangência nacional, visto que todas as empresas componentes da amostra poderiam ter feito uso desses benefícios. Então, conhecer “quais”, “como são”, bem como as organizações que aplicaram esses incentivos em nível estadual ou mesmo municipal também seria interessante.

REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.
- AMAZONAS (Estado). **Lei n. 2.843, de 31 de outubro de 2003**. Cria o certificado de Responsabilidade Social para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2009.
- ARAGÃO, S. D.; KARKOTLI, G. **Responsabilidade social**: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 16001. **Responsabilidade social**: sistema da gestão: requisitos. 2004. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT_nbr_16001.pdf>. Acesso em: 19 set. 2009.
- BAHIA (Estado). **Lei nº 7.015 de 9 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos culturais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85387/lei-7015-96-bahia-ba>>. Acesso em: 14 nov. 2009.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**. 2001. Disponível em: <<http://www44.bb.com.br/appbb/portal/bb/ri/relat/relatorio2001/portugues/html/relatorioanual/index.jsp>>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**. 2002. Disponível em: <<http://www44.bb.com.br/appbb/portal/ra/index.jsp>>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**. 2003. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2003.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**. 2004. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2004.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2009.

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**. 2005. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2005.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**. 2006. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2006.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2009.

BELAL, A. R. A study of corporate social disclosures in Bangladesh. **Managerial Auditing Journal**, Bradford, v. 16, n. 5, p. 274-289, 2001.

BERNARDO, D. C. R.; MADEIRA, G. J.; MARTINS, C. M. F. Origem e evolução do balanço social no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p.105-116, abr. 2002.

BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. ISE - **Índice de sustentabilidade empresarial**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/pdf/Indices/ResumoISENovo.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2009.

BORGER, F. G. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. 2001. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRADESCO. **Relatório Anual**. 2000. Disponível em: <[http://www.bradescom.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2fEdicao_Anuar_2000\(1\).pdf](http://www.bradescom.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2fEdicao_Anuar_2000(1).pdf)> . Acesso em: 10 nov. 2009.

BRADESCO. **Relatório Anual**. 2001. Disponível em: <[http://www.bradescom.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2fEdicao_Anuar_20001pdf\(2\).pdf](http://www.bradescom.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2fEdicao_Anuar_20001pdf(2).pdf)>A> Acesso em: 10 nov. 2009.

BRADESCO. **Relatório Anual**. 2002. Disponível em: <[http://www.bradescom.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2fRelatorio_Anuar_2002\(1\).pdf](http://www.bradescom.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2fRelatorio_Anuar_2002(1).pdf)>A> Acesso em: 10 nov. 2009.

BRADESCO. **Relatório Anual**. 2003. Disponível em: <[http://www.bradescom.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2frelatorio_2003_completo\(1\).pdf](http://www.bradescom.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2frelatorio_2003_completo(1).pdf)> Acesso em: 10 nov. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.constitui5c35A7ao.htm>. Acesso em: 17 out. 2009.

BRASIL. **Decreto n. 5.761, de 27 de abril de 2006**. Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultural – PRONAC e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismos-de-apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/informacoes-gerais-lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/legislacao-especifica/>>. Acesso em: 17 out. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 6.260, de 20 de novembro de 2007**. Dispõe sobre a exclusão do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, dos dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica - ICT. Brasília, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6260.htm>. Acesso em: 18 nov. 2009.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Brasília, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 11 set. 2008.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 17 out. 2009.

BRASIL. **Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismos-de-apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/informacoes-gerais-lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/legislacao-especifica/>>. Acesso em: 17 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993**. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8685.htm>. Acesso em: 17 out. 2009.

BRASIL. **Lei 9249, de 26 de dezembro de 1995**. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/Ant2001/lei924995.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2008.

BRASIL. **Lei n. 9.874, de 23 de novembro de 1999**. Altera dispositivos da Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismos-de-apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/informacoes-gerais-lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/legislacao-especifica/>>. Acesso em: 17 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm>. Acesso em: 17 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismos-de-apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/informacoes-gerais-lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/legislacao-especifica/>>. Acesso em: 17 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999**. Dispõe sobre o regulamento do Imposto de Renda/RIR/99. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RIR/default.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2008.

BREDA, M. F. V.; HENDRIKSEN, E. S. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CAPPELLIN, P.; GIULIANI, M. Compromisso social no mundo dos negócios. In: **Boletim do IBASE “Orçamento e Democracia”**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 10-11, fev. 1999.

CARROL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organization *stakeholders*. **Business Horizons**, New York, v. 34, n. 4, p. 39-48, July/Aug. 1991.

CARROL, A. B. The four faces of corporate citizenship. **Business and Society Review**, New York, v. 100, p. 1-7, 1998.

CARROL, A. B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, Gêneva, v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999.

CEARÁ (Estado). **Lei nº 13.811, de 16 de agosto de 2006**. Institui no âmbito da Administração pública estadual, o sistema estadual de cultura – SIEC, indica suas fontes de financiamento, regula o fundo estadual da cultura e dá outras providências. Disponível em: < http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:WNO76sLDbz0J:www.secult.ce.gov.br/legislacao/sistema-estadual-de-cultura/LEI-SIEC.pdf+Lei+13.811/06+do+estado+do+Cear%C3%A1&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsIoIRIUT10G9f0nOvIf6nu8qGoti5QF9f7hDGD6GWAwtc8UIgMGeqgJP01-qibwC1kAS2OQa2hggaaO2c3qP4uB-oBLJCSs4OoeORdACWy3qrBktdV44djRrz7716vHWQ990h30&sig=AHIEtbTf1_ek0W-FH-CU4m0cGYY5dMbXdg>. Acesso em: 23 nov. 2009.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC. **Relatório anual**. 2006. Disponível em: <http://www.b2i.cc/Document/1449/relat%C3%B3rio_celesc_2006.pdf> Acesso em: 10 nov. 2009.

COCHRAN, P. L.; WARTICK, S. L. The evolution of the corporate social performance model. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 10, n. 4, p. 758-769, 1985.

COM CIÊNCIA. REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO. **Novo índice avalia sustentabilidade das empresas**. 2006. Disponível em: < <http://www.comciencia.br/noticias/2006/01/sustentabilidade.htm>>. Acesso em: 20 set. 2009.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas**. Bruxelas. 2001. Disponível em:< http://europa.eu.int/eur-lex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf> . Acesso em: 29 jun. 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Empresas**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade/ NBC T 15**: informações de natureza social e ambiental. Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>>. Acesso em: 28 set. 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS, J. M.; DUARTE, G. D. **Responsabilidade social**: a empresa hoje. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985. 139 p.

DINIZ, M. L. C.; FORTES, F. C. Incentivos fiscais no STJ. In: ELALI, A.; MARTINS, I. G. S.; PEIXOTO, M. M. (Coord.). **Incentivos fiscais**: questões pontuais nas esferas federal, estadual e municipal. São Paulo: MP, 2007.

DURAND, J. C. G. et al. Patrocínio empresarial e incentivos fiscais à cultura no Brasil: análise de uma experiência recente. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, p. 38-44, out./dez. 1997.

FERREL, L.; FERREL, O. C.; FRAEDRICH J. **Ética empresarial**: dilemas, tomadas de decisão e casos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FIGUEIREDO, J. C. B.; MORETTI, S. L. A. Análise bibliométrica da produção sobre responsabilidade social das empresas no EnANPAD: evidências de um discurso monológico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

FITZPATRICK, K. CEO views on corporate social responsibility. **Corporate Reputation Review**, Gainesville, v. 3, n. 4, p. 292-302, 2000.

FOMBRUN, C. J.; GARDBERG, N. A. For better or worse - the most visible American corporate reputations. **Corporate Reputation Review**, Londres, v. 4, n. 4, 385-387, Inverno 2002.

FOMBRUN, C. J.; MÁRQUEZ, A. Measuring corporate social responsibility. **Corporate Reputation Review**, Londres, v. 7, n. 4, p. 304-305, Inverno 2005.

FOME ZERO. Disponível em: < <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 17 out. 2009.

FORMIGONI, H. **A influência dos incentivos fiscais sobre a estrutura de capital e a rentabilidade das companhias abertas brasileiras não financeiras**. 2008. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman/Ballinger, 1984.

FREIRE, F. S.; SILVA, C. A. T. (Orgs.). **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

FREIRE, F. S.; SILVA, T. R. Uma descrição sucinta do Balanço Social francês, português, belga e brasileiro. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. (Org.). **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001. cap. 4, p. 69-115.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and freedom**. Chicago: University of Chicago, 1962.

FROES, C.; MELO NETO, F. P. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7. ed. ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

GARCIA, J. **O negócio do social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GOLDSTEIN, I. **Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor**. São Paulo: Ática, 2007.

GRAY, R; KOUHY, R.; LAVERS, S. Coporate social and environmental reporting. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**, Bradford, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.

GREENACRE, M. J. **Theory and applications of correspondence analysis**. London: Academic, 1984. 364 p.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Mercado/RendaVariavel/Indices/FormConsultaApresentacaoP.asp?Indice=ISE>>. Acesso em: 20 set. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 11 out. 2009.

INSTITUTO CULTURAL CIDADE VIVA. **Perfil das empresas patrocinadoras**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade 2007**. Coordenação da versão 2007 de Ana Lúcia de Melo Custódio e Renato Moya. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>. Acesso em: 21 set. 2009a.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp>. Acesso em: 21 set. 2009b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECÔNOMICA APLICADA. **Ação social das empresas do Centro-Oeste: quem são e onde estão**, em 2004. Brasília: Diretoria de Estudos Sociais, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECÔNOMICA APLICADA. **A Iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas privadas nas regiões Sudeste e Nordeste**. Brasília: Diretoria de Estudos Sociais, 2006.

KASSAI, S. **Utilização da análise por envoltória de dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis**. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

KROETZ, C. E. S. **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEMOS, M. B.; ROBERTO, A. A. As possibilidades de incentivos governamentais ao investimento social privado. In: PRÊMIO ETHOS VALOR. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2004.

LONDRINA (PR). **Lei 9536, de 28 de junho de 2004**. Disponível em: < <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2008.

LOURENÇO, A. G.; SCHRÖDER, D. S. **Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas**. In: RESPONSABILIDADE social das empresas: a contribuição das universidades. Peirópolis: Instituto Ethos, 2003. v. 2, p. 79-120.

MACHADO, R. T. M. et al. Investimentos ambientais e sociais externos: um estudo comparativo das companhias de capital aberto no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Tradução de Nivaldo Montingelli Júnior e Alfredo Alves de Farias. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATO GROSSO (Estado). **Lei 7687, de 25 de junho de 2002**. Disponível em: < [HTTP://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm)>. Acesso em: 6 dez. 2008.

MELO, J. E. S. Incentivos fiscais de ICMS: aspectos críticos. In: ELALI, A.; MARTINS, I. G. S.; PEIXOTO, M. M. (Coord.). **Incentivos fiscais: questões pontuais nas esferas federal, estadual e municipal**. São Paulo: MP, 2007.

MURTHY, V. Corporate social disclosure practices of tops software firms in Índia. **Global Business Review**, London, v. 9, n. 2, p. 173-188, 2008.

O' BRIEN, D.; QUAZI, A. M. An empirical test of a cross-national model of corporate social responsibility. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 25, n. 1, p. 33, May 2000.

OLIVEIRA, A. M. B.; ROSA, V. A. R.; SOUZA NETO, A. F. **Para o marketing, a cultura; para a cultura, a lei: um levantamento sobre a utilização de incentivos municipais à cultura junto a empresas da cidade de Natal**. In:

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2008. 1CD-ROM.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PASA, C. R. R. **ECP-Social: um modelo de avaliação da performance social empresarial.** 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PEREIRA, E. A. A. **A Empresa e o lugar na globalização: a “responsabilidade social empresarial” no território brasileiro.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PERNAMBUCO (Estado). **Decreto nº 22.303, de 29 de maio de 2000.** Dispõe sobre procedimentos para a expedição do Certificado de dedução do ICMS-CDI, relativo ao sistema de Incentivo à Cultura, e dá outras providências. Disponível em: < http://folio.sefaz.pe.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=2824&infobase=normest.nfo&jump=dec22199_2000&softpage=Document>. Acesso em: 20 nov. 2009.

PESQUEUX, Y. **Filosofia e organizações.** Tradução de Marcela Vieira. São Paulo: Cengage Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração).

PIMENTEL, D. **Normas de responsabilidade social** (NBR 16001, AS 8000, ISSO 26000) - Mini curso Latec/UFF. Rio de Janeiro, 2008.

PIRES, A. R. Ligeiras reflexões sobre a questão dos incentivos fiscais no Brasil. In: ELALI, A.; MARTINS, I. G. S.; PEIXOTO, M. M. (Coord.). **Incentivos fiscais: questões pontuais nas esferas federal, estadual e municipal.** São Paulo: MP, 2007.

PORTO ALEGRE. **Lei 8118, de 5 de janeiro de 1998.** Disponível em: < <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2008.

RELATÓRIO anual da Eletrobrás. 2005. (Parte 1). Disponível em: <<http://www.eletronbras.com/ELB/services/eletronbras/ContentManagementPlus/FileDownload.ThrSvc.asp?DocumentID={22201DB3-97AF-4090-B0C6-DADFE5FA2B32}&ServiceInstUID={12B8C96D-ECAF-49C2-84CF->

37DE10E2425A}&InterfaceInstUID={567239E3-6461-426A-8CD5-1BA815092393}&InterfaceUID={72215A93-CAA7-4232-A6A1-2550B7CBEE2F}&ChannelUID={50EA5A6D-199A-47EF-9104-3DA446A793B1}&PageUID={D8C71604-329B-4B99-B243-ABD7FC6C9D53}&BrowserType=IE&BrowserVersion=6> Acesso em: 10 nov. 2009.

RELATÓRIO anual da Eletrobrás. 2005. (Parte 2). Disponível em: <<http://www.eletobras.com/ELB/services/eletobras/ContentManagementPlus/FileDownload.ThrSvc.asp?DocumentID={46986565-3EF2-43BA-8F80-95C68946B93F}&ServiceInstUID={12B8C96D-ECAF-49C2-84CF-37DE10E2425A}&InterfaceInstUID={567239E3-6461-426A-8CD5-1BA815092393}&InterfaceUID={72215A93-CAA7-4232-A6A1-2550B7CBEE2F}&ChannelUID={50EA5A6D-199A-47EF-9104-3DA446A793B1}&PageUID={D8C71604-329B-4B99-B243-ABD7FC6C9D53}&BrowserType=IE&BrowserVersion=6>> Acesso em: 10 nov. 2009.

RELATÓRIO anual da Eletropaulo. 2004. Disponível em: <http://aeseleto paulo.mediagroup.com.br/port/download/relatorio_anual/2004/RA_2004_cap15.pdf> Acesso em: 10 nov. 2009.

RELATÓRIO anual da Gerdau. 2004. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/RelatorioGerdau/2004/port/download/relatorio-anual-2004.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

RELATÓRIO anual da Gerdau. 2005. Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/relatoriogerdau/2005/port/pdf/ra_completo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2009.

RELATÓRIO anual da Petrobrás. 2003. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/pdf/RELATORIO_ANUAL_2003_final.pdf> Acesso em: 10 nov. 2009.

RELATÓRIO anual da Petrobrás. 2004. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/relat04/port/download/RAO/Petrobras_RA_2004.pdf> Acesso em: 10 nov. 2009.

RELATÓRIO anual da Petrobrás. 2005. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/pdf/RelatorioAnual_2005.pdf> Acesso em: 10 nov. 2009.

RELATÓRIO anual da Petrobrás. 2006. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/pdf/RelatorioAnual_2006.pdf> Acesso em: 10 nov. 2009.

RELATÓRIO anual da Petrobrás 2007. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/pdf/RelatorioAnual_2007.pdf> Acesso em: 10 nov. 2009.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 20.074, de 15 de junho de 1994.**

Regulamenta a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais a que se refere a Lei nº 1.954 de 26/01/1992. Disponível em: <http://www.marketingcultural.com.br/leis/todasleis_rj.htm>. Acesso em: 17 out. 2009.

RIO DE JANEIRO (RJ). **Decreto nº 12.077, de 27 de maio de 1993.** Regula a Lei nº 1940 de 31 de dezembro de 1992, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=Decreto+12.077%2F93+cidade+Rio+de+Janeiro&btnG=Pesquisar&meta=cr%3DcountryBR&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=>>. Acesso em: 14 nov. 2009.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei 11440 de 18 de janeiro de 2000.**

Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2008.

SANTO ANDRÉ (SP). **Lei 7672, de 18 de junho de 1998.** Disponível em:

<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

SANTOS, A. **Demonstração do valor adicionado:** como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 40981, de 3 de julho de 1996.** Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 8819/94. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=13238>>. Acesso em: 21 out. 2009.

SÃO PAULO (SP). **Decreto 41256, de 18 de outubro de 2001.** Dispõe sobre o incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município de São Paulo, é disciplinado pela Lei nº 10.923, de 30 de dezembro de 1990, e pelo presente decreto. Disponível em: <<http://dado.com.br/diarios/dom/2001/muspout1.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2009.

SETHI, S. P. Dimensions of corporate social performance: na analytical framework. **Management Review**, California, v. 17, n. 3, p. 58-64, 1975.

SOUZA, H. **Mensagem do Betinho**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 11 out. 2009.

SROUR, R. H. **Ética empresarial**: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SUCUPIRA, J. **A Responsabilidade social das empresas**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 11 out. 2009.

SUCUPIRA, J. A. Responsabilidade social das empresas. In: **Boletim Orçamento e Democracia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jun. 1999.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social**: teoria e prática. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TESOURO NACIONAL. **Projetos de investimento público**: parcerias público-privadas (PPP). Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/ppp/ppp.asp>>. Acesso em: 18 out. 2009.

TINOCO, J. E. P. **Balanco social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P. **Balanco social**: uma abordagem sócio-econômico da contabilidade. 1984. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

TORRES, C. Responsabilidade social das empresas (RSE) e balanço social no Brasil. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. (Org.). **Balanco Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

TRACTEBEL. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/modules/system/viewPage.asp?P=934&VID=&SID=418842517899199&S=1&C=2582>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

UBERLÂNDIA (MG). **Decreto Legislativo nº 118, de 11 de novembro de 1999**. Institui título de desempenho comunitário empresarial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/gim/nv0_geral/download/Decreto%20118.html>. Acesso em: 10 nov. 2009.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org/>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

YIN, R. K. **Planejamento e método**: estudo de caso. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2004.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.

ANEXOS

ANEXO A

Quadro 1A Empresas pesquisadas neste trabalho.

Setor	Empresa	Controle Acionário	Balancos sociais analisados
Bancário	Amazônia	Estatatal	2000, 2001, 2002, 2003, 2004
	Banrisul	Estatatal	2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005
	Besc	Estatatal	2005, 2006
	Bradesco	Privada Nacional	2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Brasil	Estatatal	1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Brb banco	Estatatal	2005, 2006
	Itaú	Privado Nacional	1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Santander	Privado Nacional	2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Unibanco	Nacional Holding	2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Votorantim	Privado Nacional	2003, 2004, 2005, 2006
Energético	Aes sul	Privado Nacional	1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007
	Aes Tiete	Privado Nacional	2006, 2007
	Ampla	Estrangeira	2003, 2004, 2005, 2006, 2007
	Ceb	Estatatal	1996, 1997, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005
	Ceee	Estatatal	2004, 2005
	Celesc	Estatatal Holding	2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Celg	Estatatal Holding	1996, 1997, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007
	Celpa	Privada Nacional	1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Celpe	Nacional Holding	2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007
	Cemat	Privado Nacional	1996, 1997, 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Cemig	Estatatal Holding	2002, 2003, 2004, 2005
	Cesp	Estatatal	1996, 1997, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005
	Coelba	Privado Nacional	2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007
	Coelce	Privado Nacional	2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007.

Energético	Copel	Estatal Holding	1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007
	Cosern	Nacional Holding	2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007
	Cpfl energia	Privado Nacional	2004, 2005, 2006
	Cpfl geracao	Privado Nacional	2000, 2001, 2002, 2003
	Cpfl piratininga	Privado Nacional	2001, 2002, 2003
	Elektro	Privado Nacional	2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Eletrobras	Estatal	1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Eletropaulo	Privado Nacional	1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007
	Enersul	Privado Nacional	2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Escelsa	Privado Nacional	1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
	Investco	Privado Nacional	2005, 2006
	Itapebi	Privado Nacional	2003, 2004, 2005, 2006, 2007
	Light	Privado Nacional	1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005
	Termope	Privado Nacional	2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007
Tractebel	Privado Nacional	2001, 2002, 2003, 2004, 2005	
Siderúrgico	Gerdau	Privado Nacional	2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005
	Usiminas	Privado Nacional	1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007
Petrolífero	Petrobras	Estatal Holding	1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007

ANEXO B

Análise comparativa entre investimentos em responsabilidade social voltados para a comunidade externa à empresa e tributos do setor siderúrgico, bancário, energético e petrolífero

Os estudos de Freeman (1984), Srour (2000) e Wood (1991) revelam que as organizações e a sociedade são sistemas interdependentes que operam em uma relação de trocas. Nesse ambiente, os resultados positivos das ações de responsabilidade social podem representar uma variável importante na competitividade da empresa (ALIGLERI et al., 2009; BORGGER, 2001; FROES; MELO NETO, 1999; GARDBERG et al., 2002; MÁRQUEZ, 2005; OLIVEIRA, 2008). Aliás, como lembra Tinoco (1984, p. 24) “(...) a maior parte das iniciativas que têm sido empreendidas para compreender e mensurar os fenômenos sociais têm de saída uma motivação de rentabilidade”. Embora os estudos realizados envolvendo a relação entre o desempenho social das empresas e seu desempenho financeiro possa ter resultados divergentes, devido à variedade de metodologias e parâmetros adotados, também demonstraram que a responsabilidade social empresarial não representa uma restrição à maximização dos lucros (BORGGER, 2001). Portanto, na relação “empresa” e “sociedade”, o saldo positivo oriundo “de um conjunto de técnicas da gestão da responsabilidade social podem contribuir para a obtenção de resultados ótimos para todas as partes interessadas” (ABNT, 2004, p. vi).

Nesse sentido, esse tópico apresenta um comparativo das duas formas de transferência do montante gerado pelas empresas e destinado à sociedade. A primeira forma é o repasse feito voluntariamente à sociedade, por meio das ações de responsabilidade social. E a segunda, consiste naqueles transferido de forma compulsória ao governo, ou seja, os tributos arcados pelas organizações no período estudado.

Independente da forma de transferência, o agente beneficiado é o mesmo: a sociedade. O que difere é a obrigatoriedade quanto ao repasse dos recursos. Enquanto as ações de responsabilidade social são feitas de forma voluntária, os impostos gerados pelas atividades da empresa são obrigatórios.

A evolução dos recursos gerados pelas empresas dos setores estudados e transferidos para a sociedade, tanto na forma de tributos, quanto em ações de responsabilidade social no período de 1996 a 2007 são representados nas tabelas e nos gráficos seguintes.

Tabela 1B Investimentos em responsabilidade social voltados para a comunidade e os tributos do setor bancário (x R\$ 1.000).

SETOR BANCÁRIO			
ANO	Investimentos voluntários	Tributos	TOTAL
1.998	55.066	1.206.466	1.261.532
1.999	86.900	884.257	971.157
2.000	105.909	2.800.290	2.906.199
2.001	191.040	4.900.530	5.091.570
2.002	314.594	7.189.285	7.503.879
2.003	383.422	12.704.234	13.087.656
2.004	419.639	13.853.168	14.272.807
2.005	486.650	19.106.123	19.592.773
2.006	2.186.295	20.121.330	22.307.625
2.007			
TOTAL	4.229.515	82.765.683	86.995.198

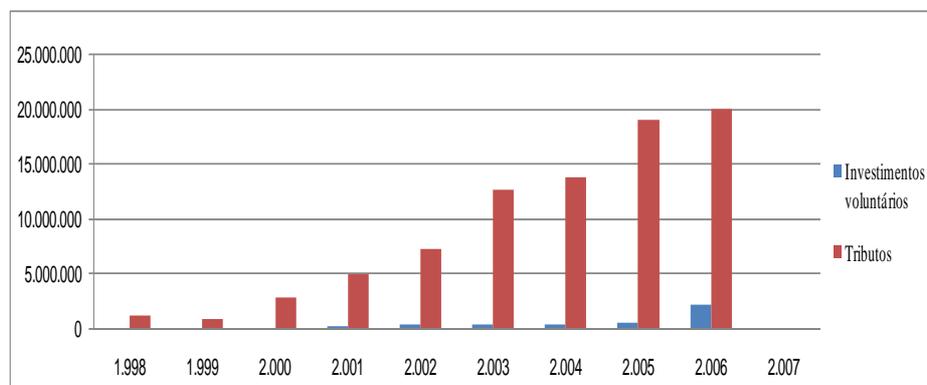


Gráfico 1B Comparativo entre os investimentos em responsabilidade social voltados para a comunidade e os tributos do setor bancário (x R\$ 1.000)

Tabela 2B Investimentos em responsabilidade social voltados para a comunidade e os tributos do setor energético (x R\$ 1.000).

SETOR ENERGÉTICO			
ANO	Investimentos voluntários	Tributos	TOTAL
1.998	123.507	3.967.188	4.090.695
1.999	90.488	3.190.162	3.280.650
2.000	76.234	6.367.956	6.444.190
2.001	137.131	8.197.477	8.334.608
2.002	435.686	14.837.464	15.273.150
2.003	477.531	17.420.125	17.897.656
2.004	511.903	22.209.545	22.721.448
2.005	2.181.073	26.853.963	29.035.036
2.006	1.473.221	21.957.618	23.430.839
2.007	608.432	13.237.164	13.845.596
TOTAL	6.115.206	138.238.662	144.353.868

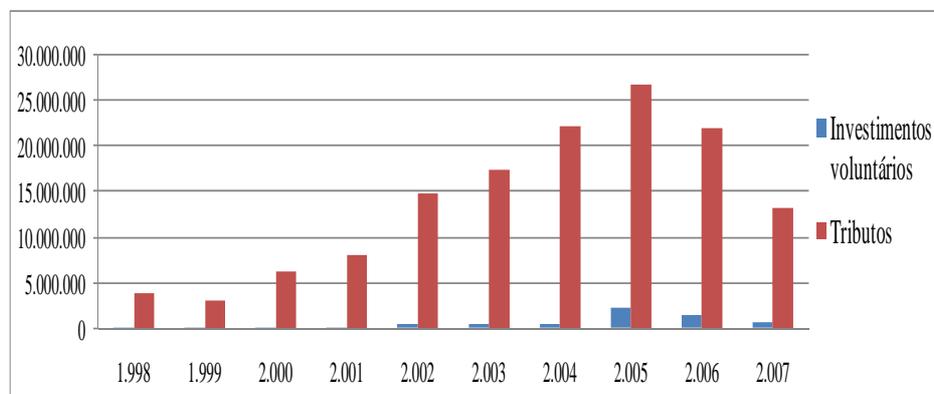


Gráfico 2B Comparativo entre os investimentos em responsabilidade social voltados para a comunidade e os tributos do setor energético (x R\$ 1.000)

Tabela 3B Investimentos em responsabilidade social voltados para a comunidade e os tributos do setor petrolífero (x R\$ 1.000)

SETOR PETROLÍFERO			
ANO	Investimentos voluntários	Tributos	TOTAL
1.998	0	10.638.826	10.638.826
1.999	35.000	10.834.214	10.869.214
2.000	69.105	18.947.404	19.016.509
2.001	130.077	26.078.816	26.208.893
2.002	254.002	39.736.147	39.990.149
2.003	290.350	42.239.729	42.530.079
2.004	312.634	45.254.056	45.566.690
2.005	473.702	69.801.173	70.274.875
2.006	546.402	71.274.595	71.820.997
2.007	534.113	70.127.540	70.661.653
TOTAL	2.645.385	404.932.500	407.577.885

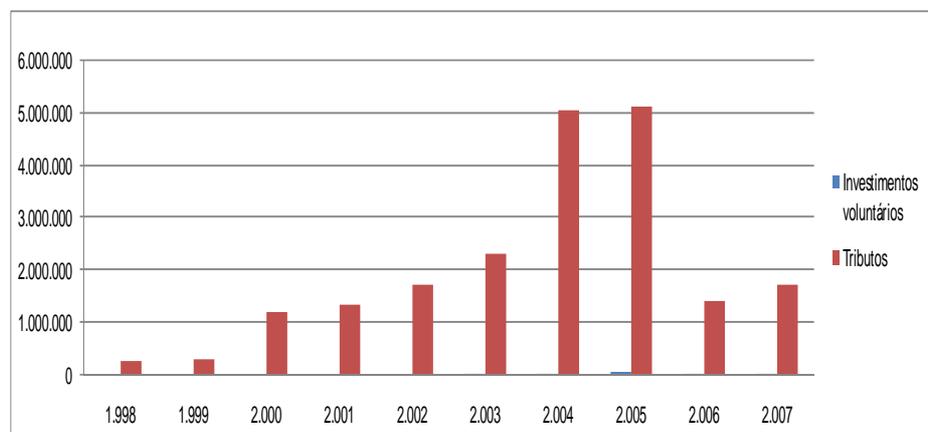


Gráfico 3B Comparativo entre os investimentos em responsabilidade social voltados para a comunidade e os tributos do setor petrolífero (x R\$ 1.000)

Tabela 4B Investimentos em responsabilidade social voltados para a comunidade e os tributos do setor siderúrgico (x R\$ 1.000).

SETOR SIDERÚRGICO			
ANO	Investimentos voluntários	Tributos	TOTAL
1.998	3.147	271.988	275.135
1.999	788	322.930	323.718
2.000	9.441	1.226.858	1.236.299
2.001	12.837	1.351.555	1.364.392
2.002	13.925	1.722.332	1.736.257
2.003	18.207	2.315.043	2.333.250
2.004	44.985	5.075.528	5.120.513
2.005	58.083	5.119.921	5.178.004
2.006	28.681	1.408.734	1.437.415
2.007	28.279	1.728.245	1.756.524
1.998	3.147	271.988	275.135

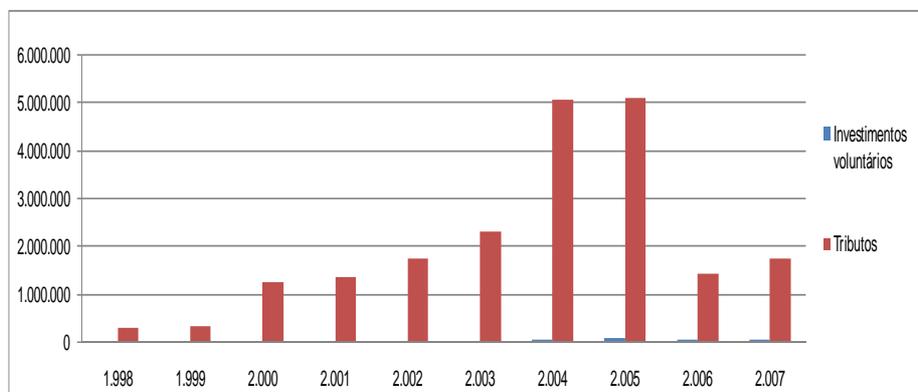


Gráfico 4B Comparativo entre os investimentos em responsabilidade social voltados para a comunidade e os tributos do setor siderúrgico (x R\$ 1.000)

Durante o período selecionado para a realização desse estudo verifica-se a discrepância entre os recursos destinados de forma obrigatória e aqueles destinados de forma voluntária à sociedade por todos os setores analisados.

Esses resultados vão ao encontro com as reflexões de PUXTY (1986, 1991 apud GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995). De acordo com esse autor a responsabilidade social é uma atividade marginal praticada pela empresa. Além disso, as informações de cunho social ocupam entre, uma a quatro páginas e meia dos relatórios anuais (GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995).

ANEXO C

Quadro 1C Análise comparativa das normas de padronização relacionadas às ações de responsabilidade social.

Análise sobre Norma	Operacionalização	Resultado	Foco
SA8000	Essa norma - de origem americana -foi a primeira certificação de responsabilidade social que conseguiu atingir alcance global. Necessita da contratação de uma auditoria externa.	Permissão para a empresa explorar a exibição do selo/logotipo da norma como marketing. Essa ação pode resultar em melhoria de reputação, da marca.	Centra-se nas práticas laborais, buscando garantir os direitos básicos dos trabalhadores, como a liberdade de associação, dentre outras disposições.
BS8800	Implica na contratação de uma auditoria externa.	Trabalhadores mais satisfeitos e seguros em relação ao seu local de trabalho, podendo impactar positivamente na possibilidade da empresa atingir suas metas. Permissão para a empresa explorar a exibição do selo/logotipo da norma como marketing.	Comportamento da empresa com relação ao capital humano interno

OHSAS 18001	Compatível com as séries ISSO 9001 (qualidade) e ISO 14001 (meio ambiente), essa norma foi criada com o intuito de simplificar a conexão do sistema de qualidade com o meio ambiente e com a gestão da saúde e segurança do trabalhador. A adoção da norma demanda revisão do gerenciamento, controle de documentos, aplicação de ações preventivas e corretivas. Para a empresa obtê-la é necessária a contratação de uma auditoria externa.	Permissão para a empresa explorar a exibição do selo/logotipo da norma como marketing. A adequação dos processos da empresa aos requisitos da norma pode gerar a redução e prevenção de acidentes de trabalho dentre outros fatores.	Comportamento da empresa com relação às condições de trabalho dos seus funcionários
AA 1000	Consiste em um padrão desenvolvido em 1999 pelo <i>Institute of Social and Ethical Accountability</i> (ISEA), uma organização não-governamental sediada em Londres (KARKOTLI; ARAGÃO, 2004). Atualmente a norma AA1000 busca ser um padrão auditável de responsabilidade social (OLIVEIRA, 2008).	Procura estimular a gestão baseada em princípios de qualidade e ética, com o objetivo de <i>...promover e dar suporte às organizações nas atividades de implementação de sistemas de gestão éticos e socialmente responsáveis</i> por meio do diálogo com as partes interessadas no processo. (KARKOTLI; ARAGÃO, 2004, p. 113-114/ INSTITUTO ETHOS, 2009).	Garantir a confiabilidade e a transparência às demonstrações e aos demais relatórios produzidos e divulgados pelas organizações.
SD 21000	Norma francesa voltada para todos os tipos de organização sem propósito de certificação.	Melhoria contínua/ performance.	Norma de diretrizes e recomendações relativas aos <i>stakeholders</i> .

<p>ISO26000 (Ainda não concluída)</p>	<p>Norma global voltada para todos os tipos de organização sem propósito de certificação. De acordo com essa norma a responsabilidade social é a <i>responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades (produtos, serviços e processos) na sociedade e no ambiente, por meio de um comportamento transparente e ético</i> (ALIGLERI ET AL., P. 216, 2009)</p>	<p>Prestação de contas, transparência nas decisões, ética, cumprimento da legislação, de normas internacionais de relacionamento e dos direitos humanos (ALIGLERI ET AL., 2009).</p>	<p>Iniciativas para o desenvolvimento da responsabilidade social.</p>
--	---	--	---

ANEXO D

Quadro 1D Indicadores de responsabilidade social e sustentabilidade presentes no mercado financeiro.⁴³

INDICADORES	DESCRIÇÃO
KLD Nasdaq Social Index	Aplicado em empresas americanas com mais de um bilhão de dólares em capitalização de mercado e listadas no The Nasdaq Stock Market. Este índice mensura a performance social corporativa, incluindo, entre outros aspectos, a avaliação do ambiente organizacional, a relação com os funcionários e as operações fora dos Estados Unidos.
Domini 400 Social Index	Lançado em 1990, para a mensuração do impacto das questões sociais sobre a performance financeira a partir de múltiplos fatores. Desenvolvido pela KLD Research & Analytics Inc., responsável pela manutenção do modelo de indicadores da Nasdaq.
KLD Broad Market Social Index	Avalia, dentre outras questões, a diversidade em relação à mão-de-obra, produtos, inovação e envolvimento com a comunidade. Exclui empresas relacionadas à produção de tabaco, armas de fogo, jogos de azar, energia nuclear e armas militares.
KLD Large Cap Social Index	Serve de base para uma variedade de investimentos sociais, incluindo fundos comuns.
Dow Jones Sustainability World Index	Lançado em 1999 nos Estados Unidos, tem por objetivo conduzir seus investidores a analisar a rentabilidade das ações em termos de sustentabilidade corporativa, considerando, por exemplo, metas sociais, ambientais e econômicas.
Jantzi Social Index (canadense); NPI Social Index e a família de índices FTSE 4Good Social Responsibility Index (britânicos)	Usados para identificar aspectos sociais e ambientais e, então, analisar economicamente os investimentos.

⁴³ Cabe mencionar que também há a ISO 26000, uma norma de responsabilidade social ainda em elaboração.

ANEXO E

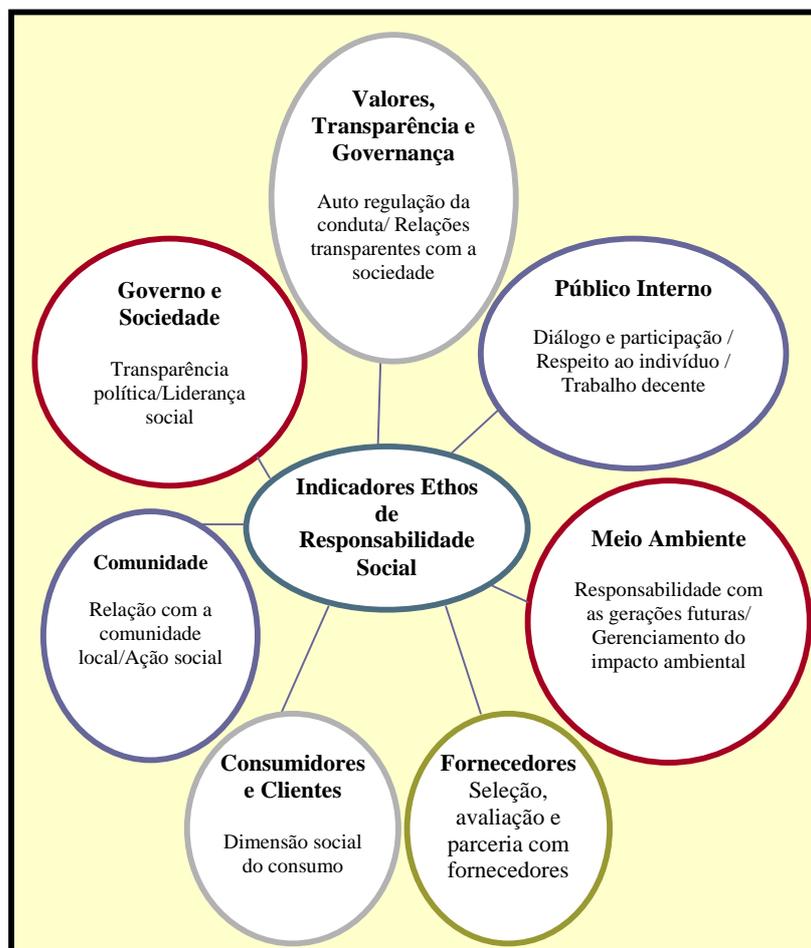


Figura 1E Os sete grandes temas e principais tópicos que compõem os Indicadores Éticos de Responsabilidade Social

ANEXO F

MODELO DE BALANÇO SOCIAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE) PARA EMPRESAS PRIVADAS.

Balço Social Anual / 2008	 www.ibase.br					
	2008 Valor (Mil reais)			2007 Valor (Mil reais)		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros benefícios						
Total - Indicadores sociais internos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						

Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2008			2007		
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			Metas 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivaré e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e , gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)

A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____ %	no Procon _____ %	na Justiça _____ %	na empresa _____ %	no Procon _____ %	na Justiça _____ %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2008:			Em 2007:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	___% governo ___% terceiros	___% colaboradores(as) ___% retido	___% acionistas	___% governo ___% terceiros	___% colaboradores(as) ___% retido	___% acionistas
7 - Outras Informações						

Fonte: IBASE (2009)

ANEXO F - I

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO MODELO DE BALANÇO SOCIAL DE EMPRESAS PRIVADAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - PARTE I.

Balço Social Anual / 2008	 www.ibase.br	
	2008 Valor (Mil reais)	2007 Valor (Mil reais)
1 - Base de Cálculo		
Receita líquida (RL)		
Resultado operacional (RO)		
Folha de pagamento bruta (FPB)		

Fonte: IBASE (2009).

1. BASE DE CÁLCULO	
Receita Líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado Operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Receita Bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).

ANEXO F - II

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO MODELO DE BALANÇO SOCIAL DE EMPRESAS PRIVADAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - PARTE II.

Empresa:		
2 - Indicadores Sociais Internos	2007	2006
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Alimentação		
Encargos sociais compulsórios		
Previdência privada		
Saúde		
Segurança e saúde no trabalho		
Educação		
Cultura		
Capacitação e desenvolvimento profissional		
Creches ou auxílio-creche		
Participação nos lucros ou resultados		
Outros		
Total - Indicadores sociais internos		

Alimentação: gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação dos empregados(as).

Previdência privada: planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes.

Saúde: plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados(as).

Educação: gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.

Cultura: gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes).

Capacitação e desenvolvimento profissional: recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as).

Creche ou auxílio-creche: creche no local ou auxílio-creche a empregados(as).

Participação nos lucros ou resultados: participações que não caracterizem complemento de salários.

Outros benefícios: seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados.

Fonte: IBASE (2009)

ANEXO F - III

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO MODELO DE BALANÇO SOCIAL DE EMPRESAS PRIVADAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - PARTE III.

3 - Indicadores Sociais Externos	2007	2006
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Educação		
Cultura		
Saúde e saneamento		
Esporte		
Combate à fome e segurança alimentar		
Outros		
Total das contribuições para a sociedade		
Tributos (excluídos encargos sociais)		
Total - Indicadores sociais externos		

Total das contribuições para a sociedade: somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados.

Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente.

Tributos (excluídos encargos sociais): impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais.

Fonte: IBASE (2009)

ANEXO F - IV

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO MODELO DE BALANÇO SOCIAL DE EMPRESAS PRIVADAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - PARTE IV.

4 - Indicadores Ambientais	2007	2006
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		
Investimentos em programas e/ou projetos externos		
Total dos investimentos em meio ambiente		
Quanto ao estabelecimento de “ metas anuais ” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

<p>Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa: investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa.</p> <p>Investimentos em programas/projetos externos: despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para sociedade em geral.</p> <p>Metas anuais: resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI).</p>

Fonte: IBASE (2009)

ANEXO F - V

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO MODELO DE BALANÇO SOCIAL DE EMPRESAS PRIVADAS D O INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - PARTE V.

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2007	2006
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Nº de empregados(as) ao final do período		
Nº de admissões durante o período		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		
Nº de estagiários(as)		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		

Nº de negros(as) que trabalham na empresa: Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme o declarado na RAIS).

Fonte: IBASE (2009)

ANEXO F - VI

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO MODELO DE BALANÇO SOCIAL DE EMPRESAS PRIVADAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - PARTE VI

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			Metas 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2008:			Em 2007:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo	_____% colaboradores(as)	_____% acionistas	_____% governo	_____% colaboradores(as)	_____% acionistas
	_____% terceiros	_____% retido		_____% terceiros	_____% retido	
7 - Outras Informações						

Fonte: IBASE (2009)

Relação entre a maior e a menor remuneração: o resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor.
Número total de acidentes de trabalho: todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano.

Normas: conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000).

Valor adicionado: para mais informações, acesse www.balancosocial.org.br

Fonte: IBASE (2009)

ANEXO F - VII

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO MODELO DE BALANÇO SOCIAL DE EMPRESAS PRIVADAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - PARTE VII

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo “Balanço Social IBASE/Betinho”	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo IBASE, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social IBASE/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRICÇÕES: o Selo Balanço Social IBASE/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro, armas de fogo/munições e bebidas alcoólicas. O IBASE não concede, suspende e/ou retira o Selo Balanço Social IBASE/Betinho conforme critérios estabelecidos no site www.balancosocial.org.br

ANEXO G

Quadro1G Número (N) de artigos selecionados e analisados por periódico.

Periódico	N	Ano (N)	Qualis
BAR - Brazilian Administration Review	1	2008 (1)	A2
G&P - Gestão & Produção	1	2008 (1)	A2
Perspectivas em Ciência da Informação	1	2008 (1)	A2
RAE - Revista de Administração de Empresas	19	1979 (1); 1980 (2); 1984 (6); 1987 (1); 1989 (1); 1993 (1); 1996 (2); 2001 (2); 2004 (1); 2005 (1); 2007 (1)	B1
RAC - Revista de Administração Contemporânea	10	2002 (2); 2003 (1) 2004 (1); 2006 (1) 2007 (1); 2009 (4)	B1
RAE-e - Revista de Administração de Empresas (Eletrônica)	5	2002 (1); 2004 (2); 2005 (1); 2008 (1)	B1
Revista Contabilidade & Finanças	2	2004 (1); 2007 (1)	B1
RAC-e - Revista de Administração Contemporânea (Eletrônica)	1	2007 (1)	B1
RAP – Revista de Administração Pública	1	2008 (1)	B1
Ensaio FEE	1	2005 (1)	B1
REC - Revista de Economia Contemporânea	1	2007 (1)	B1
REAd - Revista Eletrônica de Administração	12	2000 (1); 2002 (1); 2004 (1); 2005 (3); 2006 (3); 2007 (3)	B2
RAUSP - Revista de Administração da Universidade de São Paulo	5	1994 (1); 2001 (1); 2003 (1); 2004 (2)	B2
O&S - Organizações & Sociedade	4	2004 (1); 2006 (2); 2007 (1)	B2
Cadernos EBAPE.BR	3	2005 (1); 2005 (1); 2007 (1)	B2
RAM - Revista de Administração Mackenzie	3	2001 (1); 2005 (1); 2008 (1)	B2
BBR - Brazilian Business Review	2	2006 (1); 2009 (1)	B2
RAUSP-e - Revista de Administração da Universidade de São Paulo (Eletrônica)	1	2008 (1)	B2
Total	73	1979 - 2009	A2 – B2

ANEXO H

Tabela 1h Evolução das publicações de artigos envolvendo os temas “ética”, “responsabilidade social” e “balanço social”.

Ano	N	%	Periódico (N)
1979	1	1,37	RAE (1)
1980	2	2,74	RAE (2)
1984	6	8,22	RAE (6)
1987	1	1,37	RAE (1)
1989	1	1,37	RAE (1)
1993	1	1,37	RAE (1)
1994	1	1,37	RAUSP (1)
1996	2	2,74	RAE (2)
2000	1	1,37	REAd (1)
2001	4	5,48	RAE (2); RAUSP (1); RAM (1)
2002	4	5,48	RAC (2); REAd (1); RAE-e (1)
2003	2	2,74	RAC (1); RAUSP (1)
2004	9	12,33	RAE-e (2); RAUSP (2); RAE (1); RAC (1); REAd (1); O&S (1); Revista Contabilidade & Finanças (1)
2005	8	10,96	REAd (3); RAE (1); RAE-e (1); Cadernos EBAPE.BR (1); Ensaio FEE (1); RAM (1)
2006	7	9,59	REAd (3); O&S (2); RAC (1); BBR (1)
2007	11	15,07	RAC-e (1); RAC (1); Cadernos EBAPE.BR (2); REAd (3); RAE (1); O&S (1); REC (1); Revista Contabilidade & Finanças (1)
2008	7	9,59	BAR (1); RAUSP-e (1); RAE-e (1); RAM (1); RAP (1); G&P (1); Perspectivas em Ciência da Informação (1)
2009	5	6,85	RAC (4); BBR (1)
Total	73	100,00	

ANEXO I

Quadro II Efeitos das ações de responsabilidade social de acordo com o *stakeholder* envolvido, suas contribuições e demandas básicas.

<i>Stakeholder</i> Envolvido	Contribuições	Demandas básicas	Oportunidades	Minimização de riscos
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estrutura 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito ao interesse comunitário; • Contribuição à melhoria da qualidade de vida na comunidade; • Conservação dos recursos naturais, etc. 	Criação de legitimidade	Minimizar riscos de má aceitação/conflitos
Mídia	<ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação • Entretenimento 	Cobertura favorável	Minimizar risco de cobertura desfavorável
Ativistas, grupos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Aportes sócio-culturais diversos 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção ambiental; • Respeito aos direitos de minorias; • Respeito aos acordos salariais, etc. 	Parcerias	Minimizar riscos de boicote
Investidores, acionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Capital 	<ul style="list-style-type: none"> • Lucros e dividendos; • Preservação do patrimônio. 	Geração de valor	Minimizar riscos de fuga de investidores
Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • Mão-de-obra • Criatividade • Idéias 	<ul style="list-style-type: none"> • Salários justos; • Segurança no emprego; • Realização pessoal; • Condições de trabalho 	Aumento do comprometimento	Minimizar riscos de comportamento
Consumidores	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos monetários 	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança e boa qualidade dos produtos; • Preço acessível; • Propaganda honesta. 	Fidelização	Minimizar riscos de má aceitação

“Continua...”

“Cont.”

Agentes reguladores, governo	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte institucional, jurídico e político 	<ul style="list-style-type: none"> • Obediência às leis; • Pagamento de tributos. 	Ação legal favorável	Minimizar riscos de ação legal
Parceiros comerciais, fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Mercadorias 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito aos contratos; • Negociação leal. 	Cooperação	Minimizar riscos de deserção/abandono
Concorrentes	<ul style="list-style-type: none"> • Competição; referencial de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Lealdade na concorrência. 	Redes de parcerias	Minimizar os conflitos

Fonte: Adaptado de Machado et al. (2006)